



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



André Dias Goes

OS PAÇOS MESTRAIS DO CONVENTO DE CRISTO
DO MODERNO AO ROMANO

Dissertação de Mestrado em Arte e Património, orientada pela Professora Doutora Luísa Trindade, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019

FACULDADE DE LETRAS

OS PAÇOS MESTRAIS DO CONVENTO DE CRISTO DO MODERNO AO ROMANO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Os Paços Mestrais do Convento de Cristo
Subtítulo	Do Moderno ao Romano
Autor	André Dias Goes
Orientadora	Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade
Júri	Presidente: Doutora Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha e Quadros
	Vogais:
	1. Doutora Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro
	2. Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arte e Património
Área científica	História da Arte
Data da Defesa	18-10-2019
Classificação	19 valores



Agradecimentos

Os meus mais sentidos agradecimentos são, antes de mais, para os meus pais e irmã, não só pelo apoio ao longo da realização deste trabalho, mas também no caminho que levou a ele. Agradeço também aos meus familiares, amigos e colegas, pelo incentivo e motivação.

A minha imensa gratidão também para os professores que encontrei ao longo do meu percurso em História da Arte em Coimbra, em especial para a Prof. Lurdes Craveiro, pela disponibilidade e conselhos, e claro, para a minha orientadora, a Prof. Luísa Trindade, pelo apoio incondicional desde a génese desta investigação, pela orientação e partilha de informação, sempre na direção acertada, amabilidade e paciência.

Não poderia deixar de referir igualmente a Joana Gabriel e a Sara Silva, pela partilha de experiências e ânimo no processo de redação das nossas dissertações. Uma palavra de agradecimento aos funcionários da Biblioteca Geral de Universidade de Coimbra, assim como aos funcionários e diretora do Convento de Cristo, pela disponibilidade na franquia das portas deste monumento, sempre que solicitado. A todos estes, a minha gratidão.

Siglas

A.M.T. – Anais do Município de Tomar.

BN – Biblioteca Nacional

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

RESUMO

Ao tornar-se Mestre e Governador da Ordem de Cristo em 1420, o Infante D. Henrique, encetou um processo de renovação construtiva na sede da Ordem em Tomar, abrindo um ciclo de empreitadas que se traduziram principalmente nos paços mestrais e claustros adjacentes. A proximidade do Infante com a Ordem que agora governava tornou indispensável a criação de um paço para si, permitindo-lhe um maior controlo sobre a mesma. É o paço do Mestre o objeto de estudo desta investigação.

Construído numa área desde cedo utilizada como zona habitacional dos membros da Ordem de Cristo, o paço do Infante, continuou essa tradição, ao mesmo tempo que a expandiu, servindo como polo aglutinador dos religiosos, até aí dispersos.

Como paço, este edifício revela as necessidades da nobreza tardo-medieval e em particular do próprio Infante. Pouco utilizado pelo seu proprietário, eram os freires que o ocupavam maioritariamente, aí instalando a sua enfermaria e escola. Durante o séc. XVI o edifício sofreu intervenções por parte de D. Manuel e D. João III, resultando numa expansão que levou à criação do chamado paço da Rainha. Este espaço beneficiou da renovação arquitetónica do vizinho Convento pela mão de João de Castilho, que também o intervencionou nas décadas de 30 e 40 do séc. XVI. Isto levou a que o paço, tal como o Convento, se tenha inserido dentro das correntes humanistas que se alastravam então em Portugal. Apesar disso, como a anexação da coroa portuguesa na coroa hispânica nos finais do séc. XVI, o paço entrou num processo de decadência, resultando no estado de ruína em que hoje se encontra.

Palavras-chave: Convento de Cristo em Tomar, Paços, Arquitetura Tardo-Medieval, Infante D. Henrique, Arquitetura do Renascimento.

ABSTRACT

By becoming Master and Governor of the Order of Christ in 1420, *Infante* D. Henrique embarked on a process of constructive renewal in the Order's headquarters in Tomar, opening a cycle of enterprises that resulted mainly in the master's palace and adjacent cloisters. The *Infante's* proximity to the Order that he now ruled made the creation of a palace for himself indispensable, allowing him a greater control over it. This palace is the object of study of this investigation. Built in an area early used as residential zone by the members of the Order of

Christ, the palace continued this tradition, while expanding it, serving as the agglutinating pole of the, then, dispersed religious.

As a palace, this building reveals the needs of the late medieval nobility, and in particular of the *Infante* himself. Little used by its owners, it was the friars that mostly occupied it, setting up their hospital and school in the building. During the 16th century the building underwent interventions by D. Manuel I and D. João III, resulting in an expansion that led to the creation of the so-called palace of the Queen. This led to the palace, like the Convent, having inserted itself into the humanist currents that spread in Portugal at that time. Nevertheless, as the annexation of the Portuguese crown in the Hispanic crown took place by the end of the 16th century, the palace entered a process of decay, resulting in the state of ruin in which it is today.

Keywords: Convent of Christ in Tomar, Palaces, Late Medieval Architecture, Infante D. Henrique, Renaissance Architecture.

Índice

Introdução.....	1
O Paço do Infante.....	6
O Infante e a Ordem de Cristo	6
O Espaço antes do Paço	12
O Paço – Morfologia, Análise e Interpretação	23
As Intervenções de D. Manuel I e D. João III	59
O Paço da Rainha – Morfologia, Análise e Interpretação	81
A Escola do Paço.....	115
Ruínas e Restauros	123
Conclusão	132
Fontes e Bibliografia	135
Fontes Impressas:.....	135
Bibliografia:	135
Fontes da Internet:	141
Fontes das figuras:.....	142
ANEXOS	144
Plantas	185

Introdução

Como foi apontado por José Custódio Vieira da Silva, a dificuldade do estudo dos paços portugueses advém, sobretudo, do facto de, anteriormente ao séc. XV, serem poucos ou nulos, os vestígios físicos da sua existência¹. E quando estes se conservam, apresentam alterações de tal modo profundas que obscurecem a compreensão a sua génese medieval, ou então, consistem apenas em aglomerados em ruínas². O objeto da presente dissertação, os paços mestrais do Convento de Cristo em Tomar, encontra-se precisamente neste estado, o que terá constituído um dos fatores principais para a ausência de um estudo aprofundado sobre esta estrutura. Acresce que a proximidade do conjunto monumental do Convento de Cristo terá constituído desde sempre uma prioridade no despertar do interesse científico, relegando o paço para a obscuridade.

As prospeções arqueológicas realizadas em finais do séc. XX resultaram num trabalho que, embora de grande interesse, é, naturalmente, de abordagem essencialmente arqueológica e pouco contextualizadora. Só muito recentemente, em 2008 e 2014, Maria José Bento dedicou dois capítulos ao paço mestral, nas suas dissertações de Mestrado e Doutoramento, respetivamente. Mas todo o foco da sua investigação incidiu mormente sobre o complexo religioso do Convento, permanecendo o paço verdadeiramente por estudar.

¹ Silva, 1995: 19.

² Apenas recentemente a historiografia portuguesa se tem debruçado sobre a arquitetura áulica de uma forma mais sistemática e significativa. Durante muito tempo a sua atenção recaiu mormente sobre o universo do religioso, facilmente explicado pela sua maior materialidade, quando comparado com o domínio do profano. Em contexto internacional, o desenvolvimento desta temática encontra os seus inícios num período mais recuado, destacando-se os trabalhos de Mary Whiteley e Monique Chatenet, reportando-se principalmente ao universo francês. Se 1937, Raul Lino publicou o seu trabalho *L'Évolution de L'Architecture Domestic au Portugal* (apesar de, por exemplo, já em 1893, Júlio de Castilho ter publicado *A Ribeira de Lisboa*, que, não se focando exclusivamente no Paço da Ribeira, lhe dedicou algumas páginas. Este não é, no entanto, de modo nenhum, um estudo transversal da arquitetura palaciana), foi necessário esperar até 1969, ano em que Carlos Azevedo publicou o estudo *Solares Portugueses, Introdução ao estudo da Casa Nobre*, para se dar início ao estudo da arquitetura paçã portuguesa. No entanto, só em 1995, com a publicação do estudo dos *Paços Medievais Portugueses*, de José Custódio Vieira da Silva, surgiu um estudo verdadeiramente sistemático sobre arquitetura áulica medieval em território nacional. Nessa mesma época, e desde então, os estudos desta temática têm vindo a suceder-se, com destaque para as investigações de Nuno Senos (*Paço da Ribeira*, 2002), Filipe Pimentel (*A morada da Sabedoria*, 2003) e Hélder Carita (*Le palais de Santos*, 1995, entre outros), entre outros.

Esta lacuna foi o que nos levou a escolher o paço de Tomar como tema da presente dissertação, por entendermos o paço como parte integrante do complexo conventual de Cristo, e por isso, essencial para a sua compreensão³. Para o estudo dos paços mestrais dispomos de um conjunto de fontes que, embora em número parco, se revelam essenciais pela informação que fornecem. A principal fonte são os vestígios físicos dos paços que lograram chegar aos nossos dias. Apesar do seu precário estado de conservação, são fundamentais para o entendimento da morfologia do edifício, as suas lógicas construtivas, cronologias e articulações, assim como intervenções que lhes possam ter alterado o aspeto. A única fonte iconográfica utilizável⁴ é a gravura presente no frontispício do Livro 4º da Estremadura (Leitura Nova) de cerca de 1509. No fundo desta gravura, que apresenta um anjo em grande plano, é representado o terreiro do recebimento do Convento de Cristo, onde é visível a fachada sul do paço do Infante, assim como a fachada do claustro da Lavagem, os tabuleiros criados por D. Manuel, a igreja, a cerca e ainda as habitações da vila de cima.

Uma outra fonte basilar, e recorrentemente citada ao longo deste trabalho, é a descrição dos paços feita pelo cronista Frei Pedro Álvares Seco, em 1571, e incluída no Livro das Escrituras da Ordem de Cristo, compêndio documental da história da Ordem, organizado por ordem de D. Sebastião⁵. No entanto, apesar de fundamental na análise do paço pela informação que fornece, este documento requer cautela no que diz respeito à sua utilização, principalmente por dois motivos. O primeiro, é o facto de ter sido redigido mais de cem anos depois da construção do paço do Infante e largas décadas depois das intervenções atestadas no paço da Rainha, o que faz com que alguma da informação veiculada seja desvirtuada. O segundo motivo, é o facto deste tipo de descrição normalmente acarretar lacunas e imprecisões, assim como o facto de ser suscetível de diferentes interpretações.

A estas fontes juntam-se os resultados das escavações arqueológicas efetuadas na zona dos paços, o acervo fotográfico criado pelos restauros da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), hoje disponíveis no Sistema de Informação para o

³ Apesar de esta não ser o objetivo deste trabalho.

⁴ Existe uma outra gravura, da autoria de Pier Maria Baldi, de Tomar, de c. de 1668-1669, que mostra o Convento de Cristo sobre a colina, No entanto, a imagem não tem detalhe suficiente para nos ser útil.

⁵ Trindade, Goes, 2017: 431.

Património Arquitetónico (SIPA), assim como um conjunto de documentos coevos e posteriores à construção dos paços.

Esta dissertação divide-se em duas partes. A primeira é dedicada ao paço do Infante e a segunda ao paço da Rainha. Esta opção decorre do facto de a documentação tendencialmente diferenciar os dois paços, apesar de estarem articulados entre si. Além disso, procurou-se, sempre que possível, seguir uma linha cronológica, pelo que começámos pelo espaço mais antigo, para depois passarmos ao mais recente. Além disso, como se tentará provar, estes dois espaços, apesar de ligados, comungam de pressupostos, formulas e apostas distintas.

A primeira parte, dedicada ao paço do Infante, divide-se em três capítulos. O primeiro é dedicado ao Infante. O seu objetivo é abordar, de um modo sucinto, a biografia do Infante, focando-se na sua educação, laços familiares e a criação do seu ducado, Casa, e regedoria da Ordem de Cristo. Ainda neste capítulo, introduz-se, em linhas gerais, a Ordem de Cristo e a sua ligação com o Infante, contextualizando a construção do paço em Tomar. O capítulo seguinte consiste na compreensão e análise do espaço ocupado pelo paço anteriormente à sua construção, nomeadamente o que lá estaria e qual o seu fim. Através desta análise procura-se também chegar a uma datação para a construção do paço e uma proposta de cronologia das obras do Infante no aposentamento dos cavaleiros, bem como à justificação da construção do paço e a escolha deste local em particular. No último capítulo da primeira parte passa-se à exploração da morfologia do paço do Infante é à sua interpretação. Concretizada com a análise dos vestígios físicos do paço, comparando-os com exemplos coevos e interpretando-os à luz das práticas habitacionais da nobreza tardo-medieval.

A segunda parte, dedicada ao paço da Rainha, inicia-se com um capítulo no qual se abordam as intervenções de D. Manuel e D. João III no edificado. O objetivo é chegar a uma proposta de datação e autoria do paço da Rainha, além de expor a cronologia do edificado. Neste capítulo procura-se também entender quais os motivos que levaram à construção do paço da Rainha e como esta foi condicionada pelas construções pré-existente e pela geografia do local. O capítulo seguinte foca-se no paço da Rainha, através da análise da sua morfologia e interpretação da mesma face às novas necessidades da nobreza quinhentista, somando-se ainda o objetivo de expor as divergências e afinidades entre os dois paços, ambos exemplos da arquitetura áulica das suas respetivas épocas construtivas. Os dois últimos capítulos são

dedicados ao uso dos paços, enquanto enfermaria e escola, e a sua cronologia até aos dias de hoje.

A concretização da tarefa proposta assentou principalmente na leitura atenta dos vestígios físicos dos paços, em articulação com as práticas habitacionais dos seus proprietários, assim como no cruzamento com documentação coeva relativa à sua construção. Para a interpretação das vivências no seu interior e pressupostos habitacionais recorreu-se igualmente à comparação com paços coevos, a nível nacional e internacional, bem como a documentação coeva variada, que ilustra essas vivências e pressupostos. No caso do paço da Rainha, procedeu-se também à comparação com elementos estruturais do Convento de Cristo, onde a estrutura se integra, por partilharem o mesmo mestre-de-obras, João de Castilho, expondo soluções construtivas, práticas e correntes estéticas comuns. A estes junta-se, naturalmente, o recurso à bibliografia especializada na arquitetura áulica tardo-medieval e moderna, produção literária relativa ao Convento de Cristo, e a todos os que intervieram na sua edificação, e estudos biográficos dos patronos dos paços, a quem este deve a sua existência e traços.

O Paço do Infante

O Infante e a Ordem de Cristo

A figura do Infante D. Henrique é, porventura, uma das mais celebradas da história de Portugal, ombreando, talvez, somente com a do fundador da nação. As suas escolhas e condicionamentos de vida mudaram indubitavelmente o rumo e história de Portugal. Não surpreende por isso que, desde cedo, tenha existido uma necessidade de criação bibliográfica centrada na vida deste Infante de quatrocentos. Não nos cabe aqui a tarefa de o biografar, mas, embora o objetivo deste estudo não seja o de fazer a sua biografia, os aspetos mais marcantes da sua vida são importantes para a análise das estruturas arquitetónicas em que se moveu pelo que importa primeiramente enunciar os principais estudos sobre a sua vida, que nos servem de suporte a todo o trabalho posterior.

As primeiras grandes fontes de informação sobre a vida do Infante são as crónicas tardo-medievais, destacando-se entre elas a *Crónica da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara. No entanto, é necessário ser cauteloso com estas obras pois devido à sua natureza comemorativa, acarretam, na esmagadora maioria dos casos, um cariz abonatório sobre o Infante e família. O mesmo sucede com grande parte das obras e estudos mais recuados, sendo necessário esperar pelo século XX para que os estudos sobre a vida do Infante se tornem mais objetivos e com um carácter definitivamente científico. É impossível abordar a vida de D. Henrique sem mencionar a obra fundamental que permite compreender de uma forma rigorosa e imparcial o seu trajeto, a *Monumenta Henricina*, publicada entre 1960 e 1974 pelo padre A. J. Dias Dinis. Dividida em vários volumes, representa um compêndio de documentação relacionada com o Infante D. Henrique, juntando assim, sob a mesma capa, documentos que se encontram dispersos em vários arquivos. Da mesma época destaca-se também a biografia de Victorino Nemésio: *A Vida e Obra do Infante D. Henrique* (1959), que foi durante bastante tempo a mais completa biografia do Infante

Mais recentemente destacam-se os estudos de João Silva Sousa, *A casa senhorial do Infante D. Henrique* (1991), trabalho focado essencialmente na vida do Infante enquanto vértice de uma Casa Senhorial e na Casa em si, na sua dimensão territorial, económica e humana. *Os Itinerários do Infante D. Henrique* (1996), de José Manuel Garcia é particularmente relevante para a nossa tarefa pois, ao concentrar-se nas deslocações do Infante, permite-nos conhecer o

seu percurso e os locais onde e quando pousou. De Peter Russell é a obra *Henrique o Navegador* (2000), essencialmente dedicada ao Infante enquanto propulsor da expansão Portuguesa. A mais atualizada biografia de *Henrique o Infante* (2009) é da autoria de João Paulo Oliveira⁶.

Um Infante do quattrocento português

O Infante nasceu no Porto no ano de 1394, a 4 de Março, uma quarta-feira de cinzas. Da prole de D. João I e D. Filipa de Lencastre⁷ era o quinto filho, tornado terceiro pela morte prematura dos irmãos mais velhos: Branca (1388-1389) e Afonso (1390-1400). Duarte, o futuro rei, nasceu em 1391 e Pedro, futuro duque de Coimbra, em 1392. Mais tarde juntar-se-iam Isabel em 1397, João em 1400 e Fernando em 1402, completando desta forma a chamada Íncлита Geração⁸.

Interessa-nos aqui conhecer o lado materno da árvore genealógica do Infante e as suas raízes Plantagenetas devido à influência que estas exerceram sobre o Infante através da educação dada pela mãe. D. Filipa era filha de João de Gaunt (1340-1399), duque de Lencastre, e de Branca de Lencastre. O pai da nossa rainha era filho – também ele terceiro – do rei Eduardo III de Inglaterra. D. Filipa, mantinha relações próximas com as figuras de topo da hierarquia social inglesa. Era neta do rei Eduardo III, pelo lado paterno, e de Henrique de Grosmont, primeiro duque de Lencastre, pelo lado materno. Era também prima de Ricardo II e irmã de Henrique IV⁹.

Da parte paterna D. Henrique mantinha ligações familiares principalmente com os reinos peninsulares, enquanto neto de D. Pedro I de Portugal, em especial com a casa de Trastâmara¹⁰. Mais tarde, estas ligações foram expandidas também para o centro da Europa através do casamento da sua irmã Isabel com o poderoso duque da Borgonha. Em suma, é seguro afirmar que D. Henrique tinha no seu círculo familiar indivíduos colocados nas altas esferas do poder europeu da época.

Através das ligações familiares da mãe, o Infante português era sobrinho de Henrique IV e primo de Henrique V e Henrique VI de Inglaterra. Além destes refira-se também um

⁶ A este Infante estão dedicados um vasto corpo de estudos, publicações, conferencias, etc., numa quantidade de tal forma abundante que se torna impraticável fazer aqui referência a todas.

⁷ Russel, 2000: 27.

⁸ Costa, 2009.

⁹ Silva, 2012: 12-36.

¹⁰ Costa, 2009: 41-47.

conjunto de personalidades da alta nobreza inglesa, que se moviam no círculo familiar de D. Filipa, de cujas proezas os Infantes portugueses certamente tomaram conhecimento durante a sua infância e juventude¹¹.

D. Filipa de Lencastre exerceu uma influência determinante na educação e personalidade dos filhos, transmitindo-lhes uma refinada educação de bases cristãs e com uma forte vertente moralizadora, inspirada na cultura de corte e espírito cavaleiresco a que D. Filipa foi exposta na corte do seu pai¹².

D. Filipa ficou para a história como o modelo ideal cristão de uma rainha. Quando chegou à corte portuguesa já era uma mulher madura, isto deve-se ao facto de ter entrado na instituição do matrimónio relativamente tarde para os parâmetros de uma aristocrata da época. O que isto nos informa é que já não era uma criança, mas sim, uma mulher adulta, completamente capacitada, devido, em grande parte, à educação que recebeu na corte paterna. Na sua juventude teve contacto direto com o cronista francês Jean Froissart e o inglês Geoffrey Chouser e outros intelectuais que certamente contribuíram para a sua cultura e instrução. Esta é a época da renovação do interesse pela cavalaria e a literatura a esta associada, povoada de cavaleiros-heróis e ideais de honra e coragem, que certamente influenciaram os comportamentos e aspirações da sociedade guerreira. É devido à rainha que, por exemplo, as divisas, então em voga, foram introduzidas em Portugal¹³.

Nos inícios do séc. XV, a corte portuguesa encetou um processo de complexificação tanto dos rituais de etiqueta e hierárquicos, como uma crescente centralização e sacralização da figura dos monarcas, acompanhando o mesmo processo que se assistia pela Europa de então. Esta época caracteriza-se como um período de mudança e maior abertura a influências exteriores, algumas delas certamente introduzidas pela consorte inglesa de D. João I. Destaca-se o campo espiritual, semeado de ensinamentos que o Infante vai carregar para o resto da sua vida e que se manifestaram repetidamente ao longo da mesma, como por exemplo na escolha do celibato, mais adiante na sua vida, a importância dada pelo Infante à oração ou o fervor da cruzada contra o infiel¹⁴.

¹¹ Costa,2009: 48-53.

¹² Silva, 2012: 158-177.

¹³ Trindade, 2019: 19, 22.

¹⁴Costa,2009: 57-62.

Graças à rainha foi introduzido na Capela Real Portuguesa o rito *Sarum* ou costume de “*Salesberi*”¹⁵, de origem inglesa, seguido pelos seus filhos¹⁶. Também para a tumulária, a rainha trouxe consigo novos modelos, nomeadamente o da caixa funerária dupla para os dois membros do casal, prática largamente disseminada em Inglaterra a que os familiares da rainha não estavam indiferentes. O caso mais sintomático era o túmulo duplo dos pais de D. Filipa, hoje destruído, mas que a rainha conheceu ainda antes da sua vinda para Portugal¹⁷. É também de salientar a criação dos três primeiros ducados portugueses¹⁸ por D. João I para os seus filhos segundos, procedimento que espelhava o que o avô da sua consorte também fez, anos antes, ao criar os três ducados ingleses de Cornwall, Clarence e Lancastre, para familiares próximos; prática em tudo alinhada com a crescente centralização do poder régio¹⁹. Em termos habitacionais e de vivências também a arquitetura paçã portuguesa foi estimulada por D. Filipa que, durante a sua juventude, dividiu o seu tempo entre as casas do seu pai, nomeadamente Savoy e Kenilworth, onde, segundo testemunhos coevos e, no caso de Kenilworth, pelas ruínas ainda existentes, se advinha um aspeto geral grandioso e dentro das correntes construtivas organizacionais mais atualizadas e eruditas da Europa de então. A rainha estava, portanto, ao corrente das práticas habitacionais da elite europeia que, naturalmente, terá dado conhecer à corte que agora governava²⁰. Em suma, a influência da mãe foi fundamental, embora não fosse exclusiva, para a personalidade do Infante D. Henrique e das escolhas que fez ao longo da sua vida nas mais diversas vertentes.

A Casa do Infante e o Mestrado da Ordem de Cristo

Foi a conjuntura política do início do século XV que levou à criação de novas casas senhoriais no nosso país. D. João I criou para os seus filhos mais velhos sobreviventes três casas: para D. Duarte, o herdeiro da coroa, e para D. Pedro e D. Henrique, que se tornaram nos primeiros duques de Portugal, com a criação dos ducados de Coimbra e Viseu, respetivamente. Como salienta João Silva da Costa, não existiu na centúria de quatrocentos, em Portugal, uma

¹⁵ Sobre o rito *Sarum* ou costume de “*Salesberi*” vide: Manuela Santos Silva, *A rainha inglesa de Portugal*, 2012: 165-166.

¹⁶ Trindade, 2019: 22.

¹⁷ Trindade, 2019: 23.

¹⁸ Os Ducados de Coimbra e Viseu, ainda no reinado de D. João I e, mais tarde, o de Bragança.

¹⁹ Trindade, 2019: 22.

²⁰ Trindade, 2019: 20-21.

Casa Senhorial tão importante como a do Infante D. Henrique, ultrapassando as suas semelhantes em termos de rendimentos, poder económico, área de jurisdição e incumbências, revelando-se um forte polo centralizador²¹.

A Casa Senhorial do Infante²² foi criada, juntamente com as dos dois irmãos, em Abril 1408, nas cortes de Évora. Ficou assente que cada Infante teria um orçamento anual de 5 contos para alimentação, moradia, sustento e vestuário para o seu pessoal variado; 1,5 contos para guarnições e adornos da sua Casa e 3,3 contos para a compra de novas terras somando um total de 9,83 contos, diminuído mais tarde para 8,33, devido ao facto de D. João I tomar para si as despesas de guarnições e adornos. Entre 1408 e 1411, o rei procurou assegurar as terras em redor de Viseu, Guarda e Lamego para D. Henrique, à semelhança do que fez em Coimbra para D. Pedro, originando assim a base territorial e económica dos dois ducados criados em 1415²³. É na altura da primeira delimitação do seu património que o infante, que contava com 17 anos, começou a viver por si só, visto estar em idade própria, e de dispor agora de bens e terras para o fazer, habitando provavelmente na Beira, em terras da sua pertença, embora se desconheça onde exatamente²⁴.

Somando ao orçamento anual as extensões de território, bem como as receitas provenientes das mesmas, o Infante acumulou ao longo da sua vida, por compra ou doação, uma grande quantidade terras e bens de raiz, assim como direitos, monopólios e "indústrias", ao qual se veio juntar, em 1420, a administração da Ordem de Cristo, com as suas comendas e imóveis²⁵.

A Ordem de Cristo²⁶, renascida das cinzas do braço português dos Templários, possuía grandes quantidades de comendas e bens imóveis do norte ao sul do país, de Rio Frio no Minho a Castro Marim no Algarve, com uma maior concentração no centro do país²⁷, coincidindo

²¹ Sousa, 1991: 5-7.

²² Sobre a Casa senhorial do Infante vide: João Silva de Sousa, *A casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

²³ Sousa, 1991: 85-87.

²⁴ Sousa, 1991: 10-20.

²⁵ Sousa, 1991: 188.

²⁶ Para a História da Ordem de Cristo no séc. XV vide: "Militarum Ordinum Analecta- *A Ordem de Cristo (1417-1521)*", Porto, Fundação Eng.º. António de Almeida, 2002.

²⁷ Sousa, 1991: 150-152.

oportunamente com alguns territórios do feudo do Infante D. Henrique. A iniciativa de designar o Infante Mestre Governador da Ordem foi de D. João I, com o intuito de capitalizar os bens e recursos da Ordem para a defesa da cidade de Ceuta e para a expansão da fé cristã e luta contra os infiéis. A resposta do Papa Martinho V não tardou, nomeando o Infante, através da bula *In apostolice dignitatis specula*, em 1420, Administrador Geral da Ordem de Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e Algarve²⁸, tornando-se, neste modo, o primeiro administrador laico da Ordem²⁹.

É de assinalar também a existência de domínios extracontinentais entregues a D. Henrique, nomeadamente a cidade de Ceuta e as ilhas atlânticas, devendo-se a si as primeiras viagens de colonização, nas quais seguiram vários membros da sua casa, iniciando o investimento económico e administrativo nestas regiões³⁰.

Com estes dados é possível concluir que, em termos económicos, territoriais e político-administrativos a Casa senhorial do Infante D. Henrique foi uma das mais poderosas do seu tempo, estabelecendo o seu depositário no topo da elite social da sua época. Desta forma, ficam expostos os elementos principais da vida do Infante e os mais valiosos no auxílio da compreensão das suas escolhas relativas ao paço de Tomar, como veremos nos capítulos seguintes.

²⁸ Sousa, 1991: 138-139.

²⁹ Para a administração Henriquina da Ordem de Cristo vide: João Silva de Sousa, *A casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991: 136-162.

³⁰ Sousa, 1991: 163.

O Espaço antes do Paço

Apesar das visitas regulares a Viseu, cabeça do seu senhorio, o Infante D. Henrique parece não ter tido um particular interesse pelo seu desenvolvimento. Prova disso, por exemplo, é o facto de apenas vários anos depois de ter assumido o cargo de Duque de Viseu, o Infante ter aprovado o pedido dos homens bons do conselho para o custeio, por parte da Coroa, da construção da muralha nova³¹. Desconhece-se onde se instalava com a sua corte quando para lá se deslocava. Ainda assim, Pedro Dias sugeriu que o paço mais importante do Infante talvez tenha sido o de Viseu, possivelmente na Quinta de Silvares, tese ainda por confirmar³².

Se em Viseu não deixou forte memória, passou-se o oposto em Tomar, onde, ainda hoje, a lembrança do Infante se encontra intrinsecamente ligada à, agora, cidade. Nas primeiras décadas da regedoria henriquina da Ordem de Cristo era Tomar quem beneficiava da atenção do Infante, facto comprovado pelas várias deslocações à vila ribatejana, bem como pelo seu interesse no seu desenvolvimento económico e urbano. Desta forma, logo em 1420, D. Henrique pediu autorização à Coroa para que se realizasse uma feira franca na vila³³. Regularizou o curso do rio, construiu a sinagoga para a comunidade judaica e fez erguer os edifícios dos Estaus³⁴, criando uma larga rua, à imagem do que fez o seu pai na cidade do Porto³⁵.

Durante as escavações realizadas nos finais do séc. XX na zona do castelo e paço do Infante, chegou-se à conclusão que a colina do castelo já seria ocupada desde o período pré-romano, onde se supõem que tenha aí existido um *oppidum* pré-romano ocupado por povos célticos. Já sob os paços mestrais não restam dúvidas à sua ocupação desde, pelo menos, o período romano. As prospeções arqueológicas revelaram que as construções medievais foram erguidas sobre vestígios romano-visigóticos e moçárabes, nomeadamente um esgoto e uma calçada “em espinha”, reutilizada no período medieval³⁶.

³¹ Costa, 2009:142.

³² Dias, 1993: 33.

³³ Costa, 2009: 143.

³⁴ Amorim Rosa, 1991: 43-44.

³⁵ Santos, 2010.

³⁶ Nesta zona foram também descobertos fragmentos cerâmicos e moedas do tempo de Augusto (Ponte, 1995: 303).

A construção do castelo e cerca, impulsionados por D. Gualdim Pais, remontam à década de 60 do século XII³⁷. É neste período que se encontra a génese do edificado que ainda hoje pode ser visto em Tomar, tendo como principal característica a tripartição do espaço: uma zona denominada de almedina, o aposentamento dos cavaleiros e o terreiro do recebimento³⁸ (veja-se fig.1).

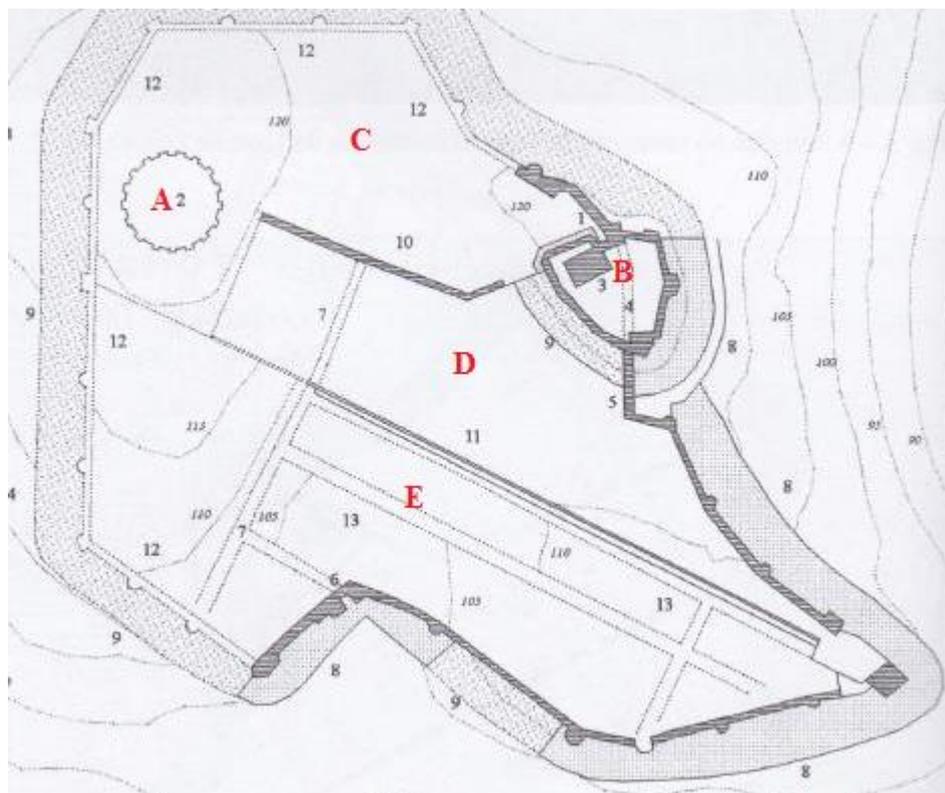


Fig. 1 - Recinto da Ordem de Cristo em Tomar. A – Igreja, B – Castelo, C – Aposentamento dos cavaleiros, D – Terreiro do Recebimento, E – Almedina/Vila de Cima.

A almedina, situada no quadrante sudoeste do recinto, comportava a urbe intramuros e estava destinada a habitações. No reinado de D. Manuel I esta vila seria desativada para melhor separação entre os membros da Ordem e a restante população laica³⁹. A norte, ergue-se o

³⁷ Como é comprovado por uma epígrafe gravada que se encontra no Convento: <ERA 1198 (1160, era de Cristo) REINANDO AFONSO ILUSTRÍSSIMO REI DE PORTUGAL, GUALDIM PAIS. MESTRE DOS CAVALEIROS PORTUGUESES DO TEMPLO, COM SEUS FREIRES, COMEÇOU NO PRIMEIRO DE MARÇO, A EDIFICAR ESTE CASTELO, CHAMADO TOMAR QUE, CONCLUÍDO, O REI OFERECU A DEUS E AOS CAVALEIROS DO TEMPLO...>. A.M.T. vol. VIII, 1972: 30.

³⁸ Barroca, 1996-97: 191.

³⁹ Oliveira, 2010: 330.

aposentamento dos cavaleiros, com duas construções nos seus extremos a marcar os seus limites; a este o castelo e a oeste a conhecida Charola ou oratório dos cavaleiros.

Entre estas duas áreas localiza-se o terreiro do recebimento. Este, como a designação indica, seria uma área descampada que permitia, segundo nos parece, criar uma zona de separação entre ambos os recintos referidos, mantendo os seus respetivos ocupantes apartados. Este facto prende-se com a função do aposentamento dos cavaleiros, pois era neste espaço que prioritariamente habitavam os membros da Ordem. Na sua descrição dos paços mestrais, Frei Pedro Álvares Seco, nos finais do séc. XVI, relata este espaço na seguinte maneira:

*"... estão [os paços] entre o castelo e as claustros que fez o infante dom Henrique entre a igreja do convento e eles, do norte, partem pelo muro da cerca e pelo sul com outro muro que corria da igreja do convento até ao castelo, onde era o recolhimento dos cavaleiros templários que aí viviam para defesa da terra, apartados do povo que vivia na outra parte da cerca para sul."*⁴⁰

Através desta passagem de Frei Álvares Seco podemos concluir que o Infante D. Henrique, chegado o momento de fazer erigir aposentamentos para si no lugar que era cabeça da Ordem que agora governava, elegeu o espaço que anteriormente já havia sido ocupado pelos cavaleiros do Templo e era agora ocupado, para o mesmo efeito, pelos membros da Ordem de Cristo.

O recinto do aposentamento era desde a época da fundação do castelo, e talvez mesmo antes, um espaço de habitação circunscrito à elite monástico-militar, contrastando com a almedina a sul que, como afirma Pedro Álvares Seco, era habitada pelo povo. Não é assim de surpreender que o Infante tenha erguido os seus paços no interior do mesmo, inscrevendo-os dentro de uma tradição que remonta aos períodos anteriores e que consiste na contínua ocupação deste específico local por um pequeno grupo privilegiado.

O espaço intramuros que liga o castelo ao oratório dos cavaleiros é o mais favorecido em termos militares devido à sua elevada localização e aos acidentes topográficos que o

⁴⁰ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

rodeiam no lado exterior⁴¹, o que terá sido mais um fator para a eleição deste local por parte do Infante, que teria, deste modo, a sua casa estrategicamente situada dentro da fortaleza tomarense e nas ilhargas do antigo castelo templário.

Na terceira parte do Livro das Escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, hoje nos arquivos da Torre do Tombo, são relatadas as obras que o Infante proveu no núcleo muralhado:

*"Ha qual egreja [a charola], como non era feita pera mais que pera seruir doratorio priuado e o alto della de fortaleza (...), non auia nem sancrestia nem auia claustra nem casa de capitulo nem outros edificios nem officina alguma, mais que aposentamentos, ante o castello della e da egreja, pera os caualeiros da Odem do Templo, que estauão em guarda della e da terra, na segunda cerca forte, que incluia em si o castello e egreja..."*⁴²

Frei Jerónimo Román, em tom crítico, refere que nos períodos mais recuados " *no avia cumunidad ni se ajuntavan mas que adedir los oficios devinos y a cada uno se le dava su racion y quitacion aunque mal*"⁴³, não sendo a situação ideal ou moralmente correta.

Apesar das fontes coevas recorrerem frequentemente à designação *convento*, não existiria propriamente um edifício conventual. O que existia no perímetro denominado por Frei Pedro Álvares Seco de *recolhimento* antes das obras do Infante eram as casas de habitação dos freires e cavaleiros da Ordem. Apesar de esta área ter sofrido grandes alterações e dos reduzidos estudos arqueológicos, parece seguro concluir que os membros da Ordem de Cristo habitavam, nesta época, não num edifício conventual, mas em casas construídas dentro das muralhas. Esta afirmação é comprovada por um instrumento notarial de doação, datado de 21 de Maio de 1426, redigido " *Em Thomar, na cerca, dentro das pousadas do dom Prior do Convento de Christos, que pertencem e som da dita ordem.*"⁴⁴. Um outro documento de doação, desta vez datado de 1456, refere as casas que Catarina Pires deixa a Santa Maria do Olival, descrevendo-as como estando dentro da cerca da vila, pegadas com as casas que foram de frei

⁴¹ Oliveira, 2010: 332.

⁴² Monumenta Henricina vol. IV: 1431-1434, 1962: 368-369.

⁴³ Román, 2008: 67.

⁴⁴ Monumenta Henricina vol. III: 1421-1431; 1961: 115.

Vasco; o que nos comprova que os freires habitavam tanto no aposentamento dos cavaleiros como na vila de cima⁴⁵. É mesmo possível recuar até 1200, momento em que há notícia de uma doação à Ordem do Templo de sete casas, pertencentes a um tal D. Justo, que as tinha junto do castelo de Tomar, pegadas à muralha⁴⁶.

Como foi já referido, o Infante terá dado continuidade à prática dos membros da Ordem residirem no núcleo militar. A grande mudança surge na habitação do próprio mestre já que os anteriores residiriam na vila de baixo. Com efeito, os aposentamentos dos mestres da Ordem de Cristo em Tomar são referidos na Crónica de D. João I de Fernão Lopes aquando do mestrado de D. Lopo Dias de Sousa, em 1384, explicitando que a 9 de Janeiro desse ano D. João de Castela passou por Tomar e aí pernoitou nas casas do mestre, localizadas no Rossio, ficando a sua guarda no arrabalde, onde uma escaramuça provocou a morte de 57 homens⁴⁷. Na crónica de D. Duarte, Rui de Pina alude a uns: "*paços da Ribeira onde logo adoeceu [o rei] de febre...*"⁴⁸ quando relata os últimos dias de vida do monarca, justamente em Tomar. Seriam estes paços da Ribeira as mesmas *pousadas mestrais* referidas por Fernão Lopes?

A construção do paço de Tomar insere-se dentro do processo de reorganização da Ordem de Cristo encetado pelo Infante D. Henrique após o recebimento do título de regedor da mesma⁴⁹. No mesmo âmbito inscrevem-se os dois claustros por ele edificadas junto do paço.

Tudo indica que o motivo da construção do paço se prende com o intuito disciplinador do Infante, tornando a sua presença mais forte junto dos freires e cavaleiros, controlando e governando através do exemplo. Estando fisicamente alojado junto da comunidade religiosa dava mostras da sua autoridade. Mesmo na sua ausência o edifício funcionaria como seu representante, imprimindo a sua figura sobre o espaço e paisagem envolvente. Um dado

⁴⁵ A.M.T vol. VII, 1971: 12.

⁴⁶ A.M.T. vol. VIII, 1971: 65.

⁴⁷ A.M.T. vol. VIII, 1971: 269.

⁴⁸ Pina, 1966: 203.

⁴⁹ O costume de construção de paços ou casas de habitação nobre junto de conventos e mosteiros remonta, em Portugal, pelo menos, até ao século X, durante o qual Mumadona Dias, fundadora do Mosteiro de Guimarães, mandou erigir junto deste uma torre quadrangular, talvez sinal de um costume ainda mais antigo. D. Dinis fez o mesmo em Frielas e a sua esposa em Santa-Clara-a-Velha. Este costume continuou ao longo do século XV, como demonstram o paço do Infante em Tomar ou o de D. Afonso V em Varatojo (Silva, 1995: 96). Deste modo, apesar de ser pouco comum, relativamente aos paços dos Avis e Bragança, a sua condição de paço adjacente a uma estrutura religiosa não era nova, continuando uma tradição que reportava a séculos anteriores.

bastante significativo sobre este paço é-nos dado a conhecer por Frei Pedro Álvares Seco ao referir que:

*"Todos os edifícios [do paço] assim antigos como novos chãos e serventias que há das confrontações aqui declaradas a dentro, são paços para aposentamento dos Mestres ou Administradores do Mestrado desta Ordem, posto que na ausência deles o Dom Prior e Freires usem dos ditos aposentamentos como agora usam."*⁵⁰

Em permanente itinerância, é provável que esta ocupação tenha sido prevista desde o princípio pelo Infante. Sabendo que a sua utilização do edifício seria reduzida, disponibilizava-o aos membros da Ordem de Cristo. Este é mais um dos motivos da construção do paço dentro do aposentamento dos cavaleiros, visto serem estes quem mais uso dele fariam. Não nos é dado a conhecer quais os fins da utilização do paço pelos freires e Prior na época do Infante, mas, em 1571, Frei Pedro Álvares Seco indica que *"em parte deles [têm a] sua Enfermaria, enquanto não se faz outra e escolas de Gramática e Lógica..."*⁵¹. Talvez uma das funções do paço fosse a de servir de aposentamento ao Dom Prior da Ordem, integrando-o na tradição monástica de dotar o superior da Ordem com um espaço de habitação particular num local nobre e de maior dignidade⁵². Certamente esta ideia deveria ter sido do agrado de D. Henrique, pois estaria alinhada com a reforma da Ordem que tentava implementar.

O paço surge assim, pelo menos na sua génese, como um polo aglutinador que pretendia juntar perto de si os membros da Ordem de Cristo até então dispersos por diversos locais. Tal deve-se ao facto de então não existir ainda uma verdadeira estrutura conventual comunitária. O primeiro passo para esse fim foi a construção dos dois primeiros claustros por parte do Infante (veja-se fig.2). Estes são, segundo cremos, de construção posterior ao paço.

⁵⁰ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

⁵¹ A.M.T. vol. VII, 1971:77.

⁵² Borges, 1997: 48.

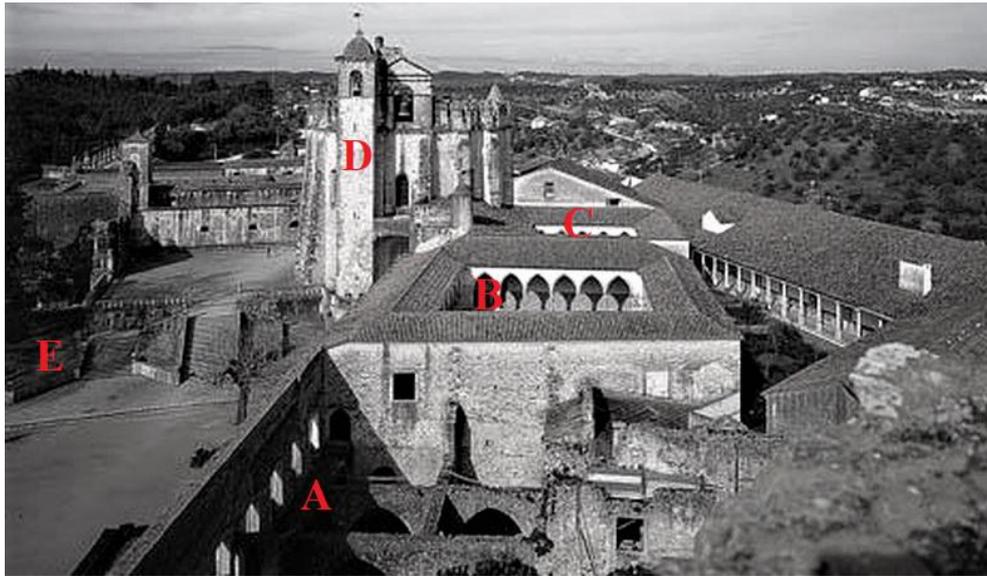


Fig. 2 - Localização dos claustros, vista nascente-poente. A – paço do Infante, B – claustro da Lavagem, C – claustro do Cemitério, D – igreja, E – terreiro de recebimento.

A prova mais evidente para a anterioridade do paço em relação ao claustro da Lavagem e ao claustro do Cemitério provem dos escritos de Frei Jerónimo Román, datados já no período Filipino. Após a descrição da Igreja e dos objetos litúrgicos do Convento o freire descreve os restantes edifícios conventuais, iniciando precisamente pelos paços Mestrais:

" El primer i mas antigo es la claustra vieja que por ser la primera y mas antigua se llama ansy i sirve de pocas cosas no tiene altos pero tiene en medio un naranjal excelente y fresco este hiço el ynfante Don Henrrique y esta agora entre unos edeficios y casas viejas que sirvieron de palacios del rey Don Manuel y otros que llaman casas de la reina por que este rey i reina tuvieron mucha aficion a este conbento." ⁵³

O espaço descrito por Frei Jerónimo é o jardim do paço, que refere ter um laranjal no centro, feito por D. Henrique. Anos antes, também Frei Pedro Álvares Seco descreve o local da seguinte forma: *"entre estes paços e o castelo havia um laranjal e jardim que é dos ditos paços, e era de tanta largura..."⁵⁴*. Apesar de ser o mesmo espaço, Frei Jerónimo chama-lhe claustra, o que será certamente um erro do freire que entendeu como claustro o jardim do paço. Isto deve-se provavelmente ao grande tamanho do jardim e ao facto de estar rodeado de varandas e

⁵³ Román, 2008: 80.

⁵⁴ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

arcarias. Assim, a informação mais importante veiculada por Frei Jerónimo é que este espaço é o mais antigo e o primeiro a ser construído, pois, continua dizendo:

*"Andando hun poco mas para el obcidente ay otra claustra antigua que es la sigunda en antiguedad la qual hiço el mesmo ynfante Don Henrrique y tiene claustro alto hiso la pintar toda assy por las paredes como lo alto de los doceles el rey Don Manuel renovando la sirve agora de lavatorio de los havitos de los relegiosos los quales xavonan y lavan sus cogullas y havitos porque tienen junto una cisterna de agua."*⁵⁵

Atendendo à descrição, é ao claustro da Lavagem a que Frei Román agora se refere, afirmando ser o segundo em antiguidade, em relação ao descrito anteriormente, o jardim do paço que o agostinho acredita ser um claustro. É isto que nos leva a concluir que o claustro da Lavagem e, por consequência, o do Cemitério, também foram construídos depois do paço. O claustro do Cemitério é descrito de seguida, o que vem confirmar o trajeto do freire, do castelo para o oratório, na sua descrição:

*"Mas abaxo como nos vamos metiendo para el combento enmediatamente se sigue otra claustra que hiço el mesmo ynfante y maestre Don Henrrique la quaal no tiene altos (...) Sirve este claustro de sementerio de relegiosos por estar muy junto y acomodado a la iglesia"*⁵⁶

Um outro indício da maior, ainda que relativa, antiguidade do paço henriquino em relação aos claustros, é obtido através da comparação das marcas de canteiro nos arcos do paço e dos claustros. Através da observação da arcaria do paço do Infante foi-nos possível identificar, pelo menos, três marcas distintas (veja-se fig.3 e anexo 59). Ora, nenhuma destas marcas se repete no claustro da Lavagem (dois andares) e no claustro do Cemitério⁵⁷. Deste modo, é possível que estes três canteiros não tenham trabalhado igualmente nos claustros, pois já não se encontravam nesta empreitada. A explicação mais natural para tal ocorrência é o facto de ter

⁵⁵ Román, 2008: 80.

⁵⁶ Román, 2008: 80.

⁵⁷ Já em 1961 Eugénio Figueiredo e Silva (Figueiredo e Silva, 1961) chamava atenção para a presença de marcas de canteiro semelhantes nas arcarias do claustro da Lavagem e dos Estaus de Tomar, o que pode indicar um período construtivo simultâneo, ou imediato, para estas estruturas, que desta forma terão partilhado canteiros na sua construção.

existido um hiato de tempo, ainda que pequeno, entre a construção do paço e dos claustros, que são, desta forma, uma empreitada distinta da do paço.

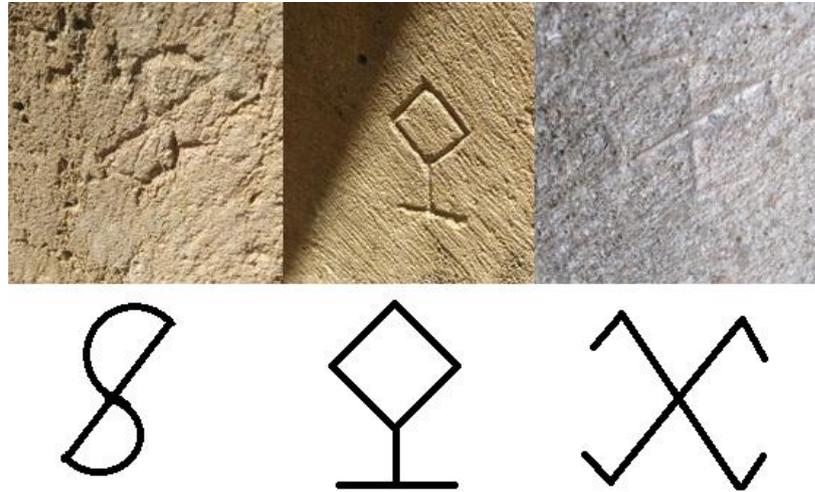


Fig. 3 - Marcas de canteiro na arcaria do paço do Infante.

Já foram referidos anteriormente os motivos que levaram o Infante a optar por construir o seu paço no interior do aposentamento dos cavaleiros e junto do castelo. Podemos acrescentar agora outro: caso D. Henrique planeasse já construir os claustros, reservaria as imediações do oratório para tal, tornando-se necessário escolher um espaço mais afastado para o paço (veja-se fig.4). Um outro fator que deve ser levado em conta no que toca aos ritmos construtivos e distribuições espaciais tem a ver com as habitações que já se encontravam no aposentamento. Estas foram certamente demolidas, num processo que se adivinha moroso e, quem sabe, de negociação complexa com os seus habitantes.

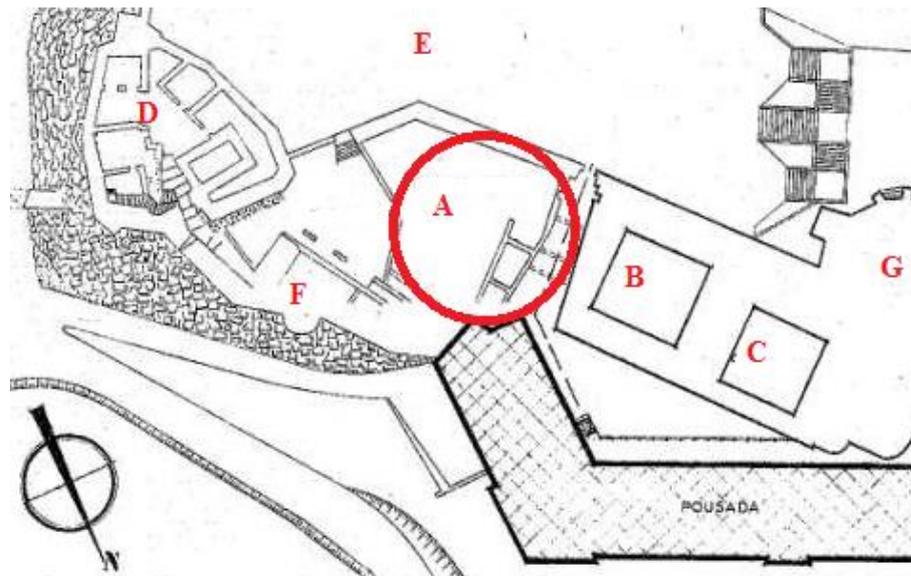


Fig.4 - Localização do paço dentro do aposentamento dos cavaleiros. A – paço do Infante e jardim, B – claustro da Lavagem, C – claustro do Cemitério, D – castelo, E – terreiro, F – paço da Rainha (posterior), G –igreja.

Não chegou até nós qualquer documento que possa comprovar quais as datas de construção tanto do paço como dos claustros. Apesar disso, no caso do paço do Infante, é possível propor duas datas que balizem a sua construção.

Nomeado Mestre da Ordem de Cristo em 1420, só em 1426 D. Henrique fez a sua primeira visita a Tomar, onde nunca tinha estado⁵⁸. Ou seja, no período anterior ao Mestrado da Ordem não existiria qualquer motivo para que o Infante aí erigisse paços próprios, situação que muda com o novo cargo. A construção do paço pode ter começado nesse mesmo ano, embora o mais natural é que esta tenha apenas ocorrido depois da primeira visita do Infante a Tomar, já depois de conhecer o espaço. A ação de construir um paço foi um projeto planeado, do local à forma. Como referimos anteriormente, esta localização não foi deixada ao acaso, fazendo parte de um cuidadoso plano traçado pelo Infante.

Quanto ao termo da obra, na crónica de D. Duarte, Rui de Pina informa-nos que *"se foi [o rei] a Tomar e pousou nos paços da ribeira onde logo adoeceu (...) deu a sua alma a Deus*

⁵⁸ Garcia, 1996: 8.

*já nos paços do convento que foi levado.*⁵⁹. Ora, D. Duarte morreu em Setembro de 1438⁶⁰, data em que o paço já estaria terminado ou pelo menos parcialmente apto a ser ocupado.

A autoria é, como expectável, completamente desconhecida. Não são conhecidos mestres-de-obras ao serviço permanente de D. Henrique, conhecendo-se apenas um ourives judeu residente na corte do Infante⁶¹. A Fernão Gonçalves, nome grafado em caracteres góticos na base de uma coluna do claustro do Cemitério⁶², tem sido atribuída a obra dos dois claustros. Mas nada sugere que tenha sido igualmente ele a erguer o paço, pois os únicos elementos que os claustros e o paço partilham, as arcadas góticas chanfradas no nível inferior, são demasiado genéricas para permitir qualquer proposta de autoria.

⁵⁹ Pina, 1966: 203

⁶⁰ Amorim Rosa, 1963:1.

⁶¹ Dias, 1993:32.

⁶² SIPA, Convento de Cristo.

O Paço – Morfologia, Análise e Interpretação

Devido à ação do tempo e do Homem, hoje, os paços de Tomar encontram-se em estado de ruína, delapidados e adivinhavelmente alterados. Para entender esta tipologia de edifícios é necessário inseri-los no contexto construtivo da época em que foram erguidos e também, caso a caso, conhecer e avaliar todas as suas variantes no que diz respeito à sua história individual, encomendante, autoria e condicionamentos físicos e geográficos. É esse o exercício a que nos propomos de seguida, iniciando a análise do Paço do Infante com a apresentação dos vestígios físicos sobreviventes (veja-se planta 1 e 2).

Na zona do paço a muralha templária converge para o castelo. Com a construção do paço foi isolada uma zona sensivelmente triangular, balizada a nascente pelo castelo e a poente pelo paço. O paço e o seu jardim foram, assim, encaixados num dos cantos do aposentamento dos cavaleiros, com o corpo do paço a isolar esta zona do restante recinto amuralhado. Um dos principais acessos ao paço faz-se através do grande tabuleiro ou recinto do recebimento, concretamente pela porta dos arcos, tal como nos informa Frei Pedro Álvares Seco:

*"uma porta grande que está debaixo da sala deles [os paços], junto aos degraus do primeiro tabuleiro, que se chama Porta dos Arcos pelo qual portal vai ser ventia por debaixo dos ditos paços..."*⁶³.

Esta porta ainda se conserva, inserida na fachada sul dos paços. Para lá deste portal encontra-se a arcaria que suportava parte do piso superior do paço, composta por quatro módulos irregulares, ligados entre si por arcos apontados de aresta chanfrada (veja-se fig. 5 e planta 4). É a estes arcos que a denominação *porta dos arcos* faz referência.

⁶³ A.M.T. vol. VII, 1971:76



Fig. 5 - Arcaria, vista norte-sul, com a porta dos arcos ao fundo.

Paredes meias com a arcaria está, a oeste, o claustro da Lavagem e a sul a parede que, reaproveitando a muralha sul do aposentamento dos cavaleiros, passou a ser a fachada sul do paço. A este da arcaria localiza-se o espaço onde estava o jardim e laranjal, como descrito por Pedro Álvares Seco. A zona a norte da arcaria está dividida em duas áreas. A nascente, junto ao espaço do jardim, num plano mais elevado devido à inclinação do terreno, um conjunto de três compartimentos em fila, hoje sem piso e sem cobertura. Estes espaços estão ligados entre si e os dois primeiros, junto da arcaria, apresentam cada um uma janela quadrangular. Apenas a divisão mais afastada da arcaria não tem qualquer janela, dotada apenas de duas portas para o exterior, uma a este e outra a oeste, a última parcialmente obstruída por construções de períodos posteriores. Entre este corpo tripartido e o claustro da Lavagem existe uma zona que seria, tal como hoje, descoberta.

A sul desta zona, dois arcos ligam o corpo das câmaras e o claustro: o do lado da arcaria em volta perfeita e o do lado norte abatido (veja-se fig. 6). Ambos suportam paredes encimadas por um telhado de apenas uma água. A área descoberta contígua aos arcos é referida por Frei

Álvares Seco como "*recebimento de varanda*"⁶⁴, que continua a descrever: "*e aqui neste descoberto (...) está uma parede de muro da banda do Norte e nela um portal por onde se entra a outro terreiro meão...*"⁶⁵. No lado norte do recebimento da varanda ainda se conservam os vestígios de uma parede interrompida por um portal. Na soleira do referido portal ficaram gravadas as marcas da passagem de rodas. Para norte deste antigo portal ficava um *terreiro meão*, hoje ocupado pela enfermaria nova do Convento de Cristo. Ainda no piso térreo, duas portas ligavam o paço com o nível inferior do claustro da Lavagem: uma a sul, em arco de volta perfeita, comunica com um dos módulos da arcaria e outra, a norte, em arco apontado, comunica com o recebimento da varanda.



Fig. 6 - Recebimento da varanda, vista norte-sul. A – espaço do recebimento, B – arco abatido, C – arco de volta perfeita, D – arcaria, E – claustro da Lavagem, F – aposentamento do Infante/câmaras.

Sobre a arcaria estava localizada a sala grande do paço, informação mais uma vez atestada por Pedro Álvares Seco. Este espaço hoje não apresenta piso nem cobertura. Também as paredes não subsistem, com exceção de um pequeno segmento do lado norte, onde ainda se podem ver os vestígios de uma porta, hoje emparedada, e fragmentos de pinturas a fresco.

⁶⁴ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

⁶⁵ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

Neste nível existe uma porta apontada que utiliza o grosso da parede para estabelecer a comunicação entre o paço e o claustro da Lavagem através de uma escada que liga estes dois espaços com o terreiro em frente do paço. Ainda no andar superior da parede sul do paço abrem-se oito janelas com conversadeiras, três sobre a área da arcaria e as restantes sobre o espaço do jardim (veja-se fig.7). No nível inferior da mesma parede, apenas visível do lado do jardim, subiste uma profunda janela com conversadeiras, hoje emparedada, e uma porta estreita com degraus, igualmente obstruída. O espaço do jardim é encerrado a nascente por uma parede paralela ao claustro da Lavagem. Descritos os vestígios materiais do paço do Infante, passemos agora à sua interpretação.



Fig.7 - Fachada sul do paço. A vermelho a área ocupada pela sala grande. A – porta dos arcos (exterior),

O elemento mais expressivo dos paços do Infante D. Henrique é a arcada térrea. Este elemento é o que mais se destaca, não só em Tomar, mas também nos paços construídos ou intervencionados na mesma época e que lograram chegar até nós, como em Barcelos, Belas, Tentúgal ou Sintra. Como foi referido anteriormente, esta arcaria está dividida em quatro módulos de tamanho e formato aproximado. Através da observação do aparelho parietal que compõe as arcadas é possível constatar que apenas os dois módulos juntos ao claustro da

Lavagem são medievais, tanto mais que as aduelas que formam os arcos apresentam ainda marcas de canteiro.

Em contraste, os arcos dos dois outros módulos apresentam cantaria talhada mecanicamente e o aparelho parietal que suportam é claramente diferente do dos outros dois módulos, aproximando-se mais do da parede exterior do primeiro piso do claustro da Lavagem, reconstruído pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na primeira metade do séc. XX. Através do acervo fotográfico, relativo ao Convento de Cristo, no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) é possível conhecer os diferentes aspetos e intervenções do paço do Infante durante o séc. XX. Uma fotografia datada de 1938 (veja-se anexo 1), tirada a partir do claustro da Lavagem, mostra o estado de ruína do mesmo e uma habitação construída sobre a arcaria do paço. Esta habitação desapareceu durante as obras de restauro do claustro contíguo, como provam imagens captadas durante o restauro (veja-se anexo 2), infelizmente sem datação. Numa outra imagem (veja-se fig.8 e compare-se com anexo 3), anterior as já referidas e tirada a partir do jardim, mostra que a casa estava assente apenas sobre os dois módulos junto do claustro da Lavagem pois eram os únicos que existiam. No entanto, é possível ver o arranque de um arco em direção a nascente e a sua base oposta, o que nos prova que existiam originalmente mais dois módulos, entretanto perdidos.



Fig.8 - Arcaria, vista nascente-poente. A – arranque de arco original, lado pente, B – arranque de arco original, lado nascente, utilizado como orientador durante reconstrução do arco desaparecido.

Certamente foi com base neste pormenor que os técnicos da DGEMN reconstruíram os arcos dos dois outros módulos, como ainda podemos ver hoje em dia. Além disso, no andar superior, entretanto desaparecido, o corpo tripartido parte precisamente dos módulos do lado nascente, o que nos indica que estes seriam indispensáveis. Apesar de não serem os arcos originais, os presentes seguem o formato medieval, o que nos leva a concluir que o paço tinha pelo menos quatro módulos na sua arcaria e que estes seriam possivelmente os únicos.

A casa nobre distribuía-se geralmente por dois níveis, o piso térreo e o piso nobre. A necessidade de elevar a casa está ancorada em fatores práticos e simbólicos. Elevar a zona habitacional da casa — o piso nobre — permitia manter este núcleo afastado do solo e, desta forma, evitar o contacto com animais, humidades e escorrência de águas. Além disso, também o aspeto elevado da casa permitia ver e ser vista, princípio também relacionado com o fator simbólico, numa referência clara às antigas *domus-fortis*, como expressão do poder do senhor sobre a terra⁶⁶. Talvez aqui a educação da nobreza medieval fosse também um fator mestre, pois esta procurava um sentido de verticalidade moral e mesmo física, associando esta verticalidade com uma superioridade de carácter do indivíduo e do grupo enquanto classe social⁶⁷. Não seria estranho ver esse ideal aplicado à moradia, construída também ela no sentido vertical. Todos estes fatores se aplicam no caso de Tomar. Os de ordem física isolariam a casa de águas e humidades e o seu acesso seria mais dificultado a animais, muitas vezes portadores de sujidade e doença. Além disso, ao elevar a casa, o Infante vencía assim também o desnível de 3,5 metros existente no terreno entre a cerca norte e sul. Como já foi referido anteriormente, o paço funciona também como representante do seu proprietário. Ao demarcar-se em altura na paisagem, o paço mantinha a figura do Infante sempre presente e o seu domínio indubitável, ao mesmo tempo que adquiria uma maior dignidade estrutural.

Como já foi apontado, o paço é elevado em parte pelo desnível do terreno e em parte pela arcaria apontada. Os palácios godos e lombardos apresentavam este mesmo elemento morfológico já desde o século XI, designado de *laubia* com a variante franca *laubja* que passou para o português tardo-medieval como *logea*, dando origem ao português moderno loja. No final do século XV e ao longo do século XVI o termo *logea* é utilizado para referir este espaço preciso. Este recinto era utilizado pelo monarca ou senhor para

⁶⁶ Trindade, Goes, 2017: 348-349.

⁶⁷ Oliveira, 2015: 157.

a aplicação da justiça e administração, função que já detinha desde tempos recuados, além de criar um espaço de aparato adequado à condição do senhor enquanto vértice da sociedade feudal⁶⁸, providenciando também um espaço de recolhimento das condições climáticas, assim como de armazenamento e circulação. O recurso a esta solução estrutural está presente nos paços aristocráticos coevos de Tomar, mas não só. Devido ao seu carácter administrativo e judicial, também a solução das arcadas térreas foi adotada pelas casas da câmara e paços do conselho tardo-medievais, como ainda podemos ver em Guimarães, Viana ou Barcelos⁶⁹.

No caso de Tomar, a arcaria parece ter funcionado principalmente como elemento de circulação, permitindo ligar o terreiro do recebimento com as restantes áreas do paço: o recebimento da varanda — que levava à sala grande e ligava ao terreiro a norte —, ao claustro e ao jardim⁷⁰. Tal deve-se ao facto de as arcadas abrirem para o recebimento da varanda e para o jardim, e ainda a existência de portas no seu interior: a porta dos arcos, voltada para o terreiro e a porta que comunica com o claustro da Lavagem (veja-se anexo 4). Os dois módulos juntos ao claustro da Lavagem assemelham-se a uma via de comunicação, evidenciada pela calçada que os percorre (veja-se anexo 5). Esta via liga o terreiro, que no período medieval estava a uma cota mais baixa, através da porta dos arcos — que seria alta o suficiente para passar por ela um homem montado num cavalo — com o espaço seguinte, o pátio que levava à sala grande e ao terreiro posterior. Todas estas características denunciam o cariz articulado da arcaria e a sua principal função como espaço de circulação.

Seguindo a calçada moçárabe pré-existente, hoje parcialmente subterrada, que atravessa os dois módulos medievais chega-se ao espaço que Frei Pedro Álvares Seco apelida de *recebimento da varanda* (veja-se fig. 9). Como já foi referido existem dois arcos no lado sul deste espaço. O primeiro faz a ligação entre a arcaria e o recebimento e apresenta, ao contrário da arcada que tem arcos apontados, um formato em arco de volta perfeita. Além disso está a

⁶⁸ Silva, 1995:216-217.

⁶⁹ Trindade-Goes, 2017: 350.

⁷⁰ Não subscrevemos a hipótese apresentada por Maria José Bento na sua dissertação de doutoramento, nomeadamente de o piso térreo do paço do Infante ter funcionado como *dependências servisais*, segundo palavras da autora (Bento, 2014: 261). Tal deve-se ao facto de o único espaço verdadeiramente funcional no piso térreo do paço do Infante ser a arcaria. Tal como foi referido anteriormente a arcaria seria essencialmente um dispositivo de circulação, evidenciado pelas portas e arcos que aí se articulam, o que inviabilizaria a sua utilização como zona de serviço, expeto, talvez, para armazenamento. A problemática da zona de serviço é tratada mais a diante.

uma cota ligeiramente superior em relação às bases da arcaria, por forma a acompanhar o desnível do terreno. Apesar das diferenças com os outros arcos anteriormente referidos, este parece ser do mesmo período, pois está inserido na mesma tipologia construtiva, constatada através da semelhança da sua cantaria com a da arcaria. Em frente a este arco, do lado norte, outro arco antecede-o. Em asa de cesto é, como os restantes, chanfrado e apresenta, ao nível da imposta que remata o pé-direito do arco, um desvio de alguns centímetros para poente. O mesmo não acontece no lado nascente do arco, onde a imposta e a aduela estão perfeitamente alinhadas, embora deste lado o arco arranque diretamente da parede e por isso não tenha base. Este é também o único arco que tem uma moldura de silhares talhados, o que, conjugado com a diferença do tratamento da pedra, nos leva a concluir que este arco é posterior aos referidos anteriormente. O mais verossímil é que este arco tenha sido construído durante as renovações do paço no séc. XVI, mais propriamente no reinado de D. Manuel I. Esta zona foi alvo de várias intervenções que lhe alteraram o aspeto. No canto sudeste do recebimento, entre os dois últimos arcos referidos, a parede apresenta um aspeto distinto das restantes pois é constituída, à semelhança da moldura do arco abatido, com silhares perfeitamente talhados. Além do mais, esta parede apresenta uma clara separação com a parede que contém o arco de ligação entre a arcaria e o recebimento da varanda, o que prova, em conjunto com a semelhança anteriormente apontada, que esta estrutura é posterior à época do Infante e que, tal como o arco abatido com que faz ligação, é do período manuelino.



Fig. 9 - Recebimento da varanda, vista norte-sul. Arco abatido em primeiro plano, arco de volta perfeita em segundo. Arcaria ao fundo. À esquerda do arco abatido, local provável da localização da escada.

Em 1571 Pedro Álvares Seco relata: "*... num recebimento de varanda (...) e aqui neste descoberto donde sobe esta escada...*"⁷¹. Através desta passagem, ficamos a saber que este recebimento tinha uma varanda e que era aqui que estava situada a escada que levava ao andar superior. Atendendo à configuração deste espaço parece-nos que a escada estaria localizada do lado nascente do recebimento, ascendendo de norte para sul. Esta entestaria com a varanda que estaria no lado sul do recebimento, assente entre os dois arcos aí existentes. No tombo dos bens do Convento é descrito que D. Manuel: "*...no andar da claustra testeira [da Lavagem] deu entrada e serventia nos paços por uma escada que se lançou no grosso da parede por que se sobe à sala ...*"⁷². Tudo indica que tivesse existido a intenção de melhorar ou mesmo alterar a circulação. Tal explicaria a criação da parede de silhares e o arco abatido, cuja função seria suportar a varanda superior, tanto mais que a parede de silhares só acompanha o piso térreo. Nada nos informa como seria a escada na época do Infante, mas, o mais natural, seguindo a lógica construtiva e de circulação do paço, é que fosse semelhante à manuelina. O que nos leva a concluir que D. Manuel se limitou a melhorar a estrutura pré-existente, seguindo a sua morfologia de perto (veja-se fig.10).

⁷¹ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

⁷² A.M.T. vol. VII, 1971: 89.

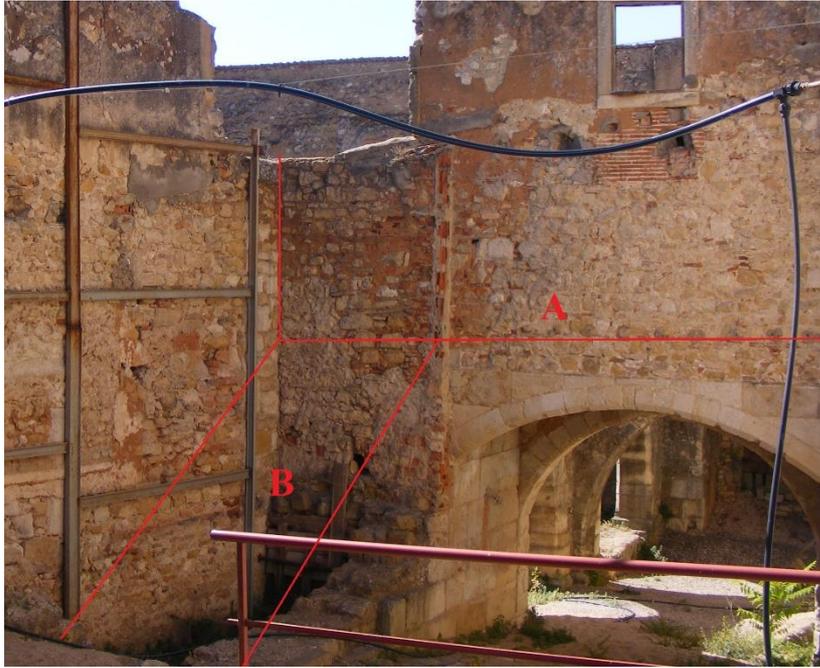


Fig. 10 - Recebimento da Varanda, vista norte-sul. A – varanda, B – provável localização da escada de acesso à sala grande.

Nada resta da escada e da varanda, excepto os arcos que suportavam a última e também, entre os dois arcos, naquilo que seria o piso superior, a soleira e parte dos aros de uma porta, hoje emparedada. Seria esta a porta que ligava a varanda com a sala grande? E, em caso afirmativo, seria a original ou mais uma alteração manuelina? O mau estado de conservação destes elementos, infelizmente, não nos permite chegar a uma conclusão definitiva.

Como afirmado anteriormente, este espaço foi alvo de várias alterações ao longo do tempo. Uma fotografia (veja-se anexo 6) datada de 1965, tirada a partir da arcaria, mostra o arco de ligação entre a arcaria e o recebimento emparedado. Mais recentemente, o espaço do recebimento foi ocupado por um bar de construção contemporânea, entretanto demolido, do qual ainda se podem observar algumas cicatrizes como os restos de uma parede de tijolo e ainda marcas do local onde o seu telhado estava assente (veja-se anexo 7 e 8).

O espaço do recebimento existe desde a época da construção do paço pelo Infante D. Henrique, pois é um elemento estrutural que também encontra paralelos nos paços tardo-medievais coevos. Este espaço é normalmente descrito como estando em frente do paço e rodeado de muros, com um portão que lhe dava acesso, e tinha funções práticas e simbólicas.

No plano prático tinha como função — como o nome indica — receber quem chegava ao paço, mas também permitir a circulação de bens e víveres. Além disso também permitia dotar a casa de maior dignidade, pondo em evidência a fachada do paço, ao mesmo tempo que era palco, no caso dos paços régios, de grandes celebrações públicas⁷³. Podemos observar exemplos destes recebimentos no paço da Ega, em Santiago da Guarda, ou em Guimarães. Ora, isto levanta algumas questões em relação ao caso de Tomar. Geralmente este espaço é apelidado de *terreiro do recebimento*, o que se sucede em Tomar é que, pelo menos nas palavras de Frei Álvares Seco, o terreiro é um espaço completamente independente do recebimento, que na sua descrição acrescenta ainda ser *da varanda*. O que nos parece é que o freire utilizou esta nomenclatura para se fazer entender o melhor possível. O pátio exterior apelidado apenas de terreiro seria, como já foi referido, um espaço aberto que permitia a circulação e ao mesmo tempo separava o aposentamento dos cavaleiros da almedina, mas o verdadeiro recebimento do paço seria o recebimento da varanda pois este estava destinado apenas ao paço, contrariamente ao terreiro. No entanto, o recebimento da varanda continua a levantar um problema: o seu reduzido tamanho quando comparado com os recebimentos da Ega ou de Guimarães, por exemplo. Este facto parece não ter sido sempre uma realidade. Como já foi previamente afirmado, os claustros contíguos ao paço são seus posteriores, o que significa que antes da sua construção o recebimento da varanda seria mais aberto ao exterior, nomeadamente sobre o aposentamento dos cavaleiros.

Como já aqui foi dito, ao subir a escada, localizada no recebimento da varanda, chegava-se à sala grande do paço, posicionada sobre a arcaria sobradada, e ocupando a área correspondente aos quatro módulos anteriormente referidos. A identificação deste espaço como a sala grande não acarreta qualquer dificuldade pois é o próprio Pedro Álvares Seco que o confirma:

"Estes paços antigos tinham duas serventias; uma pelo primeiro tabuleiro dos dois que mandou fazer o dito senhor Rei D. Manuel a que se sobe pelos degraus que são da largura do mesmo tabuleiro; e da banda do Norte, logo subidos os degraus está um portal para a Claustro Têrrea [da Lavagem] onde está outra escada de pedra contra Levante por que se sobe à sala dos ditos paços Antigos. Há outra serventia dos ditos Paços Antigos: é por uma porta grande

⁷³ Silva, 2010: 86.

que está debaixo da sala deles, junta aos degraus do primeiro tabuleiro, que se chama Porta dos Arcos."⁷⁴

A primeira porta a que se refere o freire é a que está do lado poente da sala e, como já apontado, está ligada a uma escada no grosso da parede do claustro da Lavagem que liga os dois pisos do mesmo com a sala grande do paço e o terreiro exterior (veja-se anexo 9). A segunda é a já identificada porta dos arcos que está situada na parede sul do paço junto da arcaria. Também a comparação com outros paços, como por exemplo Sintra que também tem a sua sala grande situada sobre a arcaria térrea, nos permite concluir que esta localização era recorrente. Em suma, não resta qualquer tipo de dúvida quanto à identificação deste espaço como a sala grande do paço do Infante (veja-se fig. 11).



Fig. 11 - A vermelho, o espaço ocupado pela sala grande sobre a arcaria, vista do jardim.

Da sala grande que o Infante conheceu já pouco resta. A sala tem apenas duas paredes: a sul e poente. A parede poente é uma reconstrução da DGEMN, comprovada com imagens da época do restauro (veja-se anexo 10), que mostram que a parede original foi bastante alterada

⁷⁴ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

e, a sobreviver, apenas a sua parte inferior é original. Tal deve-se ao facto de, até aos restauros da DGEMN, o vizinho claustro da Lavagem ter perdido grande parte do seu piso superior e também à existência de uma habitação construída sobre os dois módulos da arcaria junto ao claustro, ocupando cerca da metade poente do espaço da antiga sala grande. Com os restauros, esta habitação foi demolida e com ela parte da parede poente que foi reconstruída para suportar as coberturas do piso superior do claustro da Lavagem. Ainda hoje, e apesar da *patine* entretanto adquirida, é possível evidenciar a diferença no aparelho parietal entre o piso inferior, junto da arcaria, e o superior, no espaço da sala, este, claramente contemporâneo. É também desta data a janela que hoje se abre do sobreclaustro para as ruínas do paço henriquino. Quanto à parede sul, esta parece ser a original, construída através do reaproveitamento da muralha que ligava o castelo ao oratório dos cavaleiros. Também esta sofreu intervenções ao longo do tempo, as quais trataremos mais à frente.

No nível superior, sobre o arco de volta perfeita da arcaria, junto à parede que divide com o claustro, subsiste ainda um fragmento de parede. Esta seria a parede entre a sala e a varanda que ligava à escada, através de uma porta, ainda visível, mas entretanto encerrada. É graças a esta parede que se pode compreender melhor o espaço da sala, encerrado a norte pela mesma, pois apresenta ainda dois fragmentos de pintura mural (veja-se anexo 11). Este facto leva-nos a crer que a sala foi, a certa altura, completamente decorada com pinturas murais.

Neste momento é indispensável recorrer ao capítulo LXXXI do *Leal Conselheiro* de D. Duarte. Ao enumerar as câmaras necessárias, na sua opinião, numa casa nobre, D. Duarte começa pela sala, a mais importante: "*Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir.*"⁷⁵. Como afirma o rei, este espaço estaria aberto a todos, excepto aos que se encontravam a braços com a justiça. A sala era o local de celebração e manifestação pública de poder por excelência⁷⁶. É pela mão do próprio Infante D. Henrique que sabemos que este facto não lhe era estranho:

"... damçamos e cantamos huu pedaço no paaço. E o jffante veo hi e tinha seu estrado e seu pano destado. E a salla era toda emparamentada. E foy servido vinho e fruita per

⁷⁵ Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

⁷⁶ Silva, 1995: 28.

*nosoutros. E o jffante dom Pedro leuaua o pano e eu o confeiteiro e o jffante dom Fernando a fruta e o comde o vinho."*⁷⁷

Este é um extrato da missiva escrita pelo Infante D. Henrique que descreve, ao seu pai, o casamento do seu irmão, D. Duarte, com a infanta D. Leonor, nos antigos paços de D. Isabel de Aragão, junto ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Setembro de 1428. Através dele, somos informados que as celebrações tiveram lugar na sala do paço, e que esta se tinha transformado para a ocasião, pois estava toda *emparamentada*, e há referencia a um *estrado e seu pano destado*. Como aponta José Custódio Vieira da Silva, a sala era o local de cerimónias publicas por excelência, pois era a divisão mais aberta ao exterior, o que facilitava o seu acesso, e que devido às suas grandes dimensões é o espaço mais simbólico da casa nobre, a partir da qual a restante casa se desenvolve⁷⁸.

A sala do paço do Infante em Tomar enquadra-se dentro das práticas construtivas e habitacionais enunciadas. É o maior espaço do paço, com uma área bastante superior aos restantes. Tinha ligação direta ao exterior através da varanda e as suas fachadas abriam sobre o terreiro, jardim e recebimento, o que demonstra a função de "âncora" de toda a construção e dominância sobre os espaços que a rodeavam. Apesar de destruída, ainda é possível projetar como seria. O pavimento, hoje desaparecido, deveria ser formado de traves de madeira, traves essas por sua vez fixadas no topo dos módulos da arcaria, onde, ainda é possível ver os orifícios de encaixe. O piso em si poderia ser em madeira ou ladrilhado (veja-se fig. 12), talvez à imagem do que acontecia no paço de Leiria, obra do pai do Infante, onde foram descobertos fragmentos cerâmicos policromados do pavimento⁷⁹, que nos demonstram a existência um variado leque de forma geométricas e cores.

⁷⁷ Monumenta Henricina, vol. III, 1961: 25.

⁷⁸ Silva, 1995: 28.

⁷⁹ Silva, 1995: 121.



Fig. 12 - Interior trescâmara, parede sul. Vestígios de pavimento cerâmico. A – Soleira da porta entre a câmara e a trescâmara.

As paredes de alvenaria seriam rebocadas e pintadas, como os fragmentos de pintura mural aí presentes deixam adivinhar. Numa escritura outorgada a 12 de Outubro de 1431, o Infante doa à Universidade de Lisboa umas casas que possuía no bairro dos escolares, na mesma cidade, para que nelas se instalasse a Universidade. No documento, D. Henrique define também o aspeto das salas e a sua função:

"e estas todas [sete artes liberais] ordeno que se leam em a casa pequena que está a par da grande terrea, cujas poertas saem aa castra; e hi estem pintadas as sete artes, afora a gramatica, porque he de grande arroydo, a quall mando que sse lea na casa de fora, que he das parteenças das dictas casas. E a logica sse lea na loia que se corre tambem de fora pollo quintaal; e a mediçina sse lea na outra loia, parede em menos com esta que sse corre pera dentr, e hi seia pintado Galiano; e, nos sobrados destas, no primeiro, sse lea a sancta theologia, e hi este pintada a Sancta Trindade; e, no segundo, sse lea degrataaes, e hi este pintado huu papa; e, no de sobre as artes, sse lea de philosafia natural e moral, e hi este pindado

Aristotelles, e, na salla parede memos com esta, que esta sobre ho alpende da castra, sse leam as leix, e hi este pintado huu enperador...⁸⁰.

Através deste documento é possível constatar que o Infante associa a pintura dos espaços com a sua função. No caso do seu paço, esta associação tema-imagem não parece tão provável, no entanto, é de notar que D. Henrique dá importância ao aspeto dos interiores e que a pintura mural não lhe é estranha. Será que estes fatores também contribuíram para a pintura das paredes da sua sala em Tomar? Pintadas ou não, certamente teriam regularmente as suas superfícies cobertas de elementos têxteis como tapeçarias, panos de armar e guadamecis.

A época de vida do Infante viu aumentar o consumo deste tipo de produtos, muitas vezes feitos a partir de materiais luxuosos e importados⁸¹, principalmente de países do Norte da Europa, como a Flandres. Por ocasião do casamento dos sobrinhos de D. Henrique, D. Beatriz e D. Fernando, herdeiro do Infante, em 1447, o enxoval da noiva registou um grande número de bens, tais como colchas da Bretanha, lençóis da Holanda, cobertores de grã vermelha de Londres, almofadas, toalhas da Holanda, panos de veludo, damasco e chamalote, paramentos de capela em brocado, damasco e pano da Índia, muitos bordados a ouro, cortinas douradas e prateadas e panos de rás, para adornar as paredes⁸². Este rol ilustra o nível de conforto que os paços tardo-medievais dispunham, em sintonia com a complexificação crescente do quotidiano da nobreza e bem expresso também no acréscimo de espaços domésticos capazes de refletir com eficácia o seu estatuto, poder e riqueza⁸³.

São abundantes as ilustrações da época que lograram chegar até nós, que mostram cenas de banquete em salas revestidas de têxteis e com as baixelas de ouro e prata expostas à vista de todos em altos aparadores. Exemplo disto, em território nacional, é a grande sala de madeira construída por D. João II, em Évora, em 1490, por ocasião do casamento do seu filho D. Afonso com a infanta D. Isabel. Garcia de Resende descreve uma estrutura de tamanho monumental e de grande aparato:

⁸⁰ Monumenta Henricina, vol. IV, 1962: 7.

⁸¹ Silva, 1995: 162.

⁸² Martins, 2011: 22-24.

⁸³ Gomes, 1991, Silva, 1995:160.

"... de dentro era toda das paredes e de cima armada, e toldada de ricos e e fermofos lambeis, coufa noua, que parecia muyto bem polla differença que tinha dos brocados e tapeçaria. (...) no outro topo [sul] era feyto hum muyto grande efrado real, que chegaua de parede a parede, a que fubiam por muytos degraos, tudo alcatifado de ricas alcatifas. (...) E á mam direita era feita hua muyto grande e muyto alta copeira, de muytos dergaos, ha maior que nunca vi, que tomava da porta ate a parede de fala e tinha tanta, e tam rica prata, e tantas tamanhas e ricas peças, que era coufa efpantofa, e de grande marauilha. (...) E ao longo da fala em direito das primeiras grades eftauam altos pendurados no ar per poles que vinham de cima do madeyramento trinta caftiças muyto grandes, e muyto bem feitos em cruz, e dourados, e em cada hum eftauam quatro tochas..."⁸⁴.

Esta passagem da crónica de D. João II ilustra perfeitamente a opulência com que a sala grande de um paço se revestia por ocasião de cerimónias públicas que pontuavam a vida da realeza e aristocracia.

A cobertura da sala do Infante não subsiste, sendo certamente de madeira, material facilmente perecível. É este material que vemos na sala dos paços de Coimbra, Sintra e, segundo Vieira da Silva, também assim seria no paço joanino de Leiria⁸⁵. É uma solução construtiva comum utilizada até ao presente. A sua escolha na Idade Média dever-se-ia à leveza deste material, quando comparado com a pedra, por exemplo, mas com alguma resistência, o que permitia cobrir vãos relativamente grandes sem necessitar de colunas de apoio. A cobertura da sala do paço de Tomar seria, com certeza, em madeira e rematada de telha de produção local, pois, no séc. XV, Tomar era um grande centro de produção deste material cerâmico⁸⁶. Quanto ao formato do telhado, este parece ter sido de feição baixa, como demonstrado pela gravura da Leitura Nova, de 1509 (veja-se fig. 13), onde as coberturas do paço — e também do claustro da Lavagem — não são representadas com um aspeto elevado.

⁸⁴ Resende, 1973: 162-163.

⁸⁵ Silva, 1995: 212

⁸⁶ Barradas, 2006: 231.



Fig. 13 - Leitura Nova, 1509 (detalhe). A – fachada do paço do Infante, B – fachada do claustro da Lavagem. C – igreja, D – tabuleiros de D. Manuel, E – arrabalde de S. Martinho.

Na parede da sala para o terreiro, na fachada sul, rasgam-se três janelas, mas que, pelo seu formato, parecem ser de data posterior ao Infante. Recorrendo novamente à gravura da Leitura Nova, as janelas do paço — e do claustro da Lavagem — são representadas como estreitas janelas duplas ou de mainel, possivelmente apontadas, o que se enquadraria mais no período henriquino, à imagem da única janela preservada nos Estaus de Tomar, também obra de D. Henrique, igualmente estreita e apontada⁸⁷. Apesar de não termos qualquer sinal da sua existência, é muito provável que a sala do paço contasse com uma lareira, encastrada numa das três paredes desaparecidas, tal como é o caso dos paços de Barcelos ou Guimarães. O aumento do número de lareiras, que permitia aquecer espaços com pouca ou nenhuma isolamento térmica, é mais um elemento de prova da melhoria das condições de vida e do nível de conforto dentro dos paços tardo-medievais, que, anteriormente ao séc. XV, registavam uma existência mais sóbria⁸⁸.

Seguindo os conselhos de D. Duarte, na sua enumeração dos espaços necessários no interior de um paço, e após a sala grande, devem estar localizadas as câmaras, dispostas em sequência:

⁸⁷ Figueiredo e Silva: 1961: 6

⁸⁸ Silva, 2010: 84-85

"Segunda [depois da sala], camara de paramento, ou ante-camera, em que costumam estar seus moradores e alguns outros notavees do reyno. Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem haver entrada. Quarta, trescamara, onde see costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar. Quinta, oratorio, em que os senhores soos algumas vezes cadadia he bem de see apartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados."⁸⁹

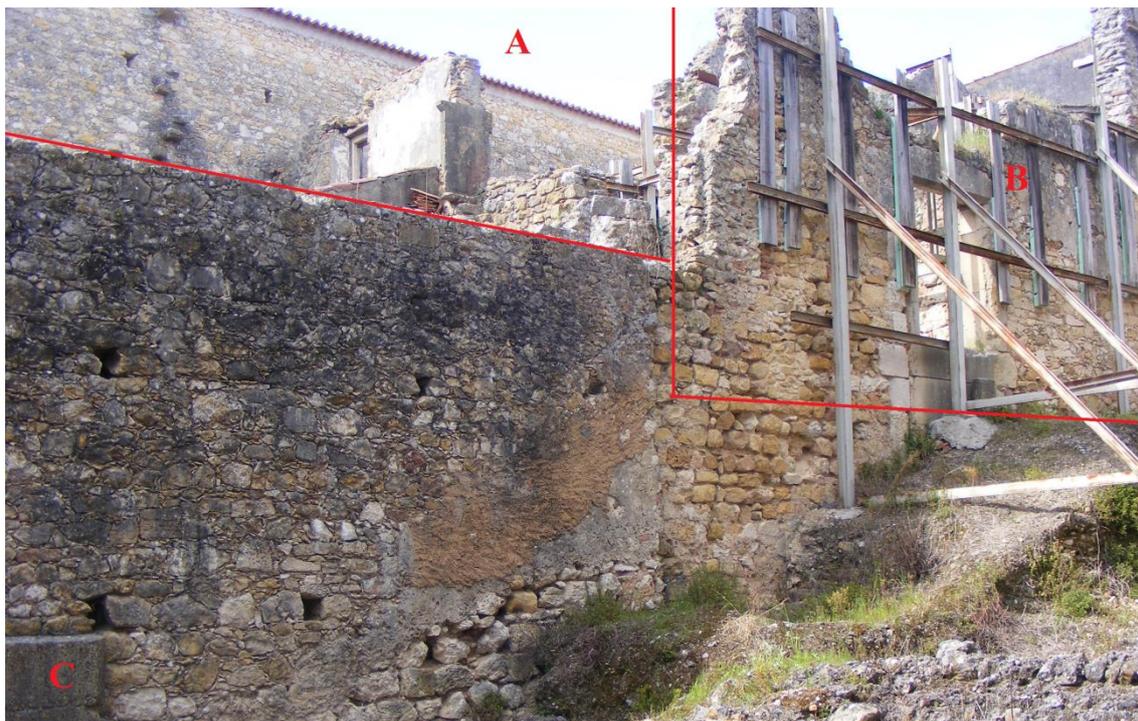


Fig. 14 - A – Sala grande, B – antecâmara, C – arcaria.

Ou seja, depois da sala, contiguamente ligadas entre si, devem estar as câmaras da casa (veja-se fig. 14). Em ordem seguem-se a antecâmara, ou câmara de paramento, a câmara de dormir, a trescâmara ou guarda-roupa e o oratório. À medida que se passa de uma para a outra tornam-se mais restritas através de um processo crescente de filtragem social. A antecâmara admite a entrada dos moradores da casa e de outros notáveis e o seu acesso já se nota mais restrito do que o do cómodo que a antecede, a sala grande, onde todos, exceto os homiziados, entram. No espaço seguinte, a câmara de dormir, apenas os maiores e mais chegados da casa podem entrar, e assim sucessivamente até ao último espaço, o oratório, onde o senhor se dedica à leitura, oração, e observação, solitariamente. A este crescente grau

⁸⁹ Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

de privacidade corresponde um tamanho sucessivamente mais reduzido dos espaços. Se a sala foi descrita como o primeiro e maior espaço dentro do paço, o oratório, por sua vez na ponta oposta da casa, é o mais reduzido⁹⁰.

A esta sucessão de espaços corresponde, no paço do Infante D. Henrique em Tomar, ao corpo tripartido que corre na direção sul-norte, paralelo ao claustro da Lavagem (veja-se fig. 15). Esta zona seria o aposento do Infante, dividido em antecâmara, câmara de dormir e trespâmara⁹¹. Na descrição do paço de Frei Pedro Álvares Seco este localiza o aposento do Infante nesta área: "...e das bandas do Levante e Norte há casas que se chamam o Aposentamento do Infante..."⁹². Anteriormente a esta passagem, o freire descrevia o edifício a partir do recebimento da varanda, o que nos leva a crer que o *aposentamento do Infante* é o corpo tripartido, pois este localiza-se a nascente do recebimento e desenvolve-se na direção norte, correspondendo ao que é indicado pelo cronista. Além disso, a divisão do espaço em pequenas câmaras interligadas que se sucedem entre si, com início na sala grande, é perfeitamente adequada ao ideal áulico aconselhado pelo rei D. Duarte, irmão maior de D. Henrique⁹³.

⁹⁰ Silva, 1995: 28-30, Trindade, 2019: 2-3.

⁹¹ O aposento do Infante em Tomar seria composto por apenas estes três compartimentos pois enquanto celibatário, o Infante nunca teve família própria, logo não teria necessidade de habitar um paço com aposentos duplicados. Além disso, as necessidades da nobreza, em termos espaciais, no séc. XV estariam perfeitamente coadunadas com o que é apresentado no paço de Tomar.

⁹² A.M.T. vol. VII, 1971, 76.

⁹³ Nas suas dissertações de mestrado (2008: 178-180) e doutoramento (2014: 266-267), Maria José Bento propõe a identificação do corpo tripartido a norte da sala grande como antecâmaras que ligariam ao aposento do Infante, que a autora apresenta em planta como sendo um conjunto de câmaras localizadas a nordeste do corpo tripartido, onde hoje se ergue parte da enfermaria e botica novas. Discordamos desta proposta interpretativa pois, como foi referido, o espaço comprovado no paço do Infante seria satisfatório para as suas necessidades habitacionais, ao qual se soma o facto de não existirem provas documentais e físicas que atestem a presença de um conjunto de câmaras coevas a D. Henrique com a disposição e funções que a autora propõe naquele local.



Fig. 15 - A – sala grande, B – aposentamento do Infante/câmaras, C – arcaria, D – jardim.

O aposentamento do Infante é o espaço mais frágil do paço, confiando, hoje em dia, a sobrevivência das suas estruturas danificadas numa armação metálica que sustem as paredes e vãos. Este espaço apresenta também inúmeras cicatrizes de intervenções posteriores e da ação do tempo. Sobre as duas câmaras mais a norte ainda é possível ver os vestígios de um andar superior, onde se podem observar portas e janelas, hoje tapadas. Através das molduras das portas e janelas referidas concluímos que são de um período posterior ao Infante, talvez das intervenções do século XVI, o que nos leva a deduzir que também o piso superior seja desse período. Este piso sobre as câmaras ligar-se-ia com os paços da Rainha, obra posterior ao paço do Infante, através de varandas e corredores, como afirma Pedro Álvares Seco: "*o Aposentamento do Infante para que se serve dos outros Paços por varandas e corredores;*"⁹⁴. Na parede norte da câmara mais a norte ainda é possível ver portas de ligação entre os paços do Infante e os da Rainha (veja-se anexo 12), tanto ao nível da câmara como no piso superior, o que nos indica que, muito naturalmente, o piso superior só tenha sido construído a quando da construção do paço da Rainha, tanto mais que, no período do Infante, a

⁹⁴ A.M.T. vol. VII, 1971, 76.

existência de um piso superior nas câmaras seria pouco coerente com a lógica construtiva do edificado efetivo.

As três câmaras encontram-se dispostas em linha reta, paralela ao claustro da Lavagem, ligando a sala grande, junta da muralha sul, com o paço da Rainha e parte da enfermaria nova, a norte. Como já foi referido, estes dois últimos edifícios são de construção posterior ao paço do Infante. Quando este foi edificado, não deveria existir qualquer outra construção paçã a norte das três câmaras. Na época henriquina o corpo das três câmaras ligava, como uma ponte, a sala e o espaço entre a terceira câmara e a muralha norte, do qual se desconhece a função para o período referido, pois este está a uma cota superior em comparação com o lado sul. O aposentamento do Infante permite, desta maneira, vencer este desnível no terreno, além de possibilitar mais uma ligação, neste caso pelo mesmo piso e sem recorrer a escadarias, entre a sala grande e o exterior do paço. O corpo tripartido entesta com a sala no lado norte da mesma, iniciando-se a partir do espaço suportado pelo módulo nordeste da arcaria. Este facto é mais uma prova de que, apesar do atual módulo ser uma reconstrução da DGEMN, este já existia no período medieval, pois era a partir do mesmo, no piso superior, que se acedia às câmaras do Infante.

A primeira câmara, imediata à sala, corresponderia à antecâmara ou câmara de paramento do paço. É um pequeno espaço de formato aproximadamente retangular⁹⁵, onde é possível observar uma janela, na parede nascente, e uma porta, na parede norte. Não restam vestígios da porta que fazia a ligação entre a sala e a antecâmara. No entanto, é muito provável que esta tenha tido degraus que desciam para o lado da antecâmara. Esta afirmação prende-se com o facto de tanto a janela como a porta aí existentes estarem a um nível ligeiramente inferior ao topo da arcaria que suportava a sala, o que significa que a comunicação entre os dois espaços era apenas possível através da existência de uma pequena escada contigua à porta e que o piso da antecâmara estava a um nível mais baixo do que o da sala. No entanto, não resta qualquer indício físico da suposta escada de comunicação, talvez por ter sido de madeira. Face ao acentuado declive do terreno onde o paço se implantou, os vários compartimentos vão-se desenvolvendo em alturas diferentes: o primeiro, e maior espaço, em dois pisos — arcada no térreo, sala no superior —; segue-se a antecâmara sobre uma cave, talvez já apenas com a

⁹⁵ Dimensões: sul-3,74m, norte-2,16m, poente-5,50m, nascente-5,25m.

função de nivelamento (veja-se fig. 16), a que se associa um murete central de suporte à estrutura do pavimento; a câmara, já quase só sobre uma “caixa-de-ar” e, finalmente, a trescâmara de piso único e diretamente assente sobre o solo (veja-se anexo 13). O piso das câmaras deveria ser ladrilhado. Esta afirmação é suportada pelo facto de não existirem marcas de encaixe do travejamento de madeira e de, na trescâmara, ainda existirem, junto a uma parede, vestígios de elementos cerâmicos ao nível do piso.

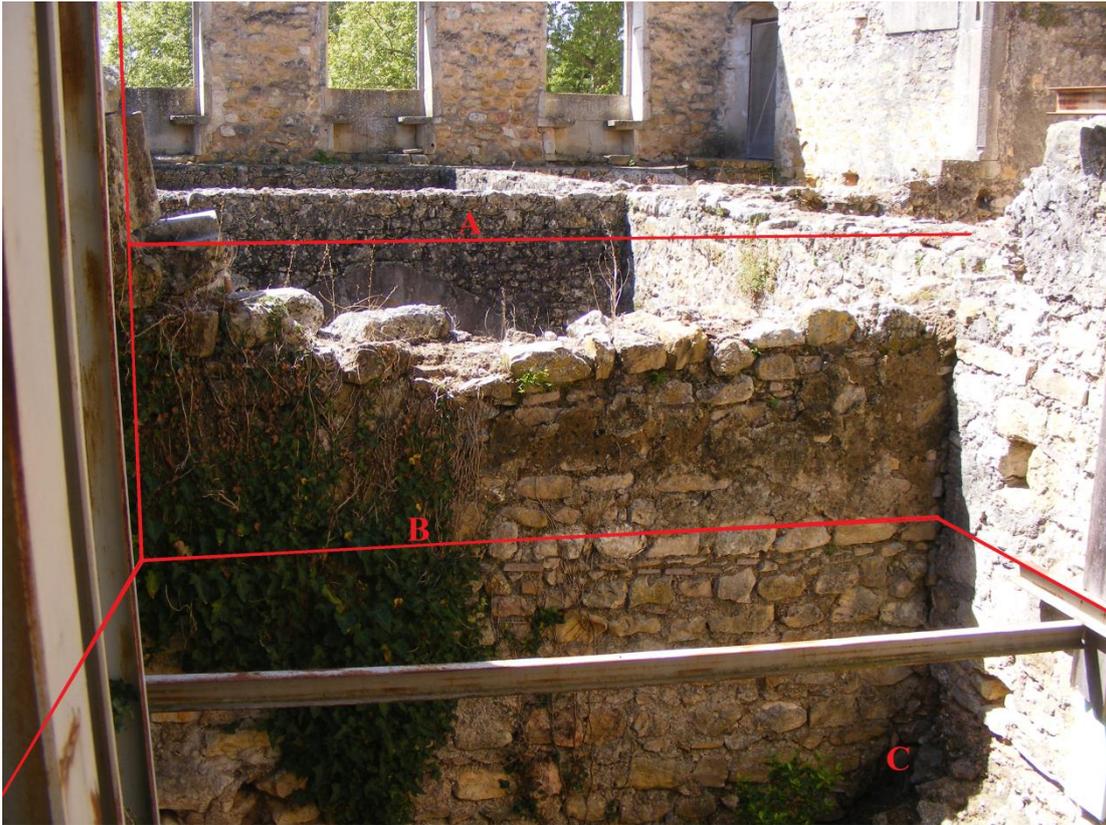


Fig. 16 - Antecâmara, vista norte-sul. A – nível do piso da sala grande, B – nível do piso da antecâmara, C – cave de nivelamento.

A janela da antecâmara localiza-se na parede nascente e abre sobre o espaço do antigo jardim. Tal como as janelas que hoje se podem ver na parede sul da sala grande, também esta tem um aspeto posterior à época do Infante e, provavelmente, substituiu no séc. XVI a janela anterior (veja-se fig. 17 e anexo 14). O mais natural, tal como aconteceu com as janelas da sala, é que janela anterior estivesse localizada exatamente na mesma posição. Esta é a opção mais lógica para a abertura de uma janela neste espaço, possibilitando uma ampla vista sobre o jardim, bem como por ser a única parede que permitia ter uma janela, dado que as paredes norte e sul ligam a espaços interiores e à localização da escada no exterior da parede poente, no

recebimento da varanda. Quanto à porta que liga a antecâmara com a câmara seguinte, parece ter sido bastante intervencionada e, pela sua degradação, não permite uma análise conclusiva.



Fig. 17 - Aposentamento do Infante, vista nascente-poente. A – janela da antecâmara, B – janela da câmara.

A criação de um espaço entre a sala e a câmara — a antecâmara — parece ter sido uma relativa novidade, em contexto português, no século XV. Anteriormente a 1416 não existe nenhuma referência fiável de um espaço como este em Portugal. Em cortes estrangeiras, como em França por exemplo, já era um costume adotado. É precisamente em 1416 que aparece a mais antiga referência válida a uma antecâmara. Esta faria parte do rol de dependências presentes no paço do Bispo D. Gil Alma em Coimbra. Entre 1416, ano em que é referida em território nacional a existência de uma antecâmara, até 1437-38, altura em que D. Duarte a inclui entre os espaços necessário a um paço, esta deve ter sido difundida e o seu uso alargado, primeiro à elite cortesã e depois, por reprodução, à restante nobreza⁹⁶. A introdução da antecâmara no vocabulário construtivo português poderá ter sido, como sugere

⁹⁶ Trindade, 2019: 3-4.

Luísa Trindade, da responsabilidade da rainha D. Filipa de Lencastre, mãe do Infante D. Henrique, familiarizada com este dispositivo nos palácios ingleses onde cresceu⁹⁷. A antecâmara do paço de Tomar seria então resultado da introdução recente e disseminação do uso da antecâmara, o que faz dela, porventura, uma das primeiras em solo português.

A principal função da antecâmara era a de filtrar o acesso ao interior da casa, já que na sala, excluindo os criminosos, todos podiam entrar, exemplo disso é o caso do paço de Sintra, onde a população tinha permissão para utilizar a sala grande para as festas do Espírito Santo⁹⁸. Na antecâmara, segundo D. Duarte, já só entram apenas "*seus moradores e alguns outros notavees do reyno*"⁹⁹. Era neste espaço que o senhor da casa tomava as suas refeições comuns, já que a sala era reservada para cerimónias e banquetes públicos¹⁰⁰, embora seja de salientar a inexistência, nesta época, de um espaço específico para as refeições¹⁰¹. Na descrição de 1416 do paço do Bispo D. Gil Alma, é referido que era na sua antecâmara que o bispo tomava as suas refeições, estando aí uma mesa para esse fim¹⁰². É muito natural que fosse na antecâmara do paço de Tomar que D. Henrique tomasse as suas refeições quando aí pousava, apesar de Zurara afirmar que o Infante: "*Caasy a meetade do âno passaua com jeIuus*"¹⁰³. Tal como a sala, também a antecâmara poderia ter sido decorada com pinturas murais. No entanto, não restam quaisquer vestígios que o comprovem. Garcia de Resende refere que a nau Santa Catarina do Monte Sinai, que transportou a Infanta D. Beatriz para Saboia, tinha uma antecâmara para a infanta e que esta: "*...era toda armada de muyto fino veludo carmefim, com muytas almofadas de mofmo veludo, e alcatifada, e hum dofel de brocado...*"¹⁰⁴, demonstrando, mais uma vez, a forte componente têxtil nos interiores áulicos. Também não existem sinais da existência de lareira, o que nos leva a concluir que este espaço não comportava esse elemento, o aquecimento deveria ser feito através do recurso a braseiras. Tal como a sala, a cobertura da antecâmara, e das câmaras seguintes, seria em madeira rematada por telha.

⁹⁷ Trindade, 2019: 19-22.

⁹⁸ Silva, 1995: 28.

⁹⁹ Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

¹⁰⁰ Devido à sua abertura ao exterior e maiores dimensões.

¹⁰¹ Silva, 2010: 96.

¹⁰² Trindade, 2019: 4.

¹⁰³ Zurara, vol. I, 1981: 30

¹⁰⁴ Resende: 1973: 330.

A divisão central, posicionada entre as outras duas, seria a câmara de dormir (veja-se fig. 18). À semelhança da antecâmara, tem um formato retangular¹⁰⁵ com duas portas nas paredes norte e sul, respetivamente, e uma janela na parede nascente. Neste espaço, como já foi afirmado, existiria uma "caixa-de-ar" entre o solo e o piso. O piso, hoje desaparecido, estaria mais próximo do solo do que o da antecâmara, apesar do piso destas duas divisões parecer ter estado ao mesmo nível, pois sob a câmara o terreno é mais elevado do que o da antecâmara. As paredes norte e sul não se erguem mais do que, sensivelmente, o nível do teto da câmara, no entanto, o mesmo não ocorre com as paredes nascente e poente, que se erguem acima disso, principalmente a última, acusando a existência de um andar superior (veja-se fig. 19). Como afirmámos anteriormente este andar superior parece ter sido de construção posterior ao Infante, atestado por um aparelho parietal distinto do nível inferior e pela existência de uma porta e janela no referido andar sobre a câmara, de feição quinhentista.



Fig. 18 - Câmara, vista sul-norte. A – “caixa-de-ar”, B – nível do piso, C – janela, D – soleira da porta norte.

¹⁰⁵ Dimensões: sul-3,43m, norte-2,80, poente-6,43, nascente-6,35m.



Fig. 19 - Câmara, vista sul-norte. A – porta norte, B – janela, C – nível do piso entre andares, D – andar superior posterior ao Infante.

A janela na parede nascente é em tudo igual à da antecâmara e deve partilhar as mesmas circunstâncias e datação. A porta na parede norte, que liga a câmara com a trescâmara, está localizada junto do canto poente. Desta porta já não restam molduras, apenas o umbral, com um aspeto igual a outros localizados no mais tardio paço da Rainha, o que expõe esta porta como uma intervenção posterior ao Infante. No entanto, esta parece ter sido a posição da porta original pois não existem sinais na restante parede de uma outra abertura e porque se insere na lógica interventiva, que consiste na já referida substituição de molduras de aberturas mantendo a sua posição original.

A câmara de dormir seria o espaço onde o Infante pernoitaria, contando com um leito no seu interior. O leito (estrutura) e a cama (componente têxtil) são referenciados numerosas vezes em documentação testamentária. Regra geral os seus proprietários legavam, num ato final de piedade, o catre a uma comunidade religiosa ou hospital, demonstrando que estas peças de mobiliário eram as de maior prestígio numa casa¹⁰⁶. Mais uma vez, é Garcia de Resende, na descrição da nau Santa Catarina, transformada em palácio flutuante, que nos

¹⁰⁶ Silva, 1995: 100.

descreve um espaço deste tipo: "*A camara em que a fenhora Infante dormia era toda armada de brocado rico de pello, e alcatifada, e os paramentos, e cobertor de cama do mefno brocado.*"¹⁰⁷, novamente o destaque são os inúmeros elementos têxteis que melhoram o conforto no seu interior.

Na câmara de dormir apenas: "*os mayores e mais chegados de casa devem haver entrada*"¹⁰⁸ segundo D. Duarte, aqui, a entrada é mais restrita do que na antecâmara. A título de exemplo, na crónica de D. João I, Fernão Lopes informa, no episódio do assassinato do conde de Andeiro, que quando o Mestre de Avis se dirigiu com os seus homens à câmara onde estava a rainha D. Leonor e o conde, apenas ele conseguiu permissão de entrada:

*"...bateram à porta, e o porteiro, como entrou o Mestre, quis cerrar a porta para não entrar nenhum dos seus, e disse que o perguntaria à Rainha, não por deles haver nenhuma suspeita, mas porque a Rainha estava com dó e não era costume de nenhum entrar, salvo aqueles senhores, sem lho primeiro fazer saber..."*¹⁰⁹

O facto de a câmara ser o local onde era colocado o leito, peça cheia de significados e simbologia¹¹⁰, e de se destacar das restantes pelo nome, visto as outras se orientarem a partir da câmara — ante e tres ou recâmara — mostra que a câmara de dormir era a mais importante das câmaras, e por isso, fundamental¹¹¹. A par com a sala, a câmara representa o essencial de um paço, estando estas duas, juntamente com a capela, na base do modelo espacial áulico medieval¹¹².

O espaço mais a norte do aposentamento do Infante corresponde à trescâmara ou guarda-roupa. Tal como os cómodos anteriores tem um formato aproximadamente retangular¹¹³, embora de dimensões ligeiramente mais reduzidas. Não existe qualquer janela neste espaço, apenas portas, uma na parede nascente, outra na poente, estabelecendo a comunicação com a câmara na parede sul, e outra na parede norte (veja-se fig. 20). A mais antiga é a porta virada a

¹⁰⁷ Resende, 1973: 330.

¹⁰⁸ Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

¹⁰⁹ Lopes, 2015: 45.

¹¹⁰ Sobre o leito na Idade Media vide: Arières, Duby, 1990: 485-495.

¹¹¹ Silva, 1995: 29.

¹¹² Trindade, 2019:7.

¹¹³ Dimensões: sul-2,16m, norte-2,15m, poente, 3,23m, nascente- 3m

poente, que liga a trespâmara com espaço descrito por Frei Pedro Álvares Seco com *terreiro meão*. A porta, apontada, é datável do séc. XV, e a sua existência justifica-se pelo facto de permitir uma outra entrada no paço sem ser através do circuito escada-sala. Além disso, permitia ligar a parte norte do paço com a sala, a sul. Encontra-se hoje quase totalmente obstruída por parte da enfermaria nova.



Fig. 20 - Esquerda, interior da porta poente da trespâmara, vista nascente-poente. Direita, interior da porta nascente da trespâmara, vista poente-nascente.

A porta na parede nascente é de datação mais tardia, pois apresenta um aspeto em tudo igual a outras portas presentes no paço da Rainha. Esta porta deve ter substituído uma janela original, seguindo a lógica de janelas viradas a nascente já registada nas câmaras anteriores, e a sua função deveria ser a de facilitar a comunicação entre o jardim e paço da Rainha com o recebimento da varanda e terreiro meão. A porta da parede norte, hoje gradeada, também de aspeto quinhentista, serviria para ligar o paço do Infante com o paço da Rainha através do interior. Junto do umbral da porta poente restam ainda, junto da parede, alguns fragmentos de ladrilhos cerâmicos (veja-se anexo 15), o que indica que estes espaços, assim como as câmaras anteriores, seriam ladrilhadas. Tal como acontece com a câmara, também este espaço comporta os vestígios de um andar superior erguido mais tardiamente.

A trespâmara era o espaço onde eram guardados os objetos mais preciosos do senhor. De roupas a joias, por exemplo, por entre uma multitude de objetos, dependendo a quantidade e qualidade da riqueza do dono. À função de autêntico cofre-forte, como Vieira da Silva o caracteriza, associava-se a função de guarda-roupa, sendo aí que o senhor se vestia e despia¹¹⁴. Face ao seu carácter mais privado, neste espaço, e novamente é D. Duarte que nos informa, o acesso era apenas para os mais próximos do senhor: "*trespamara, onde see costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar...*"¹¹⁵. Um indicador desta maior privacidade da trespâmara é-nos dado por Garcia de Resende que refere que, aquando da morte de D. Diogo, Duque de Beja:

*"...el Rey o chamou a fua guarda roupa, que era nas cafas que forão de Nuno da Cunha, em que então el Rey poufaua, onde o Duque entrou fo fem algua peffoa entrar com elle, e fem fe paffarem muytas palauras el Rey por fi o matou ás punhaladas..."*¹¹⁶

Este sinistro episódio demonstra-nos que um ato como o assassinato de um familiar tinha na trespâmara um lugar ideal, decorrente do seu carácter fechado e exclusivo. D. João II foi o mesmo rei que, anos antes do caso do Duque de Beja, prendeu o Duque de Bragança num guarda-roupa:

*"O Duque não fahyo mais da guarda roupa em que o el Rey deixou, onde eftaua fem ferros, nem outra algua prifam em feu corpo, porem era de bons fidalgos, e caualleiros bem guardado..."*¹¹⁷.

Estes dois casos sugerem a trespâmara como um espaço recôndito, o que lhe assegurava uma certa discrição e algum secretismo, não sendo por isso de estranhar, como foi referido, que neste local estivessem guardados os bens mais preciosos do senhor.

¹¹⁴ Silva, 2010: 82-83.

¹¹⁵ Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

¹¹⁶ Resende, 1973, 80.

¹¹⁷ Resende, 1973: 62.

A estas funções de vestiário e cofre dos bens móveis do senhor juntar-lhe-íamos, no caso do paço de D. Henrique, as funções do oratório. Este facto prende-se com dois motivos. O primeiro é que o paço parece não ter tido mais compartimentos na direção norte para além da trespâmara. Esta afirmação não é de maneira nenhuma taxativa, visto, como já comprovado, o espaço ter sofrido várias alterações ao longo do tempo, o que não permite apresentar conclusões definitivas sobre este aspeto em particular. No entanto, atendendo à comparação, também, por exemplo, com o paço joanino de Leiria, este não teria um espaço específico para o oratório, contando cada aposento com apenas três câmaras — antecâmara, câmara e guarda-roupa¹¹⁸ — como parece ter acontecido em Tomar. O segundo motivo é que o Infante D. Henrique obteve do Papa autorização para ter altar particular e para celebrar missa onde estivesse, sem necessidade de um espaço consagrado¹¹⁹. Além disso, é sabido que quando os paços apresentavam uma dimensão reduzida, como é o caso de Tomar, a trespâmara funciona também como oratório, pois o último não necessita obrigatoriamente de ser um espaço autónomo, podendo as suas funções tomarem lugar no guarda-roupa¹²⁰ ou na câmara propriamente dita, com se vê na iluminura de D. Fernando. Uma outra hipótese que se coloca é a utilização do Oratório dos Cavaleiros como local de oração, o que não seria caso único, pois vários são os exemplos de paços coevos ligados por passadiços a igrejas e capelas, como é o caso de Leiria, Barcelos ou Beja¹²¹. Não nos parece viável a existência de um passadiço em Tomar, pois não existe qualquer referência a tal estrutura e a construção dos claustros henriquinos, bem como a grande distância, tornaria esta solução impraticável. No entanto, não seria complemento de excluir uma articulação entre a trespâmara e a igreja como local de oração, o que serviria para mais um elemento de justificação da porta da trespâmara virada para poente, a direção da Charola, que permitiria ao Infante deslocar-se do seu aposentamento para o templo.

As funções do oratório são expostas por D. Duarte: "*...os senhores soos algumas vezes cadadia he bem de see apartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados.*"¹²². O oratório estava assim associado à oração, leitura e contemplação, funcionando

¹¹⁸ Silva, 1995: 120-122.

¹¹⁹ Letras *Sincere Devocionais Afectos* do Papa Martinho V, dirigidas ao Infante, nas quais o autoriza a ter altar portátil e que sobre ele celebre missa, em lugares honestos e convenientes. A.M.T. vol. VIII, 1972: 327.

¹²⁰ Silva, 2010: 82.

¹²¹ Silva, 1995.

¹²² Duarte (c. 1438): cap. LXXXI.

também como latrina, devido ao seu nível superior de privacidade quando comparado com os restantes compartimentos do paço¹²³, embora nem mesmo quando atendiam as suas necessidades fisiológicas os senhores se encontrassem completamente sós, estando presentes os seus servidores mais próximos¹²⁴. Como já foi afirmado, no paço do Infante D. Henrique em Tomar a habitação do guarda-roupa tomava também para si as funções de oratório.

Para os bens que se guardavam na trescâmara, recorria-se a arcas. Esta peça de mobiliário era a de utilização mais disseminada e um verdadeiro objeto multifunções, permitindo guardar e transportar os mais diversos objetos, mas também servir de banco, mesa, etc.¹²⁵. As arcas aparecem muitas vezes referidas em número elevado, como no caso do enxoval de D. Beatriz, sobrinha do Infante, que levou setenta e nove para o seu casamento¹²⁶. Esta referência comprova-nos que esta era uma peça de mobiliário verdadeiramente fundamental, o que levava à sua acumulação em grandes quantidades, em detrimento de outro tipo de móveis que existiam em números mais parcos¹²⁷. Para além das funções corporais (latrina, vestiário, tesouro) a trescâmara era também um local dedicado ao espírito. É Zurara que nos informa que o Infante:

*"...era muyto obediente a todos los mandados da Sancta Igreja. e cõ grande devaçõ ouuya todos seus officios. e nõ cõ menos solepnidade e cirimonya se trautauam em sua capeella do que se doyâ fazer antre alguu collegio dalgua catedral Igreja."*¹²⁸

Este era um homem zeloso da sua alma e a oração, influenciado pela mãe, D. Filipa, era parte integrante do seu quotidiano. Certamente estaria integrado dentro da devoção privada, parte integrante da corrente espiritual da *Devotio Moderna* e ancorada na *Imitação de Cristo* e nos ideais iniciais do Cristianismo, que gozava de uma grande popularidade na Europa de então. Estas práticas apoiavam-se na arte para facilitar a comunhão privada com Deus, nomeadamente através dos *Livros de Horas*, por vezes luxuosamente iluminados, que acompanhavam e orientavam os fiéis na oração pessoal e solitária¹²⁹. Por este motivo, não é de estranhar que

¹²³ Silva, 1995: 30.

¹²⁴ Trindade, 2019: 7.

¹²⁵ Silva, 2010: 90-91.

¹²⁶ Martins, 2011: 20.

¹²⁷ Silva, 2010: 91.

¹²⁸ Zurara, vol., I, 1981: 30.

¹²⁹ Silva, 1995: 160.

oratório também estivesse associado à leitura e ao armazenamento de livros, que eram considerados igualmente objetos preciosos. Revelador destas práticas devocionais privadas é um curioso episódio ocorrido após a morte do rei D. João II:

"Depois do falecimento del Rey o Bifpo de Tangere, e o Prior do Crato fecretamente, e fos com a cafa defpejada, por os outros fenhores ferem hidos a fuas poufadas ordenar fua perdida pera Sylues, como ambos erão feyturas del Rey, e muy aceytos a elle, abrirão hua fua boeta, de que elle fempre trouxe a chaue, por ouuirem dizer, e auer antre alguns fospeita, que el Rey trazia ally peconha com que mandara matar o Bifpo dom Garcia, para que fendo affi a deiaffem no mar, e não fe foubeffe tamanha vergonha, e abrindo a boeta com efa boa e leal tenção de bons criados, acharão nella hum confeffionario, e huas difciprinas, e hum afpero celicio..."¹³⁰

Através desta passagem de Garcia de Resende constata-se que, para o rei, as práticas de devoção pessoais estavam associadas à noção de privacidade, mantendo os objetos a estas associados guardados em segredo numa caixa que conservava trancada, vincando mais uma vez o seu carácter individual e solitário. São estes os motivos que levaram à utilização, para fins espirituais, do fundo da casa, o local mais inacessível, o que asseguraria que a única interação seria com o divino. A casa é um local de exposição para o senhor. Se na sala é para o mundo secular que se mostra, certificando-se da sua visibilidade, o posto ocorre no fundo da casa, destinado ao sagrado, onde o senhor se encerra, resguardado dos olhares, talvez um pouco à imagem dos desertos bíblicos.

Através da descrição do paço de Tomar por Frei Álvares Seco constata-se que mais um espaço formava, pelo menos na época do Infante, o conjunto palaciano, o jardim. O freire refere que em 1571:

"...entre estes Paços e o Castelo havia um laranjal e jardim que é dos ditos paços, e era de tanta largura que depois da reformação por mandado de el-rei D. João III, que haja Santa Glória, se fizeram nele outros Paços Novos de que o muro fica por parede da banda do Norte, no qual tem janelas; e da banda do Sul ficou ainda laranjal..."¹³¹

¹³⁰ Resende, 1973: 288.

¹³¹ A.M.T. vol. VII, 1971, 76-77.

Através desta descrição não é problemático reconhecer o espaço entre o paço e o castelo junto ao muro sul como o antigo jardim (veja-se fig. 21). Frei Pedro informa-nos que já existia antes dos paços novos — o paço da Rainha — e que era de tamanho tal que, mesmo perdendo espaço para a construção destes paços, ainda restou área verde. Dada a descrição, é de supor que o jardim e laranjal ocupassem, antes da construção dos paços da Rainha, todo o espaço entre o muro norte e sul. Este seria o jardim criado pelo Infante, comprovado por Frei Jerónimo Román, alguns anos de pois da descrição de Álvares Seco, ao afirmar a existência de: "...un naranjal excelente y fresco este hiço el ynfante Don Henrrique..."¹³². Hoje, neste espaço, não restam vestígios vegetais deste jardim. Apresenta uma forte inclinação no terreno, com o lado norte localizado a uma cota mais elevada que a sul. O que restam são os vestígios de fundações, talvez paredes de sustentação de terraços ajardinados que permitiriam vencer o desnível.



Fig. - 21 Antigo jardim, vista nascente-poente.

É precisamente no séc. XV, época da construção do paço de D. Henrique, que o jardim ganha popularidade no contexto áulico. Não era de maneira nenhuma uma novidade, estes já existiam desde a época árabe, no entanto, foi perdendo o seu carácter produtivo. No séc. XV o

¹³² Román, 2008: 80.

jardim é um espaço sobretudo de prazer e não uma horta de produção alimentar, como até aí era corrente¹³³. É mais um sintoma da melhoria das condições de vida da nobreza, que cria para si um local de recreio e lazer, repleto de árvores de frutos — especialmente laranjeiras e limoeiros — assim como ervas aromáticas, mas também para uso terapêutico e culinário. O jardim estava também associado à produção literária cortês, onde surge como o local de encontro entre enamorados. Além disso, também representava o paraíso celeste, num claro paralelismo com os jardins claustrais¹³⁴. Ao espaço do jardim são associados elementos construídos como fontes, latadas, galerias e muros – o *hortus conclusus* – criando um microcosmo de abrigo, evasão e serenidade, em contraste com o mundo exterior¹³⁵.

Seriam estes os ideais que levaram o Infante a criar um jardim no seu paço. Este corresponderia ao anteriormente apontado: a presença de árvores de fruto, nomeadamente laranjeiras; os muros que o rodeiam, criando uma separação entre o mundo caótico exterior e a tranquilidade e deleite do jardim; a referência à frescura, certamente bem-vinda nos ardores estivais ribatejanos, e a própria localização do jardim, sobre o qual as câmaras do Infante abriam, todos estes elementos contribuiriam para tornar a vida no paço mais agradável, indo ao encontro das necessidades e ânsias da nobreza tardo-medieval.

Com a análise do jardim esgotam-se os espaços que podemos reconhecer, com certeza, como integrantes do paço henriquino. No entanto, é notável a ausência de um conjunto de infraestruturas necessárias à vida num paço. Cozinhas, armazéns, adegas, celeiros, cavalariças, capoeiras, etc., eram indispensáveis ao quotidiano. Regra geral, eram construídos junto aos paços, embora maioritariamente afastados, em especial a cozinha, pelo receio de incêndio, e em materiais pouco resistentes, o que contribuiu para que raramente tenham sobrevivido¹³⁶. No caso de Tomar não foi diferente, certamente estes espaços existiram nas proximidades do paço, visto a sua absoluta necessidade. Talvez se localizassem onde está agora implantada a enfermaria, ou mesmo junto do antigo jardim, a norte, onde mais tarde foi erguido o paço da Rainha, ou a sul, onde a existência de janelas no topo do muro que liga a sala do paço ao castelo parecem indicar a existência de um corpo estreito que se desenvolveria ao longo do muro sul e

¹³³ Silva, 1995: 34.

¹³⁴ Silva, 2010: 87.

¹³⁵ Ariès, Duby, 1990: 432.

¹³⁶ Silva, 2010: 86.

tinha contacto com o paço (veja-se anexo 16). No entanto, o mau estado de conservação destes elementos, associado às várias intervenções que este edifício sofreu, não permitem chegar a um consenso no que diz respeito a este aspeto.

O Paço da Rainha

As Intervenções de D. Manuel I e D. João III

Quando em Fevereiro de 1589 o cronista agostinho Frei Jerónimo Román descreveu o complexo conventual dos freires de Cristo, relatou os paços mestrais como:

"...edificios y casas viejas que sirvieron de palacios del rey Don Manuel y otros que llaman casas de la reina por que este rey i reina tuvieron mucha aficion a este conbento."¹³⁷



Fig. - 22 Vista sul-norte. A – paço do Infante (apartamento), B – paço da Rainha, C – jardim.

A crer no freire espanhol, os paços já deveriam denunciar a sua idade, pois são descritos como *edificios e casas velhas*. Um outro dado decorrente desta descrição, coincidindo com a descrição do português Pedro Álvares Seco, feita anos antes, é o todo áulico ser constituído por dois componentes distintos: o paço antigo, ou do Infante, e o paço novo, ou da Rainha (veja-se planta 2). Para Román os *palacios del rey Don Manuel* identificam-se como o núcleo seminal,

¹³⁷ Román, 2008: 80.

o paço do Infante, anteriormente analisado, e os *otros que Hamam casas de la reina* são, evidentemente, o paço novo, construído já fora da época de D. Henrique (Veja-se fig. 22).

Como foi sugerido no capítulo anterior, o paço do Infante teria o seu período de construção sensivelmente entre 1426 e 1438, embora as suas obras de construção possam ter tido início a partir de 1420. No caso do paço novo a datação é mais obscura. Tal prende-se com o facto de, ao contrário do paço do Infante onde a estrutura denuncia uma construção de uma só campanha, embora com intervenções posteriores, o paço novo terá tido mais do que uma empreitada e, possivelmente, mais do que uma autoria. Recentemente, Maria José Bento sugeriu que o paço da Rainha terá sido erguido por João de Castilho, a mando de D. Manuel¹³⁸. Esta proposta tem como base uma carta de quitação, datada de 30 de Janeiro de 1541, onde D. João III enumera as obras realizadas por João de Castilho, a mando do seu pai, D. Manuel, e por si próprio. No rol obras referenciam-se "*...as casas pera apuosemtamento da Raynha...*"¹³⁹, no Convento de Tomar. No entanto, o documento não diferencia de forma explícita quais as obras encomendadas por D. Manuel e quais as obras de D. João III, o que, de alguma forma, fragiliza a proposta.

Para uma visão mais clara do problema importa analisar as intervenções de D. Manuel. Entre o mestrado do Infante D. Henrique, que termina com a sua morte em 1460, e o de D. Manuel, não há evidências de alterações significativas no paço. Apesar de ter obtido o cargo de Mestre da Ordem de Cristo após a morte do seu irmão mais velho, D. Diogo, em 1484, foi só a partir de meados da década seguinte que D. Manuel parece ter ação efetiva na regedoria da Ordem¹⁴⁰.

No entanto, as primeiras obras manuelinas no Convento de Cristo datam ainda do período em que D. Manuel era "apenas" duque de Beja, como prova uma carta de quitação, passada em Évora em 1491:

“Fazemos saber que per Affonso Vilar, contador da nossa casa, foi tomada conta a Pedr’Affonso e Frey António, védor das Obras do Convento de Tomar, de tudo aquilo que

¹³⁸ Bento, 2014: 268.

¹³⁹ Viterbo, 1988: 191.

¹⁴⁰ A Ordem de Cristo: 1417-1521, 2002: 97.

receberam e despenderam nas ditas obras de 6 dias do mês de agosto do anno de (1)489 até 30 dias do mês de julho do ano de (1)491... ”¹⁴¹

Conclui-se, assim, que já desde Agosto de 1489 D. Manuel, Mestre da Ordem de Cristo e duque de Beja, fomentava obras no Convento, porém, sem especificar em que consistiram essas obras. No entanto, como foi referido, é aceite que D. Manuel só tem governo efetivo da Ordem na década de 90¹⁴², sendo até aí a sua intervenção pouco significativa. Este facto poderá indicar que as obras ocorridas no Convento entre 6 de Agosto de 1489 e 30 de Julho de 1491 terão sido incrementadas por outra figura que não o duque, ficando este apenas com os encargos. Talvez essa figura tenha sido D. Beatriz, mãe de D. Manuel, com uma influência considerável sobre ele e os seus títulos neste período, ou talvez a iniciativa tenha partido dos próprios freires da Ordem. Todavia, com a escassez de informação providenciada pela carta, não é possível chegar a uma conclusão definitiva.

Em 1492 D. Manuel deslocou-se, possivelmente pela primeira vez, a Tomar para presidir à Reunião do Capítulo da Ordem de Cristo¹⁴³. É este Capítulo que dá início ao projeto de reforma da vida monástica, apostando na separação mais vincada, do ponto de vista habitacional, entre os membros da Ordem e os leigos, através da retirada dos últimos do interior da cerca, que passaria a ser ocupada em exclusivo pela milícia¹⁴⁴. O resultado esperado desta ação seria um controlo mais eficaz do comportamento dos religiosos, que passariam a ter uma vida mais regrada e adequada à sua condição. O projeto, todavia, só arrancaria verdadeiramente em 1499, já D. Manuel era rei desde Outubro de 1495¹⁴⁵. O monarca ordenava que se construíssem casas para os moradores da cerca no arrabalde de S. Martinho, que as da cerca fossem derrubadas, que a Porta do Sangue fosse entaipada com pedra e cal e que o D. Prior mantivesse a Porta do Sol fechada à chave, que lhe deveria ser entregue por Rui de Gois, *Recebedor* do Mestrado¹⁴⁶. Juntamente com estas diretrizes, D. Manuel mandava cobrir o cubelo junto da sacristia e nele fazer um pombal. Para a Charola, que deveria ser pintada por

¹⁴¹ Liv. 2^o da Extremadura, fl. 26. *In* Braamcamp, vol. I, 1903: 278.

¹⁴² Apenas em 1493 D. Manuel, Mestre da Ordem de Cristo, tomou o encargo de procurador da Ordem. Até aí a sua intervenção foi escassa, algo considerado normal pela historiografia, dentro da política centralizadora de D. João II. *A Ordem de Cristo: 1417-1521*, 2002: 95.

¹⁴³ Oliveira e Costa, 2005: 280.

¹⁴⁴ A.M.T. vol. VII, 1971: 72.

¹⁴⁵ Oliveira e Costa, 2005: 280.

¹⁴⁶ A.M.T. vol. VII, 1971: 102.

dentro e por fora, a ouro e azul, mandava colocar grades douradas nos seus arcos¹⁴⁷e encomendava um retábulo a colocar no altar-mor. No Tombo dos Bens do Convento (1571) são enunciadas as obras que o rei fez, das quais transcrevemos as que nos parecem mais relevantes para a nossa tarefa:

"... fez os tauoleiros na ladeira e descente desta igreja pera a cerca, com seus degraos em hum e outro com o qual obra deu muita mais graça a esta igreja, e pelo primeiro tauoleiro que fica no andar da claustra fundeira deu entrada e serventia aos paços por huma escada que se lançou pollo grosso da parede per que se sobe aa sala e ao pe deste portal pera a claustra, e na claustra mandou fazer duas genellas grandes de grades que ora se vem sobre o primeiro tauoleiro outras duas mandou fazer no segundo tauoleiro do mesmo teor na parede do muro contra poente sobre o arrabalde de são martinho e adornou estas obras que achou feitas e fez fora da igreja com graciosas pinturas neste tempo vestio esta casa figura de religião e se acrescentou o numero dos religiosos e lhe foy dada por clausura a cerca lançados della os moradores leigos..."¹⁴⁸

Se em 1510 se deu, de facto, início ao processo de reforma do Convento, com a empreitada de Diogo de Arruda, só em 1529, já no reinado de D. João III, esta ganha expressão, mais uma vez acompanhada de perto pela entidade régia¹⁴⁹. No entanto, antes mesmo de 1510, é possível, como indicado anteriormente, ver D. Manuel a intervir no edificado, ainda que aparentemente sem um programa completamente definido. A criação dos tabuleiros no terreiro em frente da igreja — bem visíveis na iluminura da Leitura Nova (1509) —, a campanha pictórica dentro e fora da igreja, a encomenda de um retábulo para o altar-mor, assim como a reorganização da repartição habitacional do espaço dentro da cerca e a redefinição dos circuitos de circulação, estão incluídas dentro desse primeiro momento. O monarca reforçava a sua presença e autoridade no espaço, exemplificado na renovação do terreiro que, com os seus dois tabuleiros com a igreja, por pano de fundo, constituía doravante um espaço propício à celebração e manifestação do poder real¹⁵⁰, como de facto ocorreu mais tarde, quando Filipe de Espanha é aclamado rei de Portugal.

¹⁴⁷ A.M.T. vol. VII, 1971: 102.

¹⁴⁸ A.M.T. vol. VII, 1971: 185-186.

¹⁴⁹ Craveiro, 2017: 149-150.

¹⁵⁰ Bento, 2008:119.

O Tombo dos bens do Convento revela ainda a construção de duas janelas no piso inferior do claustro da Lavagem com gradeamento, ainda existentes, e uma porta no primeiro tabuleiro (veja-se anexo 17). Naquelas duas janelas, pelo seu lado interior, ainda podem ser vistos vestígios de pinturas parietais com clara afinidade com as que ainda se conservam na sala grande do paço¹⁵¹, onde os motivos geométricos ganham feição *mudejar*, alinhando com o gosto islamizante da corte nos inícios do séc. XVI (veja-se anexos 18 e 19). Assim sendo, a campanha de pintura da Charola¹⁵², dos claustros e do paço poderá ter sido a mesma, datando o seu início de 1499, ano em que a pintura da Charola é ordenada. Frei Jerónimo de Román refere na sua descrição que tanto o claustro da Lavagem como o do Cemitério foram igualmente pintados a mando de D. Manuel:

*"... tiene claustro alto hiso la pintar toda assy por las paredes como lo alto de los doceles el rey Don Manuel renovando la sirve agora de lavatorio de los havitos de los relegiosos los quales xavonan y lavan sus cogullas y havitos porque tienen junto una cisterna de agua. Mas abaxo como nos vamos metiendo para el combento enmediatamente se sigue otra claustra que hiço el mesmo ynfante y maestre Don Henrrique la quoa no tiene altos y tambien la pinto el rey Don Manuel pero ya no ay rastro de la pintura por las paredes aunque si por el techo porque fueron muchas veses rebocadas."*¹⁵³

Deste modo, o programa pictórico assume uma extensão muito mais avultada do que o Tombo dos bens do Convento revela, com a parte mais expressiva do edificado a ser abrangido e unificado estilisticamente. Quanto ao portal, este abria para uma escada que aproveitava a grossura da parede e levava à sala grande do paço, fazendo ainda ligação com o interior do claustro da Lavagem. Tanto a porta no terreiro como a que abria para a sala¹⁵⁴ ainda existem e apresentam uma morfologia semelhante, embora a porta inferior ostente uma moldura mais elaborada, justificada pela sua exposição ao exterior (veja-se anexo 20).

¹⁵¹ Bento, 2014:268.

¹⁵² É muito provável que esta tenha sido apenas umas das várias campanhas de pintura da Charola, pois a maioria das pinturas que ainda se podem observar neste espaço apresentam um aspeto distinto dos vestígios pictóricos do claustro e do paço. Estas últimas, comparadas com as pinturas da Charola, são mais arcaicas.

¹⁵³ Román, 2008:80.

¹⁵⁴ No entanto, a moldura da porta da sala pode ser resultado dos restauros efetuados pela DGEMN, pois em fotografias antigas é visível a reconstrução da parede e escadas, o que pode indiciar que a moldura atual foi feita, ou reutilizada, na mesma altura.

As intervenções manuelinas mencionadas até agora são, maioritariamente, baseadas em documentação, mas através da observação dos vestígios do paço, pode ser identificado um grupo mais extenso.



Fig. 23 - Arco abatido no recebimento da varanda, vista norte-sul.

O arco abatido no lado sul do recebimento da varanda (veja-se fig. 23) apresenta uma morfologia muito próxima dos arcos manuelinos no pátio da antiga alcáçova de Coimbra, ainda visíveis do lado norte da Porta Férrea, erguidos para o mesmo fim¹⁵⁵ (veja-se anexo 21). Também a iluminura das *Exéquias reais do Livro de Horas [dito] de D. Manuel* mostra um arco abatido, para onde se dirige o féretro, a suportar as varandas do paço, com um aspeto aproximado ao de Tomar. Em Lisboa, o exemplo mais próximo deste tipo de arco, inserido numa arcaria, situava-se na fachada do Hospital Real de Todos os Santos. Também os arcos do nível inferior do claustro do mosteiro dos Jerónimos apresentam o mesmo formato de arco abatido, o que prova, juntamente com os outros exemplos, como esta era uma solução estrutural recorrente no período manuelino. Além do arco, o espaço do recebimento da varanda (veja-se

¹⁵⁵ Pimentel, 2003: 279-282.

fig. 24) deve ter sofrido mais alterações, a julgar pelo aspeto da parede exterior do aposentamento do Infante, no lado nascente do recebimento.



Fig. 24 - Recebimento da varanda, vista norte-sul. A – arco abatido, B – provável zona de implantação da escada para a sala grande do Infante. À esquerda é visível um número considerável de cicatrizes na parede do aposentamento, resultado das intervenções.

Nessa parede, no andar superior da zona ocupada pela câmara existem uma porta e uma janela. A janela, com feição possivelmente manuelina é quadrangular e está desobstruída, já a porta, encontra-se entaipada. Ao longo da parede, passando junto do umbral da dita porta, são visíveis as perfurações onde outrora se devem ter fixado traves de madeira para suporte do piso daquilo que parece ter sido uma varanda posicionada a nascente no recebimento (veja-se fig. 25). Talvez fosse esta uma das varandas descritas por Frei Pedro Álvares Seco em 1571, ligando o aposentamento ao paço da Rainha:

"...e das bandas do Levante e Norte há casas que se chamam Aposentamento do Infante para que se serve dos outros Paços por varandas e corredores; entre estes Paços Antigos e Corredores porque se sirvam uns com os outros..."¹⁵⁶

Este seria um espaço constituído por duas partes que correm paralelamente: a oeste um corredor com uma sucessão de portais, faz a ligação entre o patamar do recebimento e o topo norte, ou seja, atravessa todo o espaço entre o claustro e o paço; a este, o paço propriamente dito, erguido em dois pisos e que corre ao longo de todo o corredor anterior. Ao nível do umbral da porta apontada que liga o recebimento com a trescâmara é possível observar as marcas de que terá sido um piso que ocuparia o espaço sob a provável varanda anteriormente referida, talvez para seu suporte. Seria este um dos corredores referidos por Frei Álvares Seco? Se sim, que espaços ligaria? Além disso, a sua construção deverá ter afetado em algum grau a escada que subia à sala. Qual seria o aspeto deste corpo inserido entre o aposentamento e o recebimento? Devido ao estado de ruína do edifício e das cicatrizes profundas que este apresenta (é de recordar que este espaço acomodou um café/bar moderno até recentemente) não é possível, por agora, chegar a uma conclusão definitiva que dê respostas a estas perguntas.



Fig. 25 - Parede nascente do aposentamento do Infante vista do recebimento da varanda. A – porta entaipada, B – janela, C – marcas de travejamento (varanda?), marcas de piso (corredor sob a varanda?).

¹⁵⁶ A.M.T. vol. VII, 1971: 76.

Outro elemento que parece ter recebido a atenção de D. Manuel foram as molduras das janelas do paço. A crer na iluminura da Leitura Nova, datada de c. 1509, o paço, pelo menos na fachada sul, teria janelas de um formato diferente do que hoje apresentam. A imagem mostra janelas duplas ou de mainel, possivelmente apontadas (embora este pormenor não seja visível na gravura), aspeto tipicamente gótico que encontra exemplos coevos nos paços de Leiria e Ourém. Por sua vez, as janelas atuais têm um formato aproximadamente retangular com uma moldura chanfrada, avental e lintel reto no exterior, no interior apresentam conversadeiras e um lintel em forma de arco abatido. O facto de ainda ser possível ver parte da moldura das janelas originais sob as atuais, serve de maior prova de que estas foram substituídas. É notória a semelhança entre estas janelas e as que D. Manuel abriu no paço da Alcáçova de Coimbra, já referidas por António de Vasconcelos em 1908 como manuelinas, com a exceção destas terem um lintel exterior em arco abatido. De resto, são em tudo semelhantes, incluindo o formato das conversadeiras (veja-se fig. 26).



Fig. 26 - Esquerda, janela manuelina do paço das Escolas (na Via Latina). Direita, janela da fachada sul do paço do Infante. A – aresta chanfrada.

Devido a esta similitude é de crer que sejam ambos exemplos contemporâneos. Além disso, as janelas do paço são idênticas às duas janelas abertas por D. Manuel no piso inferior do

claustro da Lavagem. As duas janelas localizadas na parede nascente da antecâmara e câmara, respetivamente, são em tudo semelhantes às da fachada sul, o que evidência a sua pertença à mesma empreitada. As janelas do aposentamento apresentam, no entanto, um elemento que as diferencia das suas congéneres na parede sul, pois exibem sinais de terem recebido gradeamento (veja-se anexo 22). Este aspeto remete-nos para as duas janelas abertas por D. Manuel no piso térreo do claustro da Lavagem que são descritas como: "*duas genellas grandes de grades*"¹⁵⁷

Tanto as janelas do claustro como as do aposentamento, devido ao desnível do terreno, estão localizadas ao nível do piso térreo, o que parece indicar que o gradeamento é uma medida de segurança. A presença de janelas nos paços, mais tardia, no piso térreo e sem sinais de grades, coloca seguramente este grupo de janelas sob mesma empreitada manuelina.

A construção de um piso sobre o aposentamento do Infante – e de um corpo adorado a este no recebimento –, a construção do arco abatido e as adivinháveis alterações na varanda e escada, a pintura da sala, a criação de uma nova serventia e a substituição de molduras de janelas surgem, apesar do seu número, apenas como obras de superfície. Mesmo as construções junto e sobre o aposentamento têm um cariz mais aditivo do que transformador, o que significa que foi mantida, grosso modo, a estrutura do paço henriquino. No entanto, talvez sejam os indícios para uma outra construção mais ambiciosa, o paço da Rainha.

O paço da Rainha surge já no séc. XVI, largas décadas após a construção do paço velho. Em termos de datação e autoria, dois aspetos fundamentais para a sua compreensão, deparamo-nos com três hipóteses:

- A) o paço da Rainha foi erguido no reinado de D. Manuel, mas não por João de Castilho.
- B) o paço da Rainha foi erguido no reinado de D. Manuel e traçado por João de Castilho.
- C) o paço da Rainha foi erguido já no reinado de D. João III, com traço de João de Castilho.

Analisemos agora, pela ordem apresentada, estas hipóteses, confrontando-as entre si.

Admitindo a possibilidade de as obras no piso superior e junto do aposentamento do Infante terem sido promovidas por D. Manuel, estas são mais

¹⁵⁷ A.M.T. vol. VII, 1971: 185-186.

convincentes, enquanto estrutura necessária, quando conjugadas com o corpo designado como paço da Rainha. Sem a existência de um corpo coevo a norte das câmaras, em articulação com estas, as obras manuelinas seriam algo ambíguas. A sua existência singular não é justificável por motivos de circulação e comunicação. Tal deve-se ao facto de, a julgar pelos acidentes parietais nesta parte do edifício, o acesso ao andar superior das câmaras ser feito através de uma qualquer estrutura localizada a norte, pois não existem, nem fariam sentido, escadas de acesso a um piso superior no aposentamento do Infante. Assim sendo, a construção de uma estrutura a norte deste surge como um elemento imprescindível, tanto mais comprovado pela existência, em ambos os pisos, de portas de comunicação na parede norte do aposentamento. Estas portas, atualmente encerradas, abrem para a enfermaria e botica, erguidas no séc. XVII (veja-se anexo 23).

Com esta construção perdeu-se o que existiria aqui anteriormente, dificultando a análise. No entanto, a sua existência é atestada pelas portas na parede norte do aposentamento, anteriormente referidas, e pela existência de três portas, uma em cada piso, na parede poente do paço da Rainha. A parede norte do aposentamento e a parede poente do paço novo encontram-se dispostas em ângulo reto, criando um espaço encaixado entre o aposentamento, a sul, o atual paço da Rainha, a nascente, e a antiga muralha templária a norte. Neste local existiram estruturas que permitiam a articulação entre os paços velhos e os novos, comprovado pelas portas, que permitiriam circular entre eles. Além disso, Frei Pedro Álvares Seco informa-nos que:

"...do Poente [os paços novos] vão entestar nas sobreditas varandas e corredores [do aposentamento do Infante] por que se serviam, como é dito, o Aposentamento do Infante com os Paços; e no tempo que estes novos Paços se fizeram se reformaram também estas Casas do Infante, com que também estes paços Novos partem parede em meio, da mesma banda do Poente, e há portais para se servirem uns com os outros..."¹⁵⁸

Os *portais* mencionados pelo freire seriam os mesmos que referimos anteriormente e fariam conexão com o interior do aposentamento e varandas aí existentes, também referidas pelo cronista, através do corpo destruído pela enfermaria. As estruturas sobre e junto do

¹⁵⁸ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

aposentamento do Infante seriam o elemento de conexão comum entre os paços velhos e os novos, como é frisado por Frei Álvares Seco, que afirma que o aposentamento sofreu reformas aquando da construção do paço novo.

Assim, o paço novo deverá ter sido erguido durante o reinado de D. Manuel. Em caso afirmativo, poucos sinais restam desta primeira construção manuelina, remodelada por sucessivas campanhas construtivas nas décadas seguintes. Embora a construção do paço novo possa ser balizada entre 1499, ano em que D. Manuel iniciou um conjunto de intervenções no convento, e 1521, ano da morte do monarca. Parece mais provável que as obras se inscrevam na campanha mais abrangente, iniciada em 1510 e centrada na construção do coro, sacristia e igreja a poente da Charola, transformando a antiga rotunda templária em capela-mor¹⁵⁹. O mestre-de-obras responsável por esta empreitada foi Diogo de Arruda, explícito no amplamente conhecido documento de encomenda, datado de Abril de 1510¹⁶⁰. Além da construção de um novo corpo a poente, a igreja foi ornamentada com pinturas em *trompe-l'oeil*, onde se destacam as armas do rei e da rainha D. Maria, na abóbada (1510-18), pinturas murais, atribuídas a Fernão de Anes (1511-21), bem como de estuques, talha e escultura em madeira, atribuída a Fernão de Muñoz (1511-12) e Olivier de Gand (1513?)¹⁶¹.

Se antes de 1499 a abordagem programática de D. Manuel foi indubitavelmente acanhada, composta principalmente de intervenções de melhoramento, mas sem um carácter verdadeiramente transformador, o mesmo não se passa após 1510, pondo o rei em prática um plano de obras caracterizado principalmente pela propaganda iconográfica e heráldica, formulada nos pressupostos de D. Manuel como Rei-Messias e Senhor Imperial¹⁶². Desta forma, as obras do paço fariam todo o sentido ao serem incluídas neste projeto, criando um espaço digno para o monarca e mestre da Ordem de Cristo.

Se assim for, pode considerar-se Diogo de Arruda como o arquiteto responsável pela construção do paço novo, mestre presente em Tomar de 1510, ano do início das obras da igreja, até 1513. Ausentou-se apenas entre Junho e 20 de Outubro de 1512, deixando o mestre Álvaro

¹⁵⁹ Pereira, 2003: 19.

¹⁶⁰ Viterbo, 1988: 47.

¹⁶¹ Pereira, 2003: 28-37.

¹⁶² Pereira, 2003: 81-85.

Rodrigues como responsável¹⁶³. A ser erguido por Diogo de Arruda, o paço tem a sua fundação algures entre 1510 e 1513. Não seria a primeira vez que Diogo de Arruda intervinha em contexto áulico, bastando como exemplo a construção do baluarte do paço da Ribeira¹⁶⁴. Se a documentação não comprova a hipótese também não a desmente, sendo lógico que ao comando do estaleiro de Tomar, lhe fosse igualmente confiada a construção do novo paço, ao menos a supervisão geral.

No livro de despesas de obras do Convento, entre os anos 1511 e 1514, existem várias referências a intervenções de Diogo de Arruda em outros espaços do Convento para além da igreja. A 21 e 28 de Agosto de 1512 os paços henriquinos receberam obras de reboco e *corregimento*, efetuados com recurso a mão-de-obra da empreitada do Convento¹⁶⁵. Como neste espaço de tempo Diogo de Arruda estava ausente em Safim¹⁶⁶, o mais provável é que tenha sido Álvaro Rodrigues, mestre que Arruda fez responsável na sua ausência, a coordenar esta intervenção, que deveria ter origem na vontade do próprio Arruda. Este já estava de regresso a Tomar quando a 30 de Outubro de 1512 foi feito o pagamento do transporte de pedra para a construção de uma serventia no castelo, que, volvido um ano, voltava a receber intervenções, datadas de Setembro de 1513, no bocal da cisterna do castelo¹⁶⁷. É provável que a serventia do castelo referida seja o portão com arco abatido, muito semelhante ao arco do recebimento da varanda, no muro sul da cerca, junto do castelo (veja-se anexo 24).

O mesmo livro de despesas informa-nos que o pedreiro Bastin Dias, e mais quatro servidores, executaram uma obra, de que se desconhece a natureza, no *patim das escolas*¹⁶⁸. Ora o referido *patim* das escolas só pode ser o paço, utilizado pela Ordem, na ausência do seu Mestre, como escola e enfermaria, como nos informa em 1571 Frei Pedro Álvares Seco. É possível que já na época de D. Manuel fosse esta a sua função. O recebimento da varanda é o espaço do paço mais bem colocado para receber o nome de *patim*, pois, era fundamentalmente um pátio rodeado de construções. Talvez o pedreiro Bastin Dias e os seus quatro servidores sejam os responsáveis pelo arco abatido no lado sul do recebimento. Também é

¹⁶³ Silva, 2018: 537-538.

¹⁶⁴ Serrão, 2002: 39.

¹⁶⁵ Silva, 2018: 549.

¹⁶⁶ Serrão, 2002: 39.

¹⁶⁷ Silva, 2018: 550.

¹⁶⁸ Silva, 2018: 548.

apresentada despesa para o *alimpamento*, por oito servidores, do *patim* da escola de gramática e cânones¹⁶⁹.

Há notícia, a 8 de Janeiro de 1513, da compra, ao oleiro Simão Lopez, de duzentos tijolos de alvenaria para a castra segunda, provavelmente a da Lavagem, num valor de 60 reis¹⁷⁰. Nesta data e nos meses subsequentes, Diogo de Arruda estava ainda em Tomar o que significa que foi uma empreitada por ele comandada. Talvez esta encomenda de tijolos se destinasse à construção da porta e escada, no grosso da parede do claustro que o ligava à sala do paço e ao terreiro. Se assim foi, então a porta no piso inferior, que ainda existe com um aspeto nitidamente gótico, é anterior à construção da escada no interior da parede, pois já é retratada na gravura da Leitura Nova, de 1509. O que significa que nesta data ainda só ligava o piso térreo do paço com o terreiro em frente.

Todas estas intervenções avulsas são prova que Diogo de Arruda, ou alguém em sua substituição, realizou obras em várias zonas do recinto conventual, para além da igreja, em particular na antiga zona do aposentamento dos cavaleiros, onde os paços estão implantados. Por este motivo, a ser construído por D. Manuel, a par com o coro, o paço novo terá saído da traça de Diogo de Arruda, pois era a figura mais bem posicionada no estaleiro para o fazer. Em termos de vestígios físicos do paço novo manuelino, pouco ou nada resta, graças às intervenções ordenadas por D. João III e gizadas por João de Castilho. No entanto, no exterior do muro norte, que o paço novo utiliza como parede térrea, subsiste um elemento singular que podará ser a única pista de ligação identificável entre edifício e Diogo de Arruda. Trata-se de um longo cordame pétreo que marca o local do pavimento entre o piso térreo e o piso superior do paço (veja-se fig. 27). Como é do conhecimento geral, este elemento surge em abundância, embora não exclusivamente, nas obras dos Arrudas, de Diogo e do irmão Francisco¹⁷¹.

¹⁶⁹ Silva, 2018: 549.

¹⁷⁰ Silva, 2018: 538.

¹⁷¹ Pereira, 2003: 54.



Fig. 27 - Paço da Rainha, parede norte. A – cordame.

As cordas (ou cordames) estão presentes em Tomar, na obra de Diogo de Arruda (1510-13), na igreja (veja-se anexo 25). Dos vários exemplos salientamos as que correm pelas laterais exteriores do coro, hoje em grande parte obstruídas por construções posteriores, e a corda que rodeia o óculo na parede poente do coro, no lado interior, pela sua grande semelhança, em termos do formato das nervuras, com a do exterior do paço. Os cordames estão presentes também na Torre de Belém, traçada por Francisco de Arruda (1514-19), e no castelo de Évora Monte (1531), obra dos dois irmãos¹⁷². Como foi apontado por Paulo Pereira, o recurso à utilização da corda como elemento decorativo poderá estar associado à unificação do edifício, pois, predominantemente, a corda surge a envolver os edifícios, como num ato de contenção. Além disso a corda era um objeto presente no imaginário dos mestres-de-obra e construtores, pois era com o recurso a uma corda que se procedia à medição e traça dos edifícios, o que deixa adivinhar uma forte carga simbólica, à qual persiste ainda uma conotação marítima, amplamente divulgada e igualmente contestada¹⁷³.

O cordame do paço novo parece ter envolvido o edifício continuando para poente pelo espaço hoje ocupado pela enfermaria seiscentista. Com efeito, neste lado o cordame não apresenta sinais de uma mudança de direção, terminando abruptamente onde a pilastra da enfermaria tem início. No lado nascente o cordame vira de direção para sul, sobre um ângulo da muralha, estando hoje a sua continuação emparedada, permitindo concluir que o paço ocuparia o lado poente da muralha, terminando no ângulo que a dirige para o castelo (veja-se fig. 28).

¹⁷² Serrão, 2002: 40-41.

¹⁷³ Pereira, 2003: 54.

Nesta zona da parede é possível distinguir pelo menos três tipos de aparelhos distintos, denunciando-a como uma zona fortemente intervencionada ao longo do tempo.



Fig. 28 - Fachada norte do paço da Rainha. Mudança de direção do cordame de poente-nascente para norte-sul.

Ao percorrer o lado norte da muralha o cordame corre também sobre um cubelo implantado na cerca. Para acomodar a parede superior do paço, o topo do cubelo, que é circular, foi cortado de modo a formar três faces, sobre o qual se construiu um torreão. O cordame acompanha as três faces e não a superfície cilíndrica do cubelo, o que significa que a inclusão do torreão foi planada desde a fundação do paço, e não um acrescento tardio (veja-se anexo 26). Desde a partida de Diogo de Arruda do estaleiro de Tomar, em Outubro de 1513, o paço não deverá ter recebido mais intervenções. Deve ter sido esse o espaço que acomodou D. João III quando visitou o convento em 1523, e durante a qual assistiu à estreia da *Farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente¹⁷⁴. O mais natural terá sido sua representação nos paços mestrais devido ao cariz profano da farsa¹⁷⁵, pouco apropriada para um espaço sagrado. Só volvida mais de uma década é que chegamos até nós notícias dos paços¹⁷⁶.

¹⁷⁴ A.M.T. vol. VII, 1971: 143.

¹⁷⁵ Notavelmente, uma das personagens mencionadas na farsa é Vasco de Fois, alferes-mor da Ordem de Cristo, Fonseca, 1990: 27.

¹⁷⁶ Apesar de não referir os paços mestrais, uma carta de quitação, datada de 8 de Fevereiro de 1535, refere obras no “...convento de Tomar e das igrejas de San Joam e de Nosa Senhora dos Olyvaes da dita villa hu anno e hu mês, que começou em primeiro dia de outubro de 516 e acabou em primeiro de novembro de 517.” Chancelaria de D. João III, liv. 10º de Doações, fl.9. In Braamcamp, vol. IX, 1914: 452.

João de Castilho é o nome mais associado ao paço da Rainha, a partir de numerosa documentação. A presença de João de Castilho é atestada pela primeira vez em Tomar em 1515, ano em que assina e data o pórtico da igreja¹⁷⁷ (veja-se anexo 27). Nos anos subsequentes Castilho aparece nos estaleiros de Tomar, Alcobaça e Belém, o que nos comprova bem o prestígio que gozava junto do rei¹⁷⁸. Sendo a primeira referência à presença de João de Castilho em Tomar de 1515, quando dirige a construção do portal da igreja, é provável que, seguindo a hipótese da construção do paço no reinado de D. Manuel pela mão de Castilho, a obra tivesse início em data posterior a esta. Em Abril de 1516 é do mosteiro hieronimita de Belém que João de Castilho se ocupa, assumindo a sua condução em Janeiro de 1517. Regressa a Tomar em Setembro de 1518, para voltar ao estaleiro de Belém em Agosto de 1519, ano em que assume cumulativamente o cargo de mestre das obras do mosteiro de Alcobaça. Aí, em Julho inicia a sacristia nova e a livraria. No ano seguinte, no mesmo mosteiro, constrói um piso sobre o claustro de D. Dinis, dando mostras da sua mestria ao articular harmoniosamente o seu novo andar com as estruturas góticas pré-existentes¹⁷⁹. É em 1521, no último ano de vida de D. Manuel, que este dá instruções a Castilho para:

*"...se concentrar (...) sobre a fazimento de obra do capitulo do convento de Tomar que o dito João de Castilho tem d'empreitada e se obrigou de a fazer deste Janeiro que vem de (15)21 a dous anos"*¹⁸⁰

Assim, a optar-se pela hipótese do paço ter sido iniciado ainda em vida de D. Manuel e gizado por João de Castilho, o intervalo entre 1521 e 1523 é o mais provável para o decorrer da obra. Esta possibilidade prende-se com o facto de, com o novo reinado, os estaleiros de Belém e Tomar entrarem num processo gradual de estagnação, exemplificada pela obra da casa do capítulo de Tomar, que nunca foi terminada¹⁸¹. A inserção das obras do paço no final da vida D. Manuel explica-se pela urgência construtiva que se assistiu neste período, combinada com o facto de, nos primeiros anos da presença de Castilho em Tomar, este dividir o seu tempo, de modo frenético, entre os vários estaleiros reais.

¹⁷⁷ Serrão, 2002: 44.

¹⁷⁸ Silva, 2018: 227-238.

¹⁷⁹ Moreira, 1991: 443-447.

¹⁸⁰ Moreira, 1991: 449.

¹⁸¹ Moreira, 1991: 461.

Além do mais, os panos da parede norte do paço da Rainha apresentam elementos como o cordame, já referido, e que João de Castilho também aplicou nos seus projetos, na primeira parte da sua carreira, como no portal da igreja de Tomar, assim como um varandim, numa das faces do torreão, com uma balaustrada formada por arcos de volta perfeita. Este curioso elemento encontra paralelo nas bases dos contrafortes da casa do capítulo, onde é repetido, como relevo, com um aspeto muito semelhante.

A segunda fase da obra de Castilho em Tomar tem início com a reforma da Ordem promovida por D. João III e levada a cabo por Frei António de Lisboa, que teve início em 1529¹⁸². A 6 de Março de 1530 D. João III manda, através de carta redigida em Évora, João de Castilho a iniciar a reforma arquitetónica do Convento. É a partir deste período que se pode situar a hipótese da construção do paço já sobre o reinado de D. João III.

Em 1541 é passada a carta de quitação, já referenciada, na qual surgem, entre as obras de Castilho para D. Manuel e D. João III, as casas da Rainha no Convento de Cristo. Apesar de ser outorgada em 1541, a carta é referente às obras de João de Castilho até 1533, o que significa que as primeiras obras de Castilho no paço devem ser balizadas aproximadamente entre 1530 e 1533. No ano transato a 1530 João de Castilho está no mosteiro da Batalha, ocupado com as obras frustradas nas capelas imperfeitas, que abandonará em definitivo de seguida¹⁸³.

Com o início da reforma conventual estabelece-se o período mais propício para as obras de João de Castilho no paço da Rainha. Estas, no entanto, ainda não tinham terminado em 1533, pois em Julho de 1534 o carpinteiro Jorge Pires foi encarregado de: "... *madeirar solhar e forrar e fazer as portas das casas da r^a segundo disso lhe foy feito empreitada pelo padre frei ant^o com johão de Castilho mestre das obras...*"¹⁸⁴. Devido ao teor da tarefa do carpinteiro — madeirar o chão, fazer portas — podemos concluir que esta empreitada estaria próxima da sua conclusão. João de Castilho volta a intervir no paço da Rainha ainda na década de 30 como é comprovado por um documento de pagamento das obras que fez no Convento, fora da sua empreitada, datada de 13 de Abril de 1540. No documento são expostas as intervenções no paço, entre outras, e o seu valor:

¹⁸² A.M.T. vol. VII, 1971: 150.

¹⁸³ Serrão, 2002: 45.

¹⁸⁴ Silva, 2018: 391.

"It. nas casas novas que se fizeram Junto com os paços da Rainha hua varanda .s. colunas vasas e capites & lageamento do peituril & arcos de tijollo em I bjc R rs.

It ha pedrarja do portal que entra da dita varanda pera p cubello em I iijc rs.

It. no outro portal do meo da dita varanda hua verga e escaçam em iijc L rs.

It. na casa grande que vay ao longo da dita varanda hua Janella Rasa e sem asento em I ijc L rs.

It. na outra Janella da mesma casa a verga lavrada & as ombreiras por lavrar em quinhentos rs.

It. na casa debaixo desta hua verga de Janella em iijc L rs.

It. as umbreiras peituril e sopeituril por lavrar em iijc L rd.

It. na dita casa a pedraria do portal que vay pera fora sem ser lavrada em iijc. L rs.

It Duas vergas de duas Janellas das casas deste amdar que vão por debaixo da enfermaria sem serem lavradas iijc rs.

It as umbreiras e verga & ho mais de pedra de hua chimjne pequena que esta em cima nas casas da Infermarya em iijc r.

It ho Lavatorjo das mãos que esta dentro da craustra em seiscentos rs. /147v/

It Dise que gastara na torre do Castello per mandado do padre dous moyos de cal & tres d´area & bj servidores e quinhentas telhas em bjc rs., que todo esto soma trinta & cinco mjl e setecentos rs."¹⁸⁵

Esta parece ser uma empreitada diferente da que se realizou no início década de 30 pois refere a construção de uma varanda *nas casa novas que se fizeram junto com os paços da rainha*, ou seja, o paço da Rainha já existia e junto dele foram feitas *casas novas* a que se acrescentou uma varanda. Além disso, indicia também obras na zona do castelo ao referir obras na torre, sem especificar quais, o que pode significar que a ocupação paçã do antigo castelo templário pode ter sido iniciada ainda no final da década de 30. Estas obras ter-se-ão arrastado por vários anos ou o castelo sofreu uma nova intervenção independente da anterior pois, em carta datada de 18 de Março de 1547, lavrada em Almeirim, D. João III, entre outros assuntos, regozija-se de receber a informação enviada por Frei António de Lisboa sobre, entre outras, as *casas do castelo* e varandas e como estas obras estariam terminadas até à Pascoa: "...Recebi

¹⁸⁵ Moreira, 1991: 93-93 (Anexos).

prazer do que me escrevestes das casas do Castelo e varandas, que me dissestes e como tereis tudo acabado ate a Pascoa. E encomendovos muito que o façais assim"¹⁸⁶. O mais provável é tratar-se de duas empreitadas diferentes pois numa referem-se obras apenas na torre do castelo enquanto na outra se mencionam as *casas do castelo*, talvez o paço ainda hoje aí visível.

Enumeradas as três principais hipóteses e cruzadas as informações disponíveis, o problema permanece inconclusivo. A primeira conjectura, a construção do Paço da Rainha no reinado de D. Manuel pela mão de Diogo de Arruda, tem a seu favor a coincidência da empreitada de Arruda na igreja com obras no paço do Infante, documentalmente comprovadas. Estas obras são referidas no livro de despesas das obras do convento entre 1511 e 1514 e que propomos tenham a ver com a criação da escada que liga o terreiro ao claustro da Lavagem e à sala do paço e as obras do arco abatido no recebimento da varanda. Existem também provas que o paço henriquino sofreu obras de reboco e *corregimento*, assim como de limpeza. Também data desta época o portal de ligação entre o terreiro e o espaço do jardim do paço, junto do castelo, o que pode significar a abertura de uma nova via de circulação entre o terreiro e o jardim, coincidindo com o espaço onde o paço novo está implantado. Quanto aos vestígios do paço em si, pouco pode ser visto como sendo da autoria da Arruda, exceto o cordame e talvez a varanda do torreão, que, no entanto, podem ser igualmente de Castilho, embora, estranhamente arcaicos. Esta hipótese é fragilizada pela inexistência, até ao momento, de documentação que a sustente.

As duas outras propostas — da construção do paço novo por João de Castilho, ainda no reinado de D. Manuel, ou já no reinado de D. João III são mais difíceis de distinguir, pois o autor seria o mesmo e as datas de construção mais próximas. Não obstante, este intervalo temporal pode ser uma pista fundamental pois corresponde, aproximadamente, à viragem humanista definitiva de João de Castilho¹⁸⁷. Como veremos adiante, o paço seguiu a corrente clássica que moldou a obra conventual de Castilho. No entanto, estes elementos *ao romano* parecem resultado de uma adição, contrastando com a fachada norte do paço, anacronicamente antiquada, quando comparada com os mesmos. Tal como a primeira hipótese apresentada, também para estas duas não existe confirmação documental, apenas que João de Castilho interveio no paço, embora nunca referido como autor da construção.

¹⁸⁶ Moreira, 1991:102-105 (Anexos).

¹⁸⁷ Moreira, 1991: 462-472.

Todas estas obras e investimento no paço levantam uma pergunta: qual o motivo das sucessivas interventores e ampliações, que já vinham desde o reinado de D. Manuel?

A resposta a esta questão encontra a sua génese na construção do paço em si, pois os três Mestres que mais contribuíram para a construção e expansão dos paços mestrais são — e não por coincidência — os mesmos que mais se empenharam na reforma da Ordem de Cristo. Os paços surgem assim como um instrumento de aproximação entre o Mestre e os membros da Ordem, permitindo que estes, esporadicamente, partilhassem de uma vivência conjunta, ou pelo menos fisicamente mais próxima. A proximidade permitia ao Mestre apostar numa reforma através do exemplo ao mesmo tempo que efetuava um controlo mais eficaz sobre a vida dos freires e cavaleiros. O paço, estratégica e oportunamente, implantado no espaço simbólico entre a igreja e o castelo, autênticos bastiões da Ordem, funcionava como emblema da autoridade do Mestre sobre os demais, recordando-os da mesma, inclusive durante a sua ausência. Além disso, a construção e sucessivos melhoramentos dos paços davam resposta à necessidade de criar um espaço habitacional digno do governador da milícia, que também era beneficiada pela sua construção. Recorde-se como durante os largos intervalos entre as visitas do seu regedor, eram os freires e o Dom Prior quem tinha o usufruto do espaço, fosse como enfermaria ou como escola, como afirma, em finais do século XVI, o cronista da Ordem, Frei Pedro Álvares Seco.

É a partir da reforma encetada por D. João III, executada por Frei António de Lisboa e aplicada ao espaço por João de Castilho que a estrutura conventual ganha uma progressiva regularização, através da adoção de uma linguagem *ao romano*, aproximando-se do modelo da *Civitates Dei*, de Santo Agostinho¹⁸⁸. Ora, é a partir do arranque da empreitada classicista de João de Castilho que os paços mestrais sofreram reformas mais regulares e que a sua área se expande consideravelmente, coincidindo, como trataremos mais à frente, com o momento em que também os paços mestrais parecem ter procurado abraçar uma estética *ao antigo*, incluindo-se na renovação artística que se assistia em Portugal. Nesta *cidade* ideal, era no paço do Mestre, e no caso de D. Manuel e D. João III também rei, que o poder laico se manifestava, simbolicamente fortalecido com a incursão do espaço palaciano no interior do castelo, originando o núcleo paço-castelo, como um contraponto com

¹⁸⁸ Silva, 2018: 396.

o núcleo igreja-convento. O paço de Tomar destaca-se dos restantes paços coevos em contexto monástico, pois o seu proprietário não era apenas um patrocinador, mas sim Mestre da Ordem, o que torna a sua relação com a comunidade mais profunda. Certamente tal ocorrência terá influenciado a maneira como a comunidade religiosa encarava o edifício, que era também seu.

O Paço da Rainha – Morfologia, Análise e Interpretação

Igualmente em estado de ruína, o paço da Rainha conserva poucas das suas estruturas. No entanto, as que ainda se mantêm são um valioso manancial de informação sobre o seu aspeto e cronologia. Estas, conjugadas com a documentação referente ao edifício, assim como a comparação com exemplos coevos, permitem-nos reconstruir a sua morfologia, bem como as circunstâncias que a criaram. Interpretar os vestígios do paço não passa só por uma proposta de organização espacial e temporal, mas também por compreender as novas vivências e necessidades sentidas pelos seus encomendantes e como estas, aliadas ao carácter individual dos mesmos, se manifestaram na arquitetura (veja-se planta 2 e 3).

O paço da Rainha surge na sequência de intervenções no paço velho, o que faz do novo edifício uma construção com condições específicas: necessidade de articulação com o paço do Infante e disponibilidade espacial.

Como afirma o cronista da Ordem, Frei Pedro Álvares Seco, os paços estavam ligados por "*...varandas e corredores (...) e há portais para se servirem uns com os outros e passadiços...*"¹⁸⁹, provando a efetiva ligação entre os paços velhos e novos. A escolha da localização do paço da Rainha prende-se com a pré-existência do paço velho, pois o mais lógico seria a ligação entre os dois, precisamente o que foi feito. Para que tal ocorresse apenas estavam disponíveis o espaço do jardim e laranjal do paço do Infante, encaixado entre este e o castelo, e o espaço entre o claustro da Lavagem e a muralha norte, hoje em parte ocupado pela enfermaria nova. A escolha recaiu sobre o espaço do jardim, ficando o paço novo "arrumado" entre o paço velho e o castelo, assegurando-se condições para o seu eventual crescimento, pois este local oferecia bastante espaço, como nota o freire ao referir que, depois das obras do paço novo, ainda sobrava espaço de jardim, e ainda a possibilidade da ocupação do interior do castelo. Além disso, assegurava ao paço, erguido junto do castelo, a autoridade e prestígio desta estrutura antiga, símbolo de domínio. Dentro do espaço do jardim, o local escolhido foi o lado norte, junto da antiga cerca. Esta decisão parece estar principalmente ligada à cota superior do terreno que permitia ter a fachada do paço sobre o jardim voltada a sul, garantindo a melhor exposição solar do edifício, assim como pela articulação com o andar nobre do paço velho, com

¹⁸⁹ A.M.T. vol. VII, 1971: 76-77.

o qual o paço novo comunicava diretamente. Além do mais, construído sobre a muralha norte, o paço mostrava-se sobranceiro sobre a vila (veja-se fig. 29).



Fig. 29 - Vista da torre de menagem do castelo, nascente-poente. A – aposentamento do Infante, B – paço da Rainha, C – muralha templária norte (reaproveitada), D – castelo, E – jardim, F – enfermária nova.

A análise do paço da Rainha é um processo mais complexo do que a análise do paço do Infante. Tal deve-se ao facto do paço velho ter sido construído de um só fôlego. Embora com intervenções mais tardias, o edifício apresenta-se ainda como um módulo compacto e relativamente homogêneo. Este é um dos fatores que nos permite apontar para elementos anómalos evidenciadores de intervenções ou restauros. No caso do paço novo, o mesmo não ocorre. Através da documentação, articulada com os vestígios físicos, é possível antever mais do que uma empreitada. Além disso, a questão relativa à sua datação e autoria é um elemento perturbador da sua análise, abrindo um vasto leque de interpretações possíveis. Por este motivo a sua análise far-se-á espaço a espaço e não cronologicamente.

Como foi referido, o paço novo está localizado junto da muralha norte, entre a enfermária, a poente, e o castelo, a nascente. Formando um ângulo reto com o aposentamento

do Infante corre uma arcaria de três arcos de volta perfeita, voltada para sul (veja-se fig. 30). O aparelho parietal da arcaria é constituído maioritariamente por pedra, embora também utilize tijolos. Estes estão apenas presentes nos arcos, na cornija entre a arcaria e o parapeito que a suporta, também formado por fiadas de tijolo e pedra intercaladas em listas, e ainda nas pilastras que dividem os arcos. Esta arcaria apresenta um aspeto curioso, pois, talvez devido a um erro ou como medida de precaução, o vão dos arcos alarga à medida que sobem, o que lhes confere um aspeto quase de contraforte. A arcada é limitada a poente, como já foi referido, pelo aposentamento do Infante e a nascente por um muro que a liga à muralha sul.



Fig. - 30 Arcada do paço da Rainha, vista sul-norte.

A norte dos arcos fica o corpo retangular do paço novo, limitado a norte pela antiga cerca que utiliza como parede. Entre os arcos e o paço existe uma arcada estreita, que estava sob uma varanda, comprovada pelo parapeito suportado pela arcaria. No extremo poente desta *lógia* abre-se uma porta para antiga trespâmara do paço velho. A moldura da porta é igual a outras presentes no paço novo, o que a faz suas contemporâneas. Não obstante, a porta encontra-se ligeiramente obstruída pela arcaria, o que indica que esta foi uma adição posterior

relativamente ao paço novo. Na carta de pagamento a João de Castilho, datada de 13 de Abril de 1541 é referido:

"... nas casas novas que se fizeram Junto com os paços da Rainha hua varanda .s. colunas vasas e capites & lageamento do peituril & arcos de tijollo em I bijc R rs."¹⁹⁰

Tudo aponta para que a arcaria do paço da Rainha seja a dos arcos da varanda alpendrada feita por Castilho. A carta refere que esta foi um acrescento ao paço da rainha, que já estaria edificado. A confirmação deste aspeto encontra-se na porta renascentista da trescâmara (veja-se anexo 28), parcialmente obstruída por um dos arcos da varanda, o que prova que a porta é anterior à varanda. Além disso, a descrição da varanda no documento encaixa-se perfeitamente na arcada atual. Os arcos são de tijolo, e no peitoril subsistem ainda as bases das *colunas vasas* referidas. Este elemento da varanda é, aliás, uma prova da desenvoltura humanista de Castilho pois o intercolúnio é quatro vezes o tamanho das bases das colunas (veja-se anexo 29). Esta proporção tem origem na tratadística. Diego de Sagredo aconselha-a no seu tratado *Medidas del Romano*¹⁹¹ (1526) para colunas dóricas, obra com o qual o mestre-de-obras teve contacto¹⁹². A mesma proporção repete-se, por exemplo, no piso superior do claustro da Hospedaria, mostrando que João de Castilho aplicou os princípios clássicos da tratadística não só na obra do Convento, mas também no paço da Rainha (veja-se anexo 30). Tal deve-se também ao facto de as obras na varanda do paço, que já estavam terminadas em 1541, terem decorrido aproximadamente em simultâneo com as dos claustros do convento¹⁹³. A varanda do paço da rainha não é exemplo único deste tipo de construção, pois dessa época data também a varanda dos paços dos condes de Basto em Évora¹⁹⁴, igualmente assente em arcos de volta perfeita e com colunas no eirado. A varanda do paço Real de Santos em Lisboa, obra de Castilho, é visível na iluminura de Simão de Bening e António de Holanda na *Genealogia dos*

¹⁹⁰ Moreira, 1991: 93 (Anexos).

¹⁹¹ Sagredo, 1526.

¹⁹² Moreira, 1991: 472.

¹⁹³ Claustro Principal 1541-140-1545; claustro de S. Barbara 1532?-1533-1540; claustro da Micha 1541-1543; claustro dos Corvos 1537-1539 e 1543-1546?; claustro da Hospedaria 1541-1543?. Silva, 2018: 385.

¹⁹⁴ Carita, 2018: 9-11.

Reis de Portugal, hoje conservada na British Library (Londres)¹⁹⁵, com um aspeto muito próximo da varanda do paço da Rainha¹⁹⁶ (veja-se fig. 31).



Fig. 31 - Paço de Santos, varanda alpendrada aberta sobre o jardim. Iluminura da *Genealogia dos Reis de Portugal*, British Library, Londres (detalhe).

Como foi sugerido por Hélder Carita, a varanda alpendrada difundiu-se em Portugal nos inícios do séc. XVI, criando um espaço, em concordância com a torre de menagem, com um claro sentido teatral de prestígio real, que se emprestava como palco a cerimónias de corte e representações¹⁹⁷. Talvez este seja o motivo da construção da varanda de Tomar, associado, naturalmente, com a circulação que uma varanda permite. O exemplo mais claro do emprego desta possibilidade é o paço da Ribeira, no qual as varandas eram um elemento essencial de circulação horizontal. Esta era a principal função das celebradas varandas que ligavam o paço da Ribeira ao baluarte de Arruda, permitindo a circulação entre o Tejo e o palácio do rei¹⁹⁸. No caso do paço da Rainha em Tomar, a circulação através da varanda era feita em articulação com uma escadaria de pedra no exterior. Ainda existem sinais desta escada no muro perpendicular à varanda, no lado nascente do jardim, onde são visíveis os vestígios dos degraus que subiam até à varanda (veja-se fig. 32). Seriam estes degraus a escada de pedra a que se referia, em

¹⁹⁵ A Casa Senhorial (s.d.). *O Palácio Real de Santos, Séc. XVI*.

¹⁹⁶ Também no paço de Coimbra foi construída uma varanda, destruída por intervenções posteriores (Pimentel, 2003: 305).

¹⁹⁷ Carita, 2018: 7-12.

¹⁹⁸ Senos, 2002: 99-102, 122-123.

1571, Frei Álvares Seco ao relatar: "...*Chão Pequeno [jardim] no qual se fez uma escada de pedraria por onde se sobe à sala destes Paços Novos...*"¹⁹⁹.



Fig. 32 - Vista nascente-poente, vestígios dos degraus da escadaria do paço da Rainha.

É interessante notar que no reinado de D. João III ainda existia alguma resistência à utilização de escadas de lanço reto no interior dos edifícios, como já existiam na vizinha Espanha desde, pelos menos, os finais do séc. XV²⁰⁰, em palácios como Aljafería ou dos duques do Infantado, em Guadalajara. Ambos visitados por D. Manuel quando este se deslocou a Espanha para ser jurado herdeiro presumível dos Reis Católicos. Apesar do rei ter tido contacto com estes dispositivos, não parece tê-los adotado nos seus projetos construtivos, optando pela utilização de escadas em caracol, abundantemente referidas na documentação²⁰¹. Apesar de pouco frequentes, existiam alguns exemplares de escadas de lanço reto, normalmente no exterior do edifício, como no caso do paço da Ribeira, que ligava o terreiro com a sala grande²⁰², ou no paço de Almeirim, referida aquando da chegada de D. Leonor de Áustria, em 1518, esperada pelas filhas do rei "...*aho pé da scada da sala velha, que*

¹⁹⁹ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

²⁰⁰ E em França desde meados do século XIV, no Palais de la Cité e no Louvre.

²⁰¹ Senos, 2002: 123.

²⁰² Senos, 2002: 122-123.

saia aho terreiro..."²⁰³. A escada exterior de Tomar²⁰⁴ é mais um exemplar tardio desta tradição, funcionando em articulação com uma escada em caracol no interior do paço, da qual trataremos mais à frente.

Quanto ao aspeto da varanda, podemos afirmar, através da carta de pagamento de 1541 que era, como estrutura exposta ao exterior, lajeada. Apesar de desaparecida, por comparação com o andar superior do claustro da Hospedaria e do alpendre do paço de Santos, ambos com um aspeto muito próximo e igualmente obras da traça de João de Castilho, é possível sustentar que a parte superior do alpendre fosse rematada por um entablamento reto, em que assentaria o telhado.

A arcaria e a varanda davam acesso ao interior do paço da Rainha. Através dos vestígios físicos existentes é possível constatar que o paço teria a forma de um longo paralelepípedo de dois pisos. Iniciemos a sua análise pelo andar térreo.

A entrada para o piso térreo do paço, pelo jardim, fazia-se através da arcaria de volta perfeita que suportava a varanda alpendrada. Na parede de fundo da arcada existe uma porta de comunicação com o interior do paço. Esta porta apresenta uma moldura semelhante a outras presentes no paço, embora esta apresente no lintel um elemento *grotesco*, em relevo o que de alguma forma a distingue e enobrece, comprovando o seu papel enquanto acesso principal (veja-se fig. 33). Apesar de bastante desfigurada, é ainda possível observar uma figura aproximada de um leão. É presumível que este tenha sido escolhido pois, o leão foi, desde cedo, adotado pela realeza como símbolo de força e poder, repetidamente empregue na heráldica, e, neste caso, reafirmando o prestígio do espaço a que a porta dá acesso.

A utilização deste elemento *grotesco* é mais uma prova da adaptação do paço da Rainha às correntes clássicas de cariz humanista que se espalhavam, nessa altura, em Portugal, primeiro

²⁰³ Góis, vol. VI, 1955: 88.

²⁰⁴ Esta escadaria, além de permitir o acesso ao piso superior do paço novo, facultaria igualmente um palco de cerimonial cortesão. Tal prende-se com a utilização recorrente do topo das escadas para desmonstrações publicas por parte da realeza que, que deste modo, num plano mais elevado do que os demais, se mostrava a todos. Novamente o casamento de D. Manuel com D. Leonor prova nos isso mesmo, pois foi no topo de uma escada, à vista de todos, que os nubentes se encontraram pela primeira vez: "...depois da Rainha ter çeado chegou o elRei has nove horas da noite, ho qual há Rainha veo receber no peitoral da scada da salla, onde se fezeram suas cortesias quomo dentre marido, & molher...", Góis, vol. IV: 87.

pelos círculos mais eruditos, para depois se infiltrarem na produção artística local portuguesa, ainda presa aos modelos tardo-góticos²⁰⁵. Para o alastramento dos modelos clássicos, e em particular o *grotesco*, muito contribuiu a gravura, utilizada como suporte e de fácil e rápida disseminação²⁰⁶.



Fig. 33 - Porta do *grotesco*, vista sul-norte, e detalhe.

Junto à porta do *grotesco* abrem-se três pequenas janelas à altura do lintel da porta. Em forma de retângulo mais largo que alto e com grande profundidade, assemelham-se quase a canhoeriras. Parecem coevas da porta do *grotesco* (veja-se anexo 31). Na mesma parede, mas a um nível superior, encontram-se mais duas janelas e uma porta, agora entaipada. As janelas têm um formato retangular vertical com um vão estreito. A porta tem uma moldura de arestas chanfradas, no entanto, devido ao seu mau estado de conservação, não é possível fazer uma análise mais profunda (veja-se anexo 32). Todavia, é possível que as arestas tenham tido um tratamento tardo-gótico, indicando a possibilidade desta porta ter sido aberta no reinado de D. Manuel ou a sua moldura reutilizada, algo que não era incomum à época. O grupo de janelas e porta no nível superior é bastante diferente do grupo do nível inferior, o que nos assegura que foram abertas em momentos diferentes, com as aberturas superiores a aparentarem maior antiguidade.

²⁰⁵ Serrão, 2002: 137.

²⁰⁶ Craveiro, 2002: 381.

Para entender melhor esta disposição parietal de aberturas em dois níveis é necessário analisar o interior térreo do paço novo. Dentro do corpo retangular do paço da rainha é possível distinguir pelo menos dois espaços ao nível térreo, através das demarcações onde existiam paredes. Um é um vasto compartimento que ocupava grande parte do andar baixo, o outro é um corredor estreito, situado no lado sul, junto à arcaria da varanda. Este corredor fazia a comunicação entre a arcaria, através da porta do *grotesco*, com o compartimento referido através de uma porta, hoje desaparecida, mas sinalizada pela presença do seu umbral de pedra, colocado de maneira axial em frente à porta do *grotesco*. Outras duas portas abrem-se no corredor, uma no extremo poente, que permita a ligação ao espaço destruído pela enfermaria, e outra porta no extremo nascente, que desembocava no vão da escadaria de pedra que ligava o jardim à varanda no andar superior. O aspeto mais interessante deste corredor é que estava dividido em dois andares que, juntos, compreendiam a altura do vasto compartimento vizinho (veja-se fig.34).



Fig. 34 - Paço da rainha, vista norte-sul. A – porta do grotesco (interior) B – porta de comunicação com o aposentamento do Infante ao nível térreo, C – porta de comunicação com o aposentamento do Infante num mezanino, D – mezanino, E – corredor térreo sob o mezanino.

O facto do nível superior do passadiço ser um mezanino explica a distribuição das aberturas na parede da arcaria, pois a porta e janelas superiores abrem-se deste espaço para a arcada da varanda. Ainda é visível no aparelho parietal a marca do piso que dividia o passadiço em dois, incidindo precisamente no umbral da porta entaipada, que seria uma eventual varanda. No lado poente do passadiço do mezanino existe uma porta que, tal como a porta no passadiço térreo, ligava ao espaço destruído pela enfermaria. Era este andar que fazia ligação com o piso superior do aposentamento do Infante. Todas as molduras das portas dos dois passadiços, com exceção da entaipada, são de forma similar à porta do *grotesco*, o que as coloca sob a mesma empreitada. Enquanto o passadiço térreo fazia a ligação entre o jardim, o interior do paço, o corpo substituído pela enfermaria e o espaço junto da escadaria, não é decifrável que espaços este corredor ligaria para além do corpo destruído pela enfermaria. Tal ocorre, pois, o lado nascente, que nos daria mais pistas, desapareceu, não nos permitindo chegar à conclusão do que estaria no lado nascente do passadiço superior. No entanto é bastante provável que estas estruturas sejam os corredores e passadiço, referidos por Frei Pedro Álvares Seco, que ligavam o paço novo com o paço velho.

No interior do vasto compartimento ainda são visíveis os restos de uma habitação. Em fotografias da base de dados SIPA é possível ver a construção do seu telhado aquando da construção do telhado do claustro da Lavagem. Ainda da mesma base de dados, duas fotografias mostram a casa em 1943 e, já aumentada, em 1954. Um arco de volta perfeita, suportado por uma coluna no seu centro e uma porta junto a este, assim como as marcas do telhado, são o que resta desta habitação, entretanto demolida. Trataremos destas intervenções no último capítulo desta tese.

Como foi referido, o piso térreo do paço novo era dividindo entre o corredor e um compartimento de grandes dimensões (veja-se fig.35). Neste espaço, ao longo da parede norte, estão dispostas três mísulas decoradas com elementos vegetais, volutas e, na central, a cabeça de um *putti* (veja-se anexos 33, 34 e 35). Todas apresentam um formato semelhante, embora sejam todas diferentes. Estas mísulas ostentam uma morfologia assente nas correntes clássicas, sem quaisquer sinais tardo-góticos, o que as insere no período humanista de João de Castilho. Assim sendo, seriam datadas sensivelmente entre 1530 e 1533, data da primeira intervenção documentada no paço por Castilho. Ou de uma empreitada mais tardia,

como pode indicar a sua semelhança com as mísulas do claustro da Micha (1541-1543)²⁰⁷, o que a dataria aproximadamente do final da década de 30 ou princípio da década de 40, época para a qual a documentação atesta uma nova intervenção de João de Castilho (veja-se anexo 36). Independentemente da sua datação, é possível afirmar, com certeza, que são da traça deste mestre-de-obras.

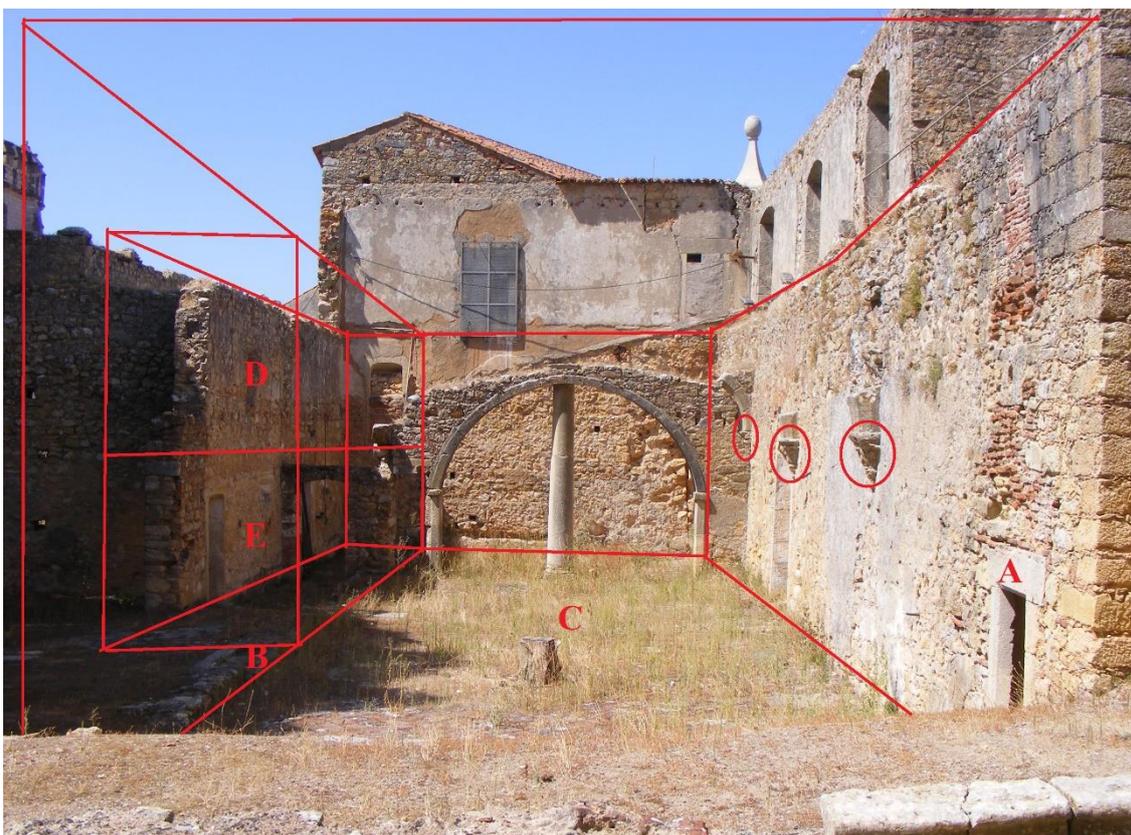


Fig. 35 - Paço da Rainha, vista nascente-poente. Divisão dos espaços e localização das mísulas. A – porta da escada em caracol, B – Soleira de uma porta para o exterior, C – compartimento térreo, D – mezanino, E – corredor/passadiço.

Em frente, na parede sul do compartimento, estariam outras três mísulas, correspondendo às três existentes na parede sul. As mísulas norte e sul estavam ligadas por arcos entre si, como é comprovado pela existência de aduelas, que formariam as nervuras dos arcos referidos, sobre as mísulas do lado norte. Para além de suportarem o tecto, estes arcos tinham a função de suportar o peso das paredes que corriam sobre eles no andar superior, pois, alinhadas com as mísulas, existem marcas de paredes no andar superior. Um detalhe algo

²⁰⁷ Silva, 2018: 835.

inusitado sobre as mísulas e arcos é o facto de que a parede do qual arrancam ter apenas as marcas dos arcos e não da possível abóbada abatida que os uniria (veja-se anexo 37). Estruturalmente esta abóbada não seria um problema, pois tem todos os dispositivos necessários à sua realização e espaço suficiente em altura. Uma hipótese que se coloca é o suporte, por parte das mísulas, de arcos que seriam de diafragma, deixando como única possibilidade a construção de um tecto, com traves de madeira, apoiado nos arcos. Esta não seria uma solução original pois já era utilizada desde a Idade Média em igrejas e salas grandes como, por exemplo, o salão do Tinel, no paço real de Barcelona, ou os vestígios, muito parecidos estruturalmente com os de Tomar, do que teria sido a sala grande do castelo de Estremoz²⁰⁸. No entanto, a não existência de cicatrizes na parede não é sinal suficiente da ausência abóbada, que poderá ter sido construída em tijolo, como na abóbada coeva no interior da torre de menagem do castelo, e as suas marcas no aparelho parietal desaparecido. Se este foi o caso, não seria estranho num edifício em estado de ruína e várias vezes intervencionado ao longo do tempo.

No documento de pagamento a João de Castilho, datado de 13 de Abril de 1541, este espaço é referido como tendo recebido:

*"...It. na casa debaixo desta [casa grande no piso superior] hua verga de Janella em iiijc L rs. It. as ombreiras peituril e sopeituril por lavar em iijc L rd. It. na dita casa a pedraria do portal que vay pera fora sem ser lavrada em iiijc. L rs. It Duas vergas de duas Janellas das casas deste amdar que vaõ por debaixo da enfermaria sem serem lavradas iijc rs. ..."*²⁰⁹

Este documento informa-nos que no espaço de tempo anterior a 1541 este compartimento, a que o documento se refere como *casa*, recebeu uma janela com verga, ombreiras, peitoril e sobpeitoril por lavar. Estes elementos formam a moldura de uma janela, por isso é seguro admitir que a casa recebeu uma nova janela, sem, no entanto, informar qual seria o seu aspecto ou se teria conversadeiras. Também é referida a moldura em pedra do portal que comunica com o exterior, sem ser lavrado, ou seja, sem decoração. As únicas portas identificadas que levam ao exterior são a porta do *grotesco* e uma outra na parede sul da *casa*, no lado nascente, denunciada por um largo umbral que marca a sua localização.

²⁰⁸ Silva, 1995: 90.

²⁰⁹ Moreira, 1991: 93-94 (Anexos).

Como a porta do *grotesco* apresenta decoração em relevo, o mais provável é que o documento se refira à porta do lado nascente. Esta porta *que vay pera fora* comunica com o espaço do jardim junto do castelo, em articulação com o grande portal de arco abatido aberto na muralha sul durante o reinado de D. Manuel, o que faria da porta nascente a principal entrada do paço novo junto do castelo. No documento são ainda referidas mais duas vergas de duas janelas das *casas deste amdar que vão por debaixo da enfermaria*. Estas janelas são mais difíceis de identificar, pois o documento refere que estão localizadas nas *casas deste amdar* e não na *casa*, o que pode ser interpretado como estando num outro espaço a poente da *casa*. Além disso, é referido que estas casas estão por baixo da enfermaria. É verosímil que as câmaras no piso superior do compartimento fossem ocupadas pela enfermaria do Convento durante a ausência do rei, como de resto, Frei Pedro Álvares Seco confirma. Deste modo seria nestas câmaras e nas prováveis câmaras contínuas a poente deste espaço, destruído precisamente pela enfermaria nova, que a enfermaria quinhentista estaria localizada. Deste modo, as *casas deste amdar* fariam parte corpo destruído e, portanto, perdidas. Outra hipótese é que o espaço das casas fosse o mesmo que a casa, e a diferença de denominação uma escolha do autor, prevista na elasticidade da linguagem da época. Isto faria das duas janelas referidas no documento as duas janelas abertas no lado norte da casa, igualmente sem decoração, como as descritas no documento.

Na parede norte do topo nascente da *casa*, abre-se uma porta retangular com uma moldura de arestas chanfradas, distinta das restantes portas deste piso, o que poderá evidenciar a sua maior antiguidade em relação às restantes (veja-se anexo 38). Esta porta abre para uma escada em caracol que, utilizando a muralha templária a norte como apoio, leva ao piso superior. Esta escada é claramente obra de João de Castilho pois a coluna de apoio dos degraus no centro da caixa da escada é em espiral, o mesmo elemento comum das escadas em caracol de Castilho espalhadas pelo Convento. Exemplos de escadas similares encontram-se no claustro dos Corvos ou a ligar o claustro Grande e o claustro de S. Bárbara, igualmente da traça de João de Castilho (veja-se anexos 39 e 40). A meia altura, na escada, abre-se um pequeno óculo sobre o espaço da *casa*, permitindo a iluminação no interior da escada, que não possui outra fonte de luz. Também este encontra exemplos coevos no claustro da Hospedaria ou no refeitório.

Como foi referido, o vasto compartimento no piso térreo do paço da Rainha é denominado, no documento de pagamento, de *casa*. Esta denominação é algo genérica o que

dificulta a interpretação funcional deste espaço. O mesmo documento refere-se ao espaço imediatamente acima da *casa* como: "...*casa grande que vay ao longo da dita varanda...*"²¹⁰. Esta varanda é a varanda alpendrada aberta sobre o jardim que, segundo o documento, ligava à sala grande do paço. Também Frei Alvares Seco confirma a localização da sala grande dos paços novos ao referir que: "... *se fez uma escada de pedraria [no jardim] por onde se sobe à sala destes paços novos...*"²¹¹. A escada de pedraria é a escadaria que ligava o jardim com a varanda alpendrada, atestando-a como contígua a sala do paço. Ora, esta informação levanta uma questão: se a sala grande do paço novo estava localizada no piso superior, qual era a serventia da *casa* no piso térreo?

Comparando o paço de Tomar com o paço da Ribeira em Lisboa, é identificável uma semelhança ao nível das salas. A documentação coeva refere recorrentemente a existência de uma sala grande e a existência da sala da Rainha. Este último espaço era completamente autónomo da sala grande do paço, embora estivessem ligados por uma varanda. Segundo Nuno Senos, a sala da Rainha seria a correspondente da sala grande na ala feminina do paço e utilizada para fins semelhantes²¹². Tal deve-se ao facto da corte portuguesa, como as restantes europeias, seguir uma separação de género, com a ala feminina centrada na rainha e infantas, e a masculina no rei, príncipe e infantes. É durante o reinado de D. João III que o aposento da rainha ganha um protagonismo que até aí não se verificava²¹³. Um episódio que ilustra esta separação de género no espaço áulico é o banquete do casamento da sobrinha de D. Catarina, a infanta D. Maria de Portugal com Alexandre Farneze, em 1565, descrito por Francesco de Marchi, um visitante estrangeiro na corte da Lisboa. O Banquete presidido pelo rei decorreu na sala grande do paço, ornamentada para a ocasião com um grande aparato cénico, no qual, excepcionalmente, o embaixador de Parma se sentou à mesa do rei. Enquanto este banquete ocorria, outro, desta vez na sala da Rainha, também se desenrolava. Para o banquete oferecido pela rainha, de menores dimensões, mas igualmente aparatoso, apenas as princesas da família real foram admitidas à mesa, servidas pelas damas da rainha²¹⁴. Esta cerimónia observa com precisão a compartimentação espacial entre homens e mulheres. O rei e os homens

²¹⁰ Moreira, 1991: 93 (Anexos).

²¹¹ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

²¹² Senos, 2002: 127-134, 142-143.

²¹³ Senos, 2002: 120-122.

²¹⁴ Jordan, 2016: 74-75.

da corte ocupam a sala grande, mais aparatosa e de cariz mais público, enquanto que a rainha e as suas damas estão confinadas à sala da Rainha.

Assim, talvez seja possível equacionar que a *casa* do piso térreo funcionasse como sala grande do paço, principalmente devido ao seu tamanho, pois é a maior divisão do paço. Tal faria da *casa grande* sobre esta a sala da Rainha (veja-se fig. 36). Esta, tal como a sala da Rainha no paço da Ribeira, também poderia receber cerimónias e banquetes do rei, o que explicaria a denominação de *casa grande* e *sala grande* a este espaço.



Fig. 36 - Vista sul-norte, espaço ocupado pela casa grande.

Tanto a *casa* como a *casa grande* parecem responder às necessidades de D. Catarina em termos de dimensão espacial, permitindo-lhe expor em simultâneo todos os painéis do mesmo ciclo de tapeçarias, que a rainha colecionava em grandes quantidades²¹⁵. Através do documento de pagamento de 1541 podemos identificar os elementos que a sala grande recebeu nos finais da década de 30:

²¹⁵ Jordan, 2016: 74-75.

"...It. ha pedrarja do portal que entra da dita varanda pera p cubello em I iijc rs. It. na casa grande que vay ao longo da dita varanda hua Janella Rasa e sem assento em I ijc L rs. It. na outra Janella da mesma casa a verga lavrada & as ombreiras por lavrar em quinhentos rs..."²¹⁶

A moldura de pedra do portal mencionada estaria localizada na parede sul, permitindo a circulação entre a varanda e a *casa grande*, referida desta vez como *cubello*. Esta designação prende-se com o facto de a *casa grande* comportar o cubelo da cerca templária, transformando o seu topo num espaço residencial de três faces aberto para a sala. O documento prossegue enumerando uma janela rasa e sem assento e uma outra com lintel decorado e ombreiras por lavrar. Nenhuma das janelas preservadas na parede norte da *casa grande* se encaixa nesta descrição, o que disponibilizaria apenas as paredes nascente e sul como possíveis locais de implantação destas janelas, visto que a parede poente faria ligação com um compartimento interior.

As aberturas da parede norte não parecem ter origem na empreitada a que o documento se refere, o que nos leva a supor que seriam anteriores às documentadas. A poente do cubelo abre-se uma janela de lintel interior em arco abatido com conversadeiras, a abertura da janela em si é quadrangular. A moldura não apresenta qualquer aresta chanfrada, tanto no interior como no exterior, o que faz a distingue das janelas manuelinas da sala grande do paço do Infante, que apesar de semelhantes, não são chanfradas. A nascente do cubelo, abrem-se duas pequenas janelas quadradas a meia altura da parede. Estas janelas têm um aspeto ligeiramente militar, com um formato próximo de canhoeriras, apesar de nunca terem funcionado como tal. Talvez este aspeto militar tenha sido uma escolha deliberada, conferindo ao edifício um aspeto bélico, característico dos castelos feudais, atestado pela presença do torreão vizinho.

No espaço do cubelo existem duas aberturas, uma janela na face central e uma varanda na face voltada a nordeste. A janela tem um formato retangular, com um lintel recortado no interior. Estas características não são suficientes para poder datá-la com segurança pois o elemento decorativo do lintel é próximo a outros exemplos no Convento, nas obras humanistas

²¹⁶ Moreira, 1991: 93 (Anexos).

de João de Castilho, como por exemplo nas janelas das celas dos freires, no dormitório novo (veja-se anexos 41 e 42).

Contudo, o mesmo elemento decorativo surge também nas janelas da ala manuelina do paço de Sintra, construída nos princípios do séc. XVI.

A varanda encontra-se na mesma condição que a janela vizinha, pois também a sua datação é dificultada pelo seu formato genérico. Em termos de aspeto a varanda segue o mesmo formato que as restantes janelas do paço, com uma moldura retangular e um arco abatido no interior, embora sem arestas chanfradas. O parapeito é composto por uma pequena balaustrada formada por arcos de volta perfeita, divididos em dois grupos de quatro, correspondendo a divisão central ao local onde as portadas que a enceravam se encontravam, o que poderá evidenciar a utilização de vidro (veja-se anexo 43). Como já foi referido, este elemento decorativo é bastante próximo aos relevos das bases dos contrafortes da casa do capítulo. Não detetamos a nível nacional outro exemplo de balaustrada com um formato semelhante, exceto na igreja de S. João Baptista, em Tomar (veja-se anexo 44). O topo da torre sineira desta igreja, terminada em 1511²¹⁷, é coroado por um coruchéu rodeado por uma balaustrada octogonal que apresenta uma morfologia muito próxima à da varanda norte do paço da rainha. A única diferença entre as balaustradas é que a da igreja apresenta arcos canopiais, enquanto que os do paço são de volta perfeita. Apesar disso, é muito provável que o parapeito da torre sineira tenha servido de base, apesar da pequena diferença, à traça da balaustrada da varanda do paço novo. Esta hipótese reforça o aspeto arcaico, já apontado, conferido pela presença do torreão e do cordame, de cariz *ao moderno*, num palácio repleto de elementos e soluções *ao romano*.

A utilização de uma muralha pré-existente como parede base e a transformação de um dos seus cubelos num torreão encontra um paralelo no paço da alcáçova de Coimbra. Aí, as obras nos torreões, tal como em Tomar, localizados a norte, ficaram a cargo de Marcos Pires, incluindo-se nas empreitadas de renovação encomendadas a este mestre-de-obras por D. Manuel, aproximadamente entre 1516/1517 e 1521²¹⁸. Filipe Pimentel, autor do estudo do paço de Coimbra, compara a fachada norte desse edifício com as soluções tardo-góticas alentejanas, surgidas a partir da 1490, propondo que o seu emprego no paço da alcáçova constituísse um

²¹⁷ SIPA, 1997/2002, *Igreja Paroquial de São João Baptista de Tomar*.

²¹⁸ Pimentel, 2002: 275-323.

revivalismo feudal, baseado na ideia do "palácio branco" sobranceiro à cidade, repleto de torreões e ameias, numa clara referência aos castelos e palácios acastelados medievais²¹⁹ (veja-se anexo 45). É presumível que a inclusão do torreão na fachada norte do paço da Rainha seja igualmente uma aposta do encomendante num programa construtivo semelhante ao de Coimbra, dotando o paço de uma exterioridade que expressava os valores feudais do rei-senhor/cavaleiro. Apesar da cavalaria cortesã estar em declínio no séc. XVI, ainda pautava as celebrações reais, sendo os torneios a sua manifestação de maior valor cénico. Veja-se o exemplo do torneio ocorrido em 1552, em Xabregas, por ocasião da celebração do casamento do príncipe D. João, filho de D. João III e D. Catarina, com D. Joana de Áustria. A principal finalidade deste torneio era mostrar a virilidade e magnitude de D. João, o herdeiro do trono, declarado vencedor no último dia do torneio, com o título de cavaleiro mais galante. Para isso, contribuiu todo o aparato visual necessário a um torneio, dos quais se destacam a tenda dos reis, feita em pano branco indiano, simbolizando o poderio imperial português, e a multitude de bandeiras com as cores de D. Joana, o cinzento e o amarelo, como referência heráldica²²⁰. Tal como o aspeto visual do torneio, também a fachada do paço novo procurava não só refletir os ideais cavaleirescos e feudais como partes integrantes do domínio ultramarino português, mas também a guerra contra o infiel e a expansão da fé cristã.

Como foi referido anteriormente, a data da construção do torreão é desconhecida. Se esta se deu antes da década de 30 do séc. XVI, data do arranque da construção do Convento por João de Castilho, é possível que este fosse coroado de ameias, como são os do paço de Coimbra, e rematado com um coruchéu, entretanto perdidos. Atualmente o torreão e todo o piso superior do Paço da Rainha são rematados por uma cornija de feição clássica (veja-se anexo 46). Mais uma vez identifica-se a sua traça pela mão de João de Castilho, novamente utilizando como referência o tratado *Medidas del Romano*, de Diego de Sagredo, onde é possível encontrar, já na edição de 1526, gravuras de cornijas muito próximas à cornija do paço da rainha (veja-se anexo 47). Nesta mesma zona, ao nível da cornija, encontram-se quatro gárgulas de meia cana, duas emoldurando o torreão, outra no lado poente, marcando a zona de transição entre a *casa grande* e as câmaras e outra no lado nascente. No documento de pagamento de 1541 é referida a colocação de duas gárgulas nesta parte do paço: "...duas gargulas chaãs nesta casa [casa

²¹⁹ Pimentel, 2002: 386-388.

²²⁰ Jordan, 2016:156-159.

*grande] atrás em quatrocentos rs....*²²¹. Estas gárgulas *chaãs* seriam as gárgulas que balizam o torreão pois aparentam um aspeto próximo uma da outra, ao contrário das restantes gárgulas, inserindo-as na mesma empreitada, além disso, apresentam uma morfologia mais sóbria (chã) do que a as demais, que têm um formato em espiral mais ornamentado (veja-se fig. 37).



Fig. 37 - Fachada norte do paço da Rainha, sinalização das gárgulas.

A disposição das gárgulas é um indício do formato das coberturas do paço. As duas gárgulas localizadas junto do torreão marcam o local onde as águas do telhado se encontravam, as águas do coruchéu octogonal que deveria cobrir o torreão e a água norte da *casa grande*. Como foi apontado, a gárgula espiralada encontra-se na junção entre a *casa grande* e as câmaras a poente desta. Esta localização sugere que as gárgulas foram dispostas de uma maneira específica, pois surgem sempre onde parece haver junção das águas das coberturas. As duas gárgulas do torreão entre o coruchéu e o telhado da *casa grande* e, por consequência, a terceira gárgula entre o telhado da *casa grande* e o das câmaras. Esta disposição parece responder à necessidade de escoação de águas pluviais excessivas, resultado da convergência de duas águas. Deste modo o telhado da *casa grande* seria uma estrutura independente do telhado das câmaras, numa solução paralela ao que ainda pode ser verificada nas coberturas do paço da alcáçova de Coimbra, onde o telhado sobre a sala grande se destaca dos restantes pela sua altura e volumetria. Talvez o mesmo ocorresse em Tomar, permitindo à *casa grande* ter um

²²¹ Moreira, 1991: 94 (Anexos).

tecto de madeira côncavo apanelado, de grande efeito, coadunado com a sua dignidade de sala do paço.

A poente da casa grande verificam-se os vestígios de dois compartimentos, hoje desaparecidos. Estes estão paredes meias com a enfermaria nova, mas a presença de uma moldura de porta, hoje entaipada, indica que estes compartimentos continuariam nesta direção (veja-se fig. 38).

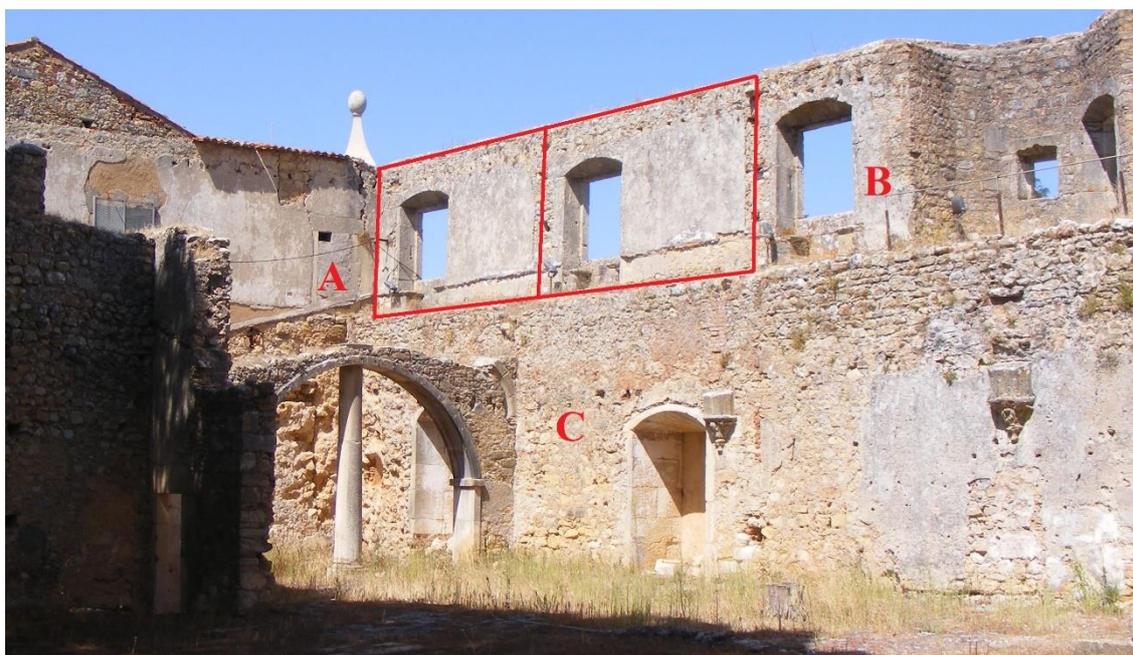


Fig. 38 - Paço da Rainha, sinalização das câmaras a poente da sala grande. A – porta entaipada, B – casa grande, C – casa.

O documento de pagamento de Abril de 1541 refere: "...as umbreiras e verga & ho mais de pedra de hua chimjne pequena que esta em cima nas casas da Infermarya em iijc r..."²²². Como já foi referido, as câmaras a poente da casa grande funcionariam como enfermaria "...enquanto se não faz a outra..."²²³, nas palavras de Frei Pedro Álvares Seco. O documento de pagamento refere ombreias e lintel, sem especificar se se refere a uma porta ou janela, o que dificulta a sua identificação, e ainda a pedra de uma pequena chaminé, o que indica a existência de, pelo menos, uma lareira nestas câmaras. A presença deste elemento, aliado às amplas janelas de assento, ainda existentes na parede norte, e à grande dimensão que as câmaras

²²² Moreira, 1991:94 (Anexos).

²²³ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

aparentam ter tido, parece indicar um elevado nível de conforto, bastante superior ao que o antigo aposentamento do Infante dispunha. Este desenvolvimento qualitativo acompanha as novas necessidades de uma corte renascentista. No entanto, a matriz continua a ser a mesma pois, tal como no aposentamento do Infante, as câmaras poentes também apresentam uma disposição tripartida. Os vestígios parietais confirmam duas câmaras e a porta entaipada uma terceira. É possível que existissem outras, mas pelo menos três são atestáveis, correspondendo provavelmente a antecâmara, câmara e trescâmara, o essencial áulico.

Na carta de D. João III dirigida a Frei António de Lisboa, datada de 18 de Março de 1547, o rei refere-se à eminente conclusão das obras das *casas do castelo* e varanda nos seguintes termos: "*Recebi prazer do que me escrevestes das casas do castelo e varanda, que me dissestes e como tereis tudo acabado ate a Pascoa. E encomendovos muito que o façais assim.*"²²⁴. As obras já estariam na fase final pois a Páscoa celebrou-se, nesse ano, a 10 de Abril, pouco menos de um mês após a escritura da carta. Já em 1541, o castelo sofreu intervenções uma vez que na carta de pagamento a João de Castilho, datada desse ano, é afirmado que:

*"... gastara [Castilho] na torre do Castello per mandado do padre [Frei António de Lisboa] dous moyos de cal & tres d'area & bj servidores e quinhentas telhas em bjc rs., que todo esto soma trinta & cinquo mjl e setecentos rs."*²²⁵.

Tanto o documento de pagamento como a carta de D. João III contêm informações importantes sobre as obras de Castilho. A primeira é que o castelo foi alvo das empreitadas de Castilho em pelo menos duas ocasiões, uma cerca de 1541, durante a qual apenas são referidas obras na torre do castelo, outra em 1547, onde são referenciadas as *casas do castelo* e varanda. Na primeira intervenção, a visada foi a torre de menagem que, de entre outras obras não especificadas, recebeu quinhentas telhas, o que parece evidenciar a sua transformação num espaço residencial. Talvez date desta época o compartimento abobadado no segundo nível da torre de menagem, com um aspeto visivelmente renascentista da traça de João de Castilho. Na intervenção de 1547 as obras recaem sobre o que é denominado como *casas do castelo* e *varanda*. Trata-se das câmaras ainda visíveis no interior do castelo e do dispositivo que as ligava à *casa grande* do paço da Rainha. A documentação não nos informa se estas duas

²²⁴ Moreira, 1991: 105 (Anexos).

²²⁵ Moreira, 1991: 94 (Anexos).

estruturas já existiam ou foram apenas erguidas em 1547, no entanto, seguindo a lógica construtiva dos paços, este deve ter sido o último espaço a ser ocupado, datando a sua construção entre a construção do paço novo e 1547, ano em que parecem ter sido terminados.

A segunda informação que pode ser retirada é que Frei António de Lisboa, reformador da Ordem de Cristo, está ativamente envolvido nas empreitadas áulicas de João de Castilho pois em ambos os documentos, a vontade do freire, parece estar por detrás das obras referidas, provando-nos que este estava envolvido não só nas obras do Convento mas também dos paços. Apesar da documentação coeva parecer fazer uma distinção entre a obra do Convento e a do paço²²⁶, o facto do reformador da Ordem estar envolvido na sua construção parece corroborar a hipótese, já apresentada, que o paço, como residência do Mestre da Ordem e local maioritariamente utilizado pelos religiosos, seria parte integrante da reforma conventual.

Frei Álvares Seco, em 1571, refere que na sala grande do paço da Rainha, a *casa grande*: "...se fez um passadiço ao longo do muro da banda do Norte para o Castelo que fica na banda do Levante sobre a Vila."²²⁷. Este passadiço é a varanda referida na carta de D. João III, em 1547, que ligava a *casa grande* com as *casas do castelo* (veja-se fig. 39). A distinção na denominação — um chama passadiço, o outro, varanda — pode ser explicada pela diferente autoria pois, o mesmo dispositivo foi chamado de nomes diferentes por pessoas diferentes, tanto mais que D. João III, não parece tê-lo ainda visto à data da redação da carta²²⁸. No entanto, não se pode excluir a hipótese de que entre 1547, data da sua construção, e 1571, ano da descrição do cronista da Ordem de Cristo, a varanda tenha sido fachada, transformando-a num passadiço. Hoje, devido aos restauros do séc. XX, é impossível conhecer o aspeto deste dispositivo, apenas podemos concluir que se iniciava a partir da casa grande, onde ainda é visível a moldura da porta de ligação, e que, já perto do castelo, terminava numa escada que dava acesso à porta, ainda hoje visível, sobre o portal do castelo. Na parede norte este passadiço/varanda dispunha de janelas sobre a vila, no entanto, o cordame que envolve o paço novo não corre ao longo do seu muro, o que indicia a sua construção mais tardia em relação ao paço da Rainha, reforçada

²²⁶ Principalmente ao nível das despesas.

²²⁷ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

²²⁸ Tê-lo-á visto, se já estava completo, em Abril do ano seguinte, período no qual o rei, acompanhado pelo príncipe D. João, visitou Tomar, como afirma a crónica de D. João III: "...e o levou [o príncipe] consigo a Tomar onde se deteve poucos dias, e se veyo a Santarem onde a Rainha o esperava..." Andrada, parte 4, capítulo XXXVIII, 1976: 987-988.

pela materialidade das janelas, que junta a pedra com tijolo, indiciando talvez uma construção em simultâneo com a varanda alpendrada, que utiliza os mesmos materiais.



Fig. 39 - Paço da Rainha, vista sul-norte, sinalização da varanda/passadiço. A – sala grande, B – castelo.

Dentro do recinto do castelo, para além da torre de menagem pré-existente, distinguem-se duas estruturas, que parecem não ter tido comunicação ente si, as *casas do castelo*, a norte, e um edifício composto de dois compartimentos, a sul, ambos em ruínas (veja-se fig. 40). O edifício sul, o menos completo, apresenta sinais de ter tido dois pisos, pois há indícios de paredes a um nível superior na muralha do castelo. Os seus dois compartimentos térreos não estão ligados entre si, comunicando respetivamente para o pátio do castelo. Em frente da porta do compartimento junto da torre de menagem existem sinais no solo de pavimento em tijolo em espinha de peixe que liga com as escadas, com o mesmo tipo de pavimento, que sobem do portal do castelo ao pátio, sugerindo a possibilidade da existência de uma estrutura porticada a rodear o pátio do castelo, que permitiria a criação de um passadiço protegido entre o portal do castelo, o edifício sul e o piso térreo das *casas do castelo*. Devido às suas reduzidas dimensões e falta de comunicação direta com os *casas do castelo*, o edifício sul seria, provavelmente, uma construção de apoio ao paço, podendo servir como espaço de armazenamento ou alojamento da comitiva régia.

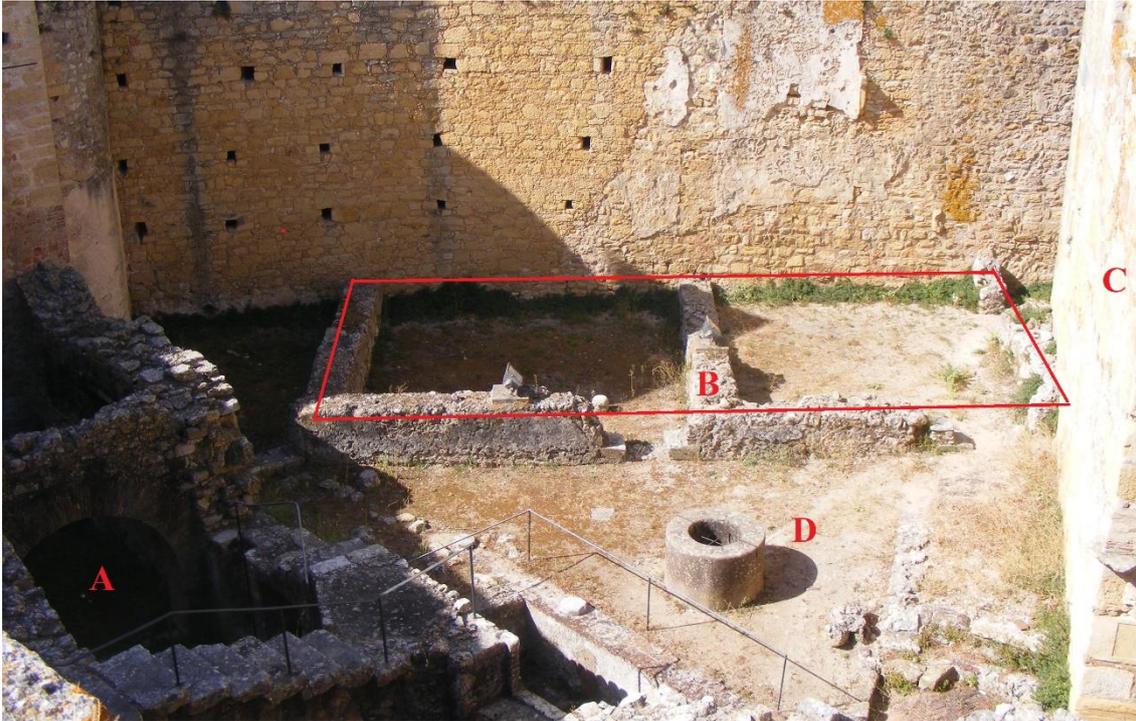


Fig. 40 - Interior do castelo, vista norte-sul. A – casas do castelo, B – edifício sul de dois compartimentos, C – torre de menagem, D – pátio triangular com poço.

As *casas do castelo*, implantadas na zona norte do castelo, apresentam dois pisos. O piso térreo está dividido em três espaços de dimensões diferentes, construídos em meia cave, possivelmente para manter um pé direito elevado no piso térreo, sem ter de fazer o piso superior subir para além das ameias do castelo. O acesso ao piso térreo é feito através de uma pequena série de degraus que levam a um passadiço semienterrado onde se abrem duas portas para o piso térreo (veja-se anexos 48 e 49). O compartimento nascente, o maior espaço do piso térreo, apresenta uma arcada de volta perfeita em tijolo, criando quatro módulos de tamanho aproximado (veja-se anexo 50). A iluminação deste espaço seria feita através de uma pequena janela do lado sul que, devido à sua pequena dimensão, não seria suficiente para iluminar este compartimento, o que sugere a possível utilização de iluminação artificial no seu interior. Uma porta retangular liga este espaço com o compartimento central, que não apresenta arcada. Tal como o compartimento da arcada, também o compartimento central comunica com o exterior através de uma porta no passadiço semienterrado. No caso do compartimento central, a iluminação seria melhor do que no compartimento da arcada, pois os vestígios na sua parede sul apontam para a existência de uma janela de dimensões maiores do que a janela da arcada. O único compartimento que não tem comunicação direta com o exterior é o compartimento poente, pois o seu acesso é apenas possível através da porta que o liga com o compartimento

central. O espaço poente apresenta uma arcaria, em tudo semelhante à arcaria do compartimento nascente, excepto nas dimensões mais reduzidas do compartimento poente (veja-se anexo 51). Todos os compartimentos estão ladrilhados com mosaicos cerâmicos.

Devido às condições construtivas enumeradas, é plausível que o piso térreo das *casas do castelo* fosse um espaço destinado a armazéns, aproveitando a sua natureza escura e fresca, condições ideais para a preservação de bens alimentares. Esta hipótese é corroborada pelo facto de muitas vezes a zona da arcaria térrea nos paços ser precisamente utilizada como espaço de armazéns, adegas e/ou celeiros²²⁹. Devido ao facto do piso térreo das *casas do castelo* ter possivelmente funcionado como armazém de viveres, não é de excluir a possibilidade do edifício sul ter albergado uma cozinha, pois estariam perto o suficiente para funcionarem em articulação, com o perigo de incêndio reduzido pelo relativo isolamento do edifício sul em relação ao paço. No entanto, esta é apenas uma hipótese, tanto mais que o edifício sul não apresenta sinais da existência de chaminés, o que, todavia, não inviabiliza a possibilidade da sua existência.

O piso superior das *casas do castelo* é uma continuação do paço da Rainha, referidos pela primeira vez em 1547, embora exista a possibilidade da sua fundação datar de um período anterior. Hoje, tal como no paço novo, a parte mais bem conservada é a parede norte, que é ao mesmo tempo o muro do castelo. Através dos resquícios de parede no piso superior e da divisão espacial do piso térreo, é seguro afirmar que as *casas do castelo*, no piso nobre, eram compostas por cinco câmaras sucessivas, quatro sobre os compartimentos térreos e uma, a nascente, alojada dentro de uma torre na muralha do castelo (veja-se fig. 41 e 42). A estas câmaras junta-se uma outra dentro da torre de menagem, ligada às *casas do castelo* por uma pequena escada (veja-se anexo 52). Como foi referido, a ligação entre o paço novo e as *casas do castelo* era efetuada por um passadiço que corria ao longo do muro norte, no exterior do castelo. A zona poente do interior do castelo, onde se localiza a ligação entre o paço da Rainha e as *casas do castelo*, apresenta um aspeto bastante restaurado, pelo que é uma área de difícil análise, o que torna a ligação entre a porta do passadiço com a primeira câmara pouco clara. No entanto, é verossímil que esta porta ligasse, através de um dispositivo desconhecido — talvez uma pequena varanda — o passadiço com a primeira câmara.

²²⁹ Silva, 2010: 85-86.



Fig. 41 - Andar superior das casas do castelo, vista nascente-poente. A – antecâmara, B – câmara, C – porta de ligação entre as casas do castelo e a varanda/passadiço que vinha do paço da Rainha, E – latrina implantada num torreão?

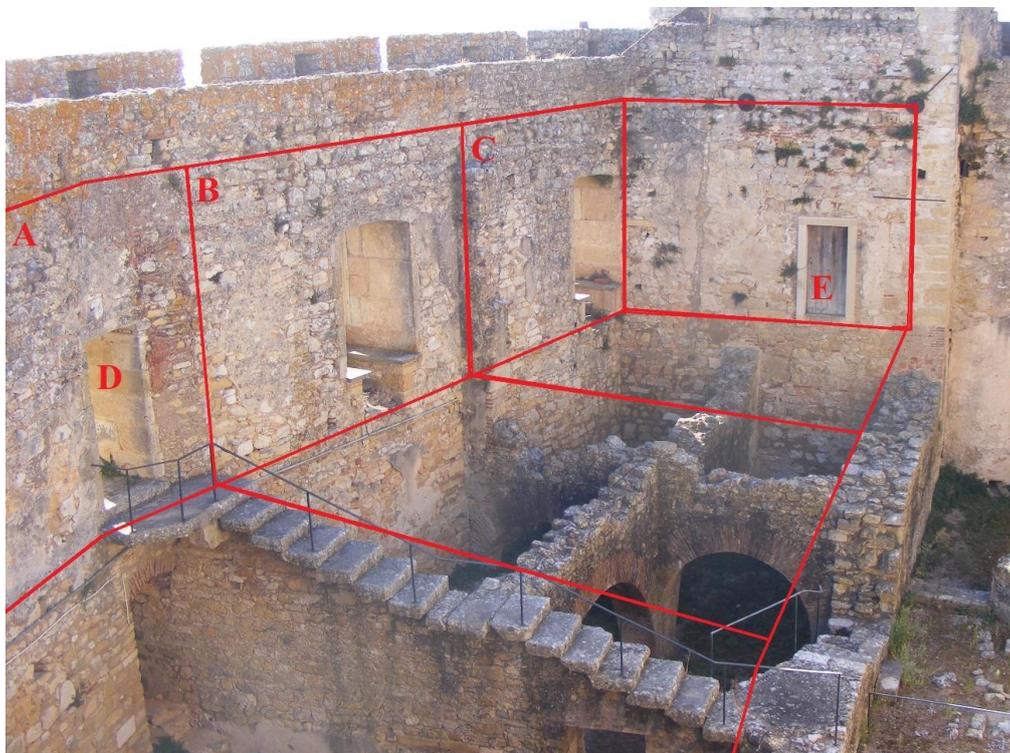


Fig. 42 - Piso superior das casas do castelo, vista poente-nascente. A – câmara, B – trescâmara, C – trescâmara, D – porta da varanda da câmara, E – porta de acesso ao possível oratório implantado numa torre pré-existente.

Pela sua disposição espacial, o piso superior das *casas do castelo*, nas suas cinco câmaras, constituiria um único aposento ou "apartamento". Esta afirmação é sustentada pela disposição sucessiva das câmaras, o que deixa adivinhar uma articulação muito estreita. Além disso, as câmaras a poente da *casa grande* parecem ser o que resta de um aposento autónomo do aposento do castelo. Assim sendo, a *casa grande* seria, ao mesmo tempo, o dispositivo de separação entre estes dois aposentos e o espaço que permitia aceder-lhes e comunicarem entre si, em articulação com a varanda alpendrada e respetiva escadaria. Aplicando a lógica da separação de géneros, presente noutros paços coevos, é muito provável que um aposento fosse destinado a D. João III e outro, provavelmente o situado a poente, à rainha D. Catarina, hipótese sugerida pela denominação constante na documentação coeva. Se assim for, é provável que o mezanino sob o aposento poente fosse destinado às suas damas, como ocorria, com o mesmo dispositivo e disposição no paço da Ribeira²³⁰.

As casas do paço, em Salamanca, onde se realizou o casamento de D. Maria, filha de D. João III e D. Catarina, com D. Filipe de Habsburgo, em 1543, ilustram perfeitamente a articulação de dois aposentos através de uma sala entre os mesmos. Este espaço é descrito numa carta publicada recentemente por Annemarie Jordan, biógrafa de D. Catarina. A missiva é redigida por Julião d'Alva, capelão e confessor espanhol de D. Catarina, e mais tarde Bispo de Miranda e Portalegre, que descreve à rainha de Portugal as celebrações do casamento da filha, da qual transcrevemos a parte referente aos aposentos da Infanta:

*"A princesa como foy tempo acompanhada da duquesa dalva e dona estefania (...) foy a huã sala que estava ante seu aposento e o do príncipe que se fez de madeira por ha não aver tão grande nas ditas casas como para tal festa era mester (...) acabado o serão se despedio o príncipe da princesa ao pee de huã estrada por que nal qual vay da dita sala par huã ante camara da princesa e diz que caa não he estilo yr con ha princesa ate sua camara (...) Estas casas da princesa estão concertadas ha sala e outra casa que esta ante da antecamara de muy bom tapiçeria ho antecamara de panos de velludo carmesi com cordões de tela de ouro pellas custuras e por çima e por baixo. (...) o Retrete e outra camara estão tapiçadas de panos de veludo e çeti verde e o guarda roupa de tapiçeria muy rica."*²³¹

²³⁰ Jordan, 2016: 72.

²³¹ Jordan, 2016: 134-136.

Através da carta do confessor da rainha podemos constatar que entre o aposento de D. Maria e o de D. Filipe, estava localizada a sala grande, na qual se desenrolam as cerimónias e, tal como no paço de Tomar, a partir da qual a comunicação entre aposentos é feita. Um outro dado é a organização do aposento da Infanta, que conta com antecâmara, duas câmaras, *retrete* e guarda-roupa. É ainda referida uma *casa* antes da antecâmara, embora a carta não clarifique se este compartimento faria ou não parte do aposento da Infanta.

O aposento das *casas do castelo* apresenta uma divisão espacial muito próxima aos aposentos da Infanta portuguesa, em Salamanca. Estes dois exemplos coevos são testemunhas de uma progressão gradual no nível de conforto e espaço necessário à aristocracia, desde a Idade Média até ao Renascimento. No caso de Tomar, podemos mesmo afirmar que os aposentos teriam dimensões bastante generosas para um paço secundário e poucas vezes visitado pelos monarcas. O tamanho dos aposentos parece reduzido se o compararmos com, por exemplo, os aposentos da D. Catarina no paço da Ribeira, que contavam com uma sala, uma ou mais antecâmaras, câmara de dormir, entre uma a três recâmaras, guarda-roupa, oratório, gabinetes administrativos, para o seu secretário e escrivães, *retrete* e ainda a varanda da rainha²³².

Este espaço é bastante maior do que o que o aposento que esperava no Louvre a irmã mais velha de D. Catarina, D. Leonor, anterior rainha de Portugal, em 1531, aquando do seu casamento com Francisco I de Valois. Neste palácio, o mais frequentado pelo seu marido, D. Leonor dispunha apenas da sala da rainha, câmara, guarda-roupa e capela, no segundo andar da ala sul do *logis* real²³³. Comparado com o Louvre, o principal palácio real no reinado de Francisco I, o aposento do paço de Tomar, apesar de mais compacto em termos de área, parece ter um número de compartimentos igual ou superior, mesmo estando longe da importância de paços como o da Ribeira, Évora ou Almeirim. Este facto também se pode explicar com aquilo que Monique Chatenet apelidou de "crise de alojamento" do séc. XVI nas residências reais francesas. Esta advém da multiplicação dos oficiais da corte, que por sua vez levou à necessidade da criação de mais alojamentos no palácio, o que explica a regressão em termos de espaço dos aposentos reais, comparados com os seus congéneres do séc. XIV. No Louvre do séc. XVI, Francisco I tem aproximadamente metade do espaço que Carlos V tinha no mesmo

²³² Jordan, 2016: 72.

²³³ Chatenet, 1992: 72-73.

edifício no séc. XIV²³⁴, dispondo o rei de câmara, câmara de *retrait*, sala de *parer*, sala, duas câmaras e mais duas divisões divididas entre estudo, latrina, guarda-roupa e biblioteca²³⁵. Pelo contrário, em Portugal ainda se recorre ao direito de pousadia ou aposentadoria²³⁶, apesar das queixas constantes por parte da população face aos abusos dos nobres²³⁷. Exemplo disso, são os distúrbios causados pela comitiva de D. João III, aquando da sua estadia em Tomar, em 1551²³⁸.

Todas a câmaras das *casas do castelo* apresentam amplas janelas com conversadeiras. A primeira câmara, a poente, seria, porventura, a antecâmara, pois é a mais próxima do exterior. Esta sala apresenta duas amplas janelas com conversadeiras e uma porta que abre sobre uma pequena torre na muralha, o que pode marcar a presença de uma latrina (veja-se anexo 53). O compartimento seguinte, em direção a nascente, seria a câmara de dormir. Neste espaço, além de uma janela com conversadeiras abre-se uma porta sobre uma pequena varanda poligonal voltada a norte. As câmaras seguintes apresentam um aspeto e dimensões semelhantes. À semelhança com o que ocorria com o aposento de D. Catarina no paço da Ribeira, que teria mais do que uma trespâmara, é possível que estes dois compartimentos partilhassem o mesmo fim (veja-se anexo 54). A nascente destas câmaras, implantado dentro de uma torre pré-existente, localizar-se-ia o oratório.

Dentro da torre de menagem localiza-se uma câmara, articulada com as *casas do castelo* através de uma escada que a liga à antecâmara. Este é o espaço mais bem conservado do conjunto áulico, mantendo os ladrilhos cerâmicos do pavimento e a abóbada de berço abatida (veja-se fig. 43 e anexo 55). A abóbada é dividida por um arco toral de nervura chanfrada, apoiado em duas mísulas renascentistas, com elementos vegetalistas e volutas. O seu formato e tamanho divergem bastante das mísulas da *casa térrea* do paço da rainha, sugerindo que pertencem a épocas diferentes (veja-se anexo 56).

²³⁴ Chatenet, 1992: 73.

²³⁵ Whiteley, 1992: 64.

²³⁶ Em Portugal, nem mesmo todos os membros da família real tinham direito a aposento próprio em todos os paços reais, exemplo desta situação é-nos dado na crónica de D. Manuel, ao referir que: “Faleceu [D. Duarte] na cidade de Lisboa, em huas casas que estam apar dos estaus, onde elRei seu irmão [D. João III] então pousava...”, Góis, vol. III, 1955: 280.

²³⁷ Silva, 1995: 98-99.

²³⁸ A.M.T. vol. VII, 1971: 115-117.



Fig. 43 - Câmara na torre de menagem. A – vista sul-norte, B – vista norte-sul, C – porta de ligação com a antecâmara das casas do castelo.

Através da pequena câmara da torre de menagem é possível adivinhar a sofisticação dos interiores dos paços de Tomar no reinado de D. João III. Apesar do estado de ruína em que este edifício se encontra ainda é possível, através dos inventários dos guarda-roupas reais, conceber como eram as vivências dentro do paço, quando este era ocupado pelos monarcas. Como afirma Annemarie Jordan, D. Catarina, e por consequência D. João III, vivia num estado de opulência como poucas rainhas europeias da época²³⁹. Os seus inventários revelam-na como uma ávida colecionadora, levando à criação de uma coleção comparável às *Kunstkammer* dos seus familiares Habsburgos, em Madrid, Praga e Viena. Esta coleção era, para a rainha, uma aposta eficaz na aplicação das fórmulas propagandísticas familiares implementadas pelos seus antepassados, baseadas nos pressupostos da dignificação dinástica através da arte e cultura. Com a sua coleção, D. Catarina articulava a sua herança de Habsburgo com a coroa do império ultramarino português, forjando uma imagem real própria²⁴⁰.

Um dos principais elementos presentes na coleção de D. Catarina eram as tapeçarias, das quais a rainha possuía vários ciclos, utilizadas para decoração e isolamento da humidade e do frio, mas também como instrumento político. Nos meses quentes estas tapeçarias eram

²³⁹ Jordan, 2016: 74.

²⁴⁰ Jordan, 2016: 99-104.

retiradas e substituídas por guadamecins²⁴¹ de couro espanhóis, de que a rainha possuía cinquenta e quatro, em tons azuis, dourados e prateados. Nas deslocações entre residências estes objetos eram transportados em arcas de couro chamadas *malatões*, como, por exemplo, na visita a Almeirim, Tomar e Coimbra, em Outubro 1550, de que nos chegam notícias dos vários baús da rainha²⁴². Certamente durante essa visita, realizada no outono, as tapeçarias de D. Catarina forraram as paredes do paço de Tomar.

A par com as tapeçarias, o mobiliário e a baixela eram os objetos que mais acompanhavam a rainha nas suas deslocações, deixando o grosso da sua coleção no paço da Ribeira, em Lisboa²⁴³. Para além das arcas, já referidas anteriormente como essenciais para o armazenamento e transporte, os aposentos contavam com outros móveis como camas, bancos, mesas²⁴⁴ e estrados. É sabido de D. Catarina tinha duas camas, uma que trouxe consigo de Tordesilhas e outra, de dossel, pintada em 1554 por Cristóvão de Moraes. As cadeiras eram raras²⁴⁵ e maioritariamente reservadas para cerimónias e visitas oficiais²⁴⁶, em seu lugar recorria-se a almofadas²⁴⁷ e coxins de brocado e seda, colocadas sobre carpetes, no chão ou

²⁴¹ Relativamente à cidade de Lisboa, em 1552, há notícia de que: “*Emtrã tambe dous mil panos de guadameçis, e cada hu ano*”, “*Tambe emtrã mil pares de coxis*” e “*tambe me emformei da tapeçaria que emtra em cada hu ano, de panos darmar, e coxis e cobricamas. E achei que pelo que mãã trazer príncipes e fidallguos e outras partes, de emcomedas, e as que ve pera vender, valiã em cada hu ano muito be quarenta mil cruzados*”, Braamcamp, vol. XI, 1916: 35-36, 56.

²⁴² Jordan, 2016: 74-75.

²⁴³ Jordan, 2016: 102.

²⁴⁴ Muitas vezes as mesas eram desmontáveis, o que permitia o seu arrumo quando não eram utilizadas e a sua montagem, quando necessárias. Exemplo disso é a colocação prévia de uma mesa para a lição de D. Sebastião: “*Punhace antes delRey vir tomar lição hu bofete de pao preto todo marchetado de marfim, e nelle tinteiro, penas e papel, e huã palmatoria pequena de marfim sem azorragues, com hu relógio de area...*”, Lund, 1980: 43. Também o guarda-roupa de D. João III tinha, em 1534, “*Hua mesa de Limberque, quadrada, preta (...) metida em hua caixa de pao*”, Braamcamp, vol. VIII, 1910: 261-351.

²⁴⁵ No inventário do guarda-roupa de D. João III, feito em Outubro de 1534, são referidas apenas “*duas cadeiras de espaldas de coyro bayo, lavradas de seda, e os pregos dourados*” e “*tres cadeiras de espaldas, velhas*”, Braamcamp, vol. VIII, 1910: 261-351.

²⁴⁶ A escassa referência na documentação a cadeiras é sintomática de uma utilização refreada. Por exemplo, nas festas de casamento da infanta D. Isabel com Carlos V, decorridas no paço de Almeirim em 1528, é praticamente nula a referência a cadeiras. Nesta ocasião a família real sentou-se em almofadas sobre um estrado coberto de tapetes (Buesco, 2008: 316). Apesar da sua raridade não significa que estas não fossem utilizadas, recorrendo-se cada vez mais a cadeiras ao longo do séc. XVI. É referido, por exemplo, que quando D. Sebastião visitava a sua avó, D. Catarina, ficavam: “*...acentados ambos sós cada hu em sua cadeira de espaldas, e D. Aleixo Ayo delRey em outra rasa, estarem falando por espaço de hua hora, na qual a Raynha lhe perguntava plo que aprendia e lhe reprendia alhumas couzas (...) e lhe encinava e dezia o q convinha a seu estado, e pessoa real...*”, Lund, 1980: 44-45.

²⁴⁷ Conservou-se uma anedota, do reinado de D. João III, que descreve um arrufo entre as damas da Rainha, por causa de uma almofada: “*...era uzo e custume no Paço observado sempre nelle, q quando vinha aguma Infante, ou pessoa de calidade fazer vizita a R.ª, e faltava a Camareira Mor q tinha por obrigaçã de seu officio chegarlhe a almofada em q se avia de assentar, lha chegava a Dama q estava emmediata à R.ª/ Sucedeo hu dia q vindo a*

sobre estrados²⁴⁸. A baixela da rainha, iniciada com uma pequena quantidade de objetos retirada do tesouro da sua mãe, D. Joana, em Tordesilhas, aumentou exponencialmente durante o seu reinado, revelando o gosto moderno e erudito da rainha que, para além dos objetos da mãe e de novas aquisições de *feição castelhana*, tinha um grande número de peças lavradas *ao romano*²⁴⁹²⁵⁰. Graças às deslocações da corte, é seguro afirmar que, durante alguns curtos períodos, o paço de Tomar também partilhou da opulência e sofisticação que rodeava o quotidiano dos reis de Portugal no séc. XVI, albergando alguns dos objetos mais emblemáticos da sumptuosa coleção de D. Catarina, hoje desaparecida.

No que diz respeito ao jardim do paço, pouco se deve ter alterado desde a época do Infante D. Henrique, a crer no relato de Frei Jerónimo Román, já no final do séc. XVI, que descreve um jardim com laranjal, plantado por D. Henrique: "... *un naranjal excelente y fresco este hiço el ynfante Don Henrrique...*"²⁵¹. Além de toda a área a nascente do paço do Infante, os paços mestrais deveriam utilizar o claustro da Lavagem como espaço cortesão, o que explicaria o facto de este ter ficado fora da reforma do convento de D. João III²⁵² (veja-se anexo 57). A documentação coeva chega mesmo a informar que o claustro da Lavagem era conhecido como *varandas do paço*, o que parece reforçar a hipótese da sua utilização pela corte. Além disso, existe referência à colocação de um lavatório de mãos no jardim, na carta de pagamento das obras de João de Castilho, fora da empreitada do convento, datada de 1540: "...*ho Lavatorjo das mãos que esta dentro da craustra em sesiscentos rs.*"²⁵³. Ora, a claustra referida seria o

Infante D. M.ª jrma delRey D. João ver a R.ª era D. Magdalena de Granada, a qual se não moveo donde estava, seguiace logo D. M.ª de Meneses filha de João Roiz de Saá Alcayde Mor do Porto, a qual (vendo q D. Magdalena se não bolia), se deixou tambem estar sem se mover, gritou a R.ª mais pla almofada porq esava a Infante de pé, acudio entã huã Dam da outra parte, e chegou [a] almofada a Infante...", Lund, 1980: 82. Este caricato episódio terminou com a expulsão de D. Maria de Meneses da Casa da Rainha D. Catarina, que ficou bastante melindrada com o ocorrido. Esta anedota ilustra perfeitamente a utilização de almofadas na corte portuguesa e que, como apontou Isabel Buesco (Buesco, 2008: 316-317), acarretava consigo um processo hierárquico por detrás, o que torna este costume algo mais complexo do que apenas um modo de se sentar.

²⁴⁸ Jordan, 2016: 76-77.

²⁴⁹ Jordan, 2016: 91-92.

²⁵⁰ Também nos inventários de guarda-roupa de D. João III existem referências a "*huu cobertura douro para púcaro e esmaltada de cores llavrada damagos, deles com sobre posto de romano*", "*huu barragall de prata branca, llavrado de romano de meo relevo*", "*huu bacio de prata todo dourado (...)* que serve da fruita, tem por esmalte hua espera em levada, llavrado ho fundo de romano", entre outras referencias a uma cruz, jarros, escudelas, taças e castiçais, tudo de romano, o que comprova que o rei comungava das novidades estéticas humanistas dentro do seu guarda-roupa. Braamcamp, vol. VIII, 1910: 261-271.

²⁵¹ Román, 2008: 80.

²⁵² Moreira, 1991: 508.

²⁵³ Moreira, 1991: 94 (Anexos).

claustro da Lavagem, onde se colocou um lavatório, talvez o que ainda se encontra lá hoje, que é considerado como estando fora da empreitada do convento, o que constitui mais um indício da anexação do claustro da Lavagem aos paços.

Após a análise do paço novo, é possível concluir que este representa um avanço em termos espaciais, construtivos e organizativos em relação ao antigo paço do Infante. Em termos espaciais, o paço novo ocupa uma área bastante superior, beneficiando os seus compartimentos internos, muito mais amplos do que os do paço henriquino. Em termos construtivos, o paço novo apresenta maior complexidade. As soluções construtivas do paço do Infante são mais rudimentares do que as do paço novo, baseando-se na construção através de pisos e coberturas de madeira suportados por paredes ou arcos. Apesar de estas soluções também serem utilizadas no paço da Rainha, a utilização de abóbadas nas coberturas terá exigido uma planificação cuidada, reclamando um maior esforço no momento da sua conceção. O recurso a um mezanino demonstra a habilidade de articular dois níveis num só andar, mais uma vez demonstrando uma maior variedade de soluções construtivas. Também a circulação representa um progresso pois, apesar de escadarias exteriores serem comuns na arquitetura áulica europeia antes mesmo da construção do paço do Infante — vejam-se os casos da escadaria exterior de acesso ao Tinel, no palácio real de Barcelona do, ou o *grand degree* do palais de la Cité, em Paris, construído no séc. XIV²⁵⁴ — no paço do Infante esta estrutura, apesar de poucos sinais da sua existência, deveria ter um aspeto simples, com uma função acima de tudo prática. O mesmo não se passa com o paço da Rainha, onde a sua escadaria adquire uma maior monumentalidade, articulada com a varanda alpendrada e a arcaria porticada, o que conferia uma maior dignidade ao acesso à sala grande do paço novo, algo que a escada do paço do Infante não aparenta ter almejado. Além disso, o paço da Rainha contava ainda com uma escada em caracol, distribuindo a sua circulação, pelo menos, por dois dispositivos distintos. No contexto construtivo provou-se também o recurso à tratadística, o que coloca o paço novo dentro das apostas programáticas baseadas no humanismo e no mundo clássico, conferindo-lhe um discurso *ao antigo*, contrariamente ao paço do Infante, baseado em fórmulas góticas *ao moderno*.

²⁵⁴ Whiteley, Chatenet, 1989: 133.

Em termos organizativos o paço novo apresenta também um desenvolvimento em relação ao paço do Infante, albergando pelo menos dois aposentos distintos. Estes aposentos situam-se entre os aposentamentos tardo-medievais e os apartamentos do final do séc. XVI. Com a complexificação do cerimonial cortesão, já desde o final da Idade Média, o quotidiano da nobreza foi-se tornando paulatinamente mais cénico, processo espelhado nos espaços domésticos. Ora, é exatamente este processo que se nota entre o paço velho e o paço novo, num percurso de aposentos a apartamento, embora ainda não sejam designados desta maneira, designação esta de origem italiana e disseminada sobretudo a partir do final do séc. XVI nas residências senhoriais²⁵⁵. A principal característica observável entre o paço velho e o paço novo é que o último apresenta uma maior multiplicação dos espaços, o que sugere uma maior especialização dos diferentes compartimentos, de acordo com as novas necessidades habitacionais da nobreza²⁵⁶.

²⁵⁵ Bertrand, 1988: 108.

²⁵⁶ Bertrand, 1988: 114.

A Escola do Paço

Como já aqui foi exposto, os paços mestrais do convento de Cristo apenas esporadicamente albergaram os monarcas. Como seria de esperar, estes espaços não estavam desaproveitados, pois eram os freires que se serviam deles na ausência dos Mestres. Em 1571, Frei Pedro Álvares Seco indica que os paços eram, na ausência dos mestres, utilizados pelo Dom Prior e freires: "...posto que na ausência deles [mestres] o Dom Prior e Freires usem dos ditos Aposentamentos como agora usam..."²⁵⁷, e continua, indicando para que fim: "...em ter em parte deles sua Enfermaria, enquanto se não faz outra e Escolas de Gramática e Lógica, enquanto não se acabam as obras novas."²⁵⁸. Seguindo a descrição do cronista da Ordem de Cristo, a ocupação do paço era partilhada pela escola e pela enfermaria.

Era, portanto, no paço que funcionava a enfermaria até à construção da nova enfermaria e botica, terminadas em 1690²⁵⁹, e que destruíram o lado poente do paço novo. A nova enfermaria coincide, em parte, com o local da antiga enfermaria, com destaque para o lado poente. Esta informação é-nos dada pela carta de pagamento a João de Castilho, de Abril de 1540, onde este afirma ter colocado:

*"...Duas vergas de duas Janellas das casas deste amdar que vão por debaixo da enfermaria sem serem lavradas iijc rs. [e] as umbreiras e verga & ho mais de pedra de hua chimjne pequena que esta em cima nas casas da Infermarya em iijc r."*²⁶⁰

As *casas deste amdar* a que a carta se refere são as dependências térreas do paço novo, cuja localização só é possível no lado poente, pois não existem mais compartimentos no lado nascente. Assim, podemos concluir que o aposento poente do paço novo era o espaço ocupado pela enfermaria. A escolha desta localização parece ter sido criteriosa pois segue um conjunto de preceitos associados às enfermarias monásticas. Como apontou Nelson Correia Borges, o espaço da enfermaria esteve presente aproximadamente desde o princípio do monaquismo, em parte devido à atenção dedicada aos doentes por parte de S. Bento. O edifício da enfermaria

²⁵⁷ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

²⁵⁸ A.M.T. vol. VII, 1971: 77.

²⁵⁹ Convento de Cristo, s.d., *Enfermaria e Botica Novas*.

²⁶⁰ Moreira, 1991: 94 (Anexos).

deveria ser afastado o suficiente do espaço monástico, por receio de contágio e comodidade dos doentes, assim como constituído por celas individuais, muitas vezes acompanhadas por uma varanda porticada, que permitia aos doentes fruir do sol e ar livre²⁶¹. O aposento poente do paço foi o local escolhido pois comportava todas as infraestruturas necessárias. A sua divisão em diferentes câmaras permitia a sua articulação como celas individuais, acrescentando em conforto o facto de ser conhecida a existência de pelo menos uma lareira neste aposento. Além disso, o aposento comunicava diretamente com a varanda alpendrada, possibilitando o seu usufruto por parte dos convalescentes, que aí podiam beneficiar do ar livre num espaço abrigado. Regra geral, a enfermaria completava-se com a botica, normalmente anexa, onde se guardavam os fármacos e ervas medicinais²⁶². Possivelmente o piso térreo sob a enfermaria, ou outro local próximo, albergaria a botica, aproveitando igualmente a proximidade com o jardim, local onde tradicionalmente se encontravam todo o tipo de ervas, incluindo as de fins medicinais.

A referência mais recuada ao espaço ocupado pela escola²⁶³ do Convento de Cristo data do período entre 1511 e 1514, coincidindo aproximadamente com a empreitada de Diogo de Arruda na igreja da Ordem. Num documento referente às obras de Arruda, fora da empreitada da igreja, é referida a intervenção do pedreiro Bastim Dias, Bartolomeu Dalvito e mais três servidores no *patim das escolas*, embora não se concretize o tipo de intervenção²⁶⁴. Como foi referido anteriormente, o paço do Infante seria o local ocupado pela escola, pois é ordinariamente aos paços mestrais que a documentação posterior se refere quando menciona a escola do Convento.

Na carta enviada por D. João III a frei António de Lisboa, datada de Março de 1547, existe uma nota, acrescentada por Frei Jacinto de S. Miguel, que refere que as *casas do castelo* mencionadas serviam de escola: "*Hoje servem estas casas [do castelo] de Classes de Latim, que são duas, e de Filosofia e Moral...*"²⁶⁵. Como já foi demonstrado, as *casas do castelo* são o núcleo áulico no interior do castelo, o que significa que a escola do convento deve ter sido mudada do antigo paço do Infante para este novo espaço, ocupando o aposento

²⁶¹ Borges, 1988: 49.

²⁶² Borges, 1988: 49.

²⁶³ O ensino no Convento de Cristo está comprovado, pelo menos, desde o reinado de D. Manuel, em 1503. Cota, 2017: 126.

²⁶⁴ Silva, 2018: 584.

²⁶⁵ Moreira, 1991: 105 (Anexos).

nascente. Esta mudança de espaço deverá ter coincido com a reforma da Ordem de Cristo que também incidiu sobre o ensino dos freires. Na sequência da reforma iniciada em 1529, D. João III procedeu à criação de mais dois outros Conventos, um em Coimbra e outro em Lisboa²⁶⁶. O de Coimbra, conhecido como o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ordem de Cristo²⁶⁷, geralmente denominado como colégio ou convento de Tomar, operou como Convento e colégio, à semelhança dos colégios, estabelecidos na cidade, por diversas ordens religiosas a partir de 1537²⁶⁸ (veja-se fig. 44).

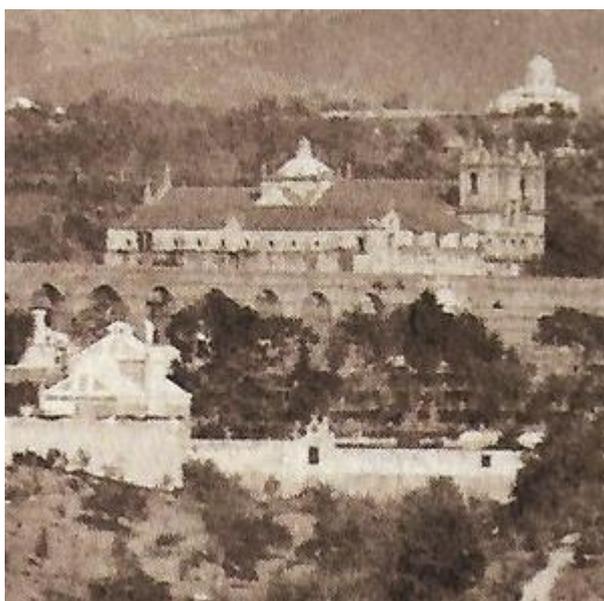


Fig. 44 - Colégio de Tomar em Coimbra, sem data.

A fixação deste colégio em Coimbra tinha como principal objetivo a formação dos freires habilitando-os a exercer cargos no padroado imperial português, como é afirmado por Frei Jerónimo Román em 1589:

"Siempre los reies de Portugal despues que encorporaron en esta Orden a la Corona tuvieron quenta con mirar que no uviese falta que la buena administracion della en lo espiritual y como aja tantas iglesias a que acodir con preciosa obligacion determinaron proveer a tudo y assi fundo el rey Don Juan el tersero en Coimbra un colegio para que alli estudiacen los

²⁶⁶ O Convento de Lisboa era o de Nossa Senhora da Luz, em Carnide. Este Convento de freiras da Ordem de Cristo foi, em 1755, bastante afetado pelo terramoto. Veloso, 1988: 49.

²⁶⁷ Sobre este colégio vide: Brito e Silva, *O Colégio de Tomar (1536-1713)*, 1930.

²⁶⁸ Brito e Silva, 1930: 7-10.

relegiosos artes y teologia porque doctos y suficientes pudiecen gobernar las vicarias y curasgos que les encomendacen y se hisiecen ydoneos para las sillas obispales que estavan criadas y se avian de hir criando en toda la conquista de las yslas y India Oriental y todo el colegio tuvo muy buen efecto porque como se fueron criando personas virtuosas de exemplo y doctas comensaron les a encomendar algunos obispados."²⁶⁹

Apesar da criação do colégio de Tomar em Coimbra, a escola do Convento de Cristo continuou a funcionar, segundo instrução do próprio rei presente em carta régia datada de 8 de Julho de 1556:

*"...posto que esta mudança para o collegio de cojmbra se faça ne por jso se deixaraa d'acabar o curso ahy no conuento e se continuar ordinariamente porque exercicio de latim e d artes com allgua lição de Theologia na maneira que ao diante poder ser sempre ey por be que o aja."*²⁷⁰

Estas lições continuaram a ser administradas durante o reinado de D. João III e D. Sebastião, criando este último um seminário a partir da escola do convento, como atesta o cronista Jerónimo Román:

*" Despues el rey Don Sebastian continuando esto quiso que dentro del monesterio se criace un xeminario de genero de escuelas adonde los relegiosos se hisiecen doctos in diversas cosas que necessariamente les pertenecen a los que quieren ser perfectos yclesiasticos. Para sto mando que la cathedra de gramatica que se leia en la villa de Thomar se subiece al convento porque leiendo la relegiosos traeria mas provecho a los custumbres (...) de los estudiantes y el enxercicio de las letras cresseria mas y assy se paçaron preceptores uno de maiores y otro de menores los quales leien a los relegiosos y mancebos del convento y a todos los naturales de la tierra adonde se ase conocido provecho."*²⁷¹

O agostinho continua:

²⁶⁹ Román, 2008: 74.

²⁷⁰ Brito e Silva, 1930: 19.

²⁷¹ Román, 2008: 74.

"Tiene ansi mismo continuamente hun curso de logica y philosophia con dos letores diputados y el uno que lee de ordinario y el otro para suprir, el numero es de doce adelante los quales acabados su curso va al colegio de la universidad de Coimbra examinados primero por cumicion del Gran Maestro el qual señala un doctor para que con los examinadores de la Orden aprueve lo que allare suficientes y o falços y luego se pone otro de nuevo juntamente con los monjes estudian otros estudiantes porque es cumun escuela y assy estan las aulas en lugar acomodado para que puedan entrar los que quisieren sin que entre en la clausura. Despues entra la cathedra de casos de conciencia la qual tiene otros dos padres uno que lee siempre el otro para suplir la falta del otro aqui se hace mucho provecho no solo a los relegiosos del convento mas a la cleresia de toda la tierra porque como es mucha y ay gente mui ruda conviene que aya medicos maiores adonde las enfermedades son menos conocidas y asy los obispos examinan secretamente a los confeçores los quales por no verce en peligro procuran acodir a esta licion tan provechosa. Y porque para cer uno clerigo perfecto conviene que sea cantor tambien ay publicos maestros de canto llano y canto de organo todos estos que enseñnan son relegiosos monjes y son elegidos por capitulo general y removidos se combiene por los deputados de la Orden. Con esta buena (...) deligencia a crecido el numero de relegiosos doctos que tanto alle yo dentro del convento veinte e sinco theologos fuera de los que estan en otras partes ocupados de manera que puede muy bien Su Magestad servirce de muchos relegiosos no solo para vicarios de iglesias cumunes mas para obispos y que dara la congregacion con vastante numero de hombres doctos. Esta esta reformation de los relegiosos tan en su pureça que por no desamparar la y que se tenga em pie tratan con muchas veras que Su Magestad no se sirva dellos para fuera de la clausura mas si los pidiece an se los de dar por estar subjectos como a su Maestro y el Sumo Pontifice obligar los por sus bulas a que conforme al rigor de su proficion y abito y para que fue instituida la tal Orden sirvan las iglesias que le fueron encomendadas mas ningun relegioso a de procurar el beneficio ni priorato porque por la misma raçon se ase incapas dello que por sus buenas partes tenia merecido y esto basta para lo del siminario."²⁷²

Através do relato de Frei Jerónimo podemos constatar que em Tomar existia o curso de Lógica e Filosofia que, terminado, permitiria aos seus alunos o acesso ao colégio de Tomar em Coimbra, admitindo clérigos e seculares. O freire explica que devido ao *lugar acomodado* no

²⁷² Román, 2008: 74-75.

qual decorrem as lições, a frequência era aberta a alunos laicos, sem que estes tivessem acesso à clausura. Este parece ser mais um motivo para a localização da escola nas *casas do castelo*, pois estavam suficientemente afastadas do núcleo conventual e ao mesmo tempo de fácil acesso a partir do terreiro de armas. Também a música²⁷³ era ministrada, através do canto e órgão, instrução facultada igualmente por religiosos, eleitos em capítulo geral. Devido a este fomento educacional, aumentou o número de religiosos doutos, contando o convento com vinte e cinco teólogos em 1589. Como sugeriu Rafael Moreira, a escola do Convento de Tomar teve mesmo aspirações universitárias²⁷⁴.

Através de um documento emitido em 1577 pelo papa Gregório XIII, somos informados que:

*“pelos tempos perpétuos e vindouros com o sobredito Convento de Tomar, os Freires dele, que ao diante forem, não achando idôneos serão doutrinados e ensinados debaixo do ensino e doutrina de alguns mestres e perceptores (...) na arte da Gramática, Lógica, Filosofia, Canto, Cômputo e Ciências de outras boas artes em aquela parte da Teologia que consiste no casos de ciência, livros eclesiásticos, homilias de santos, forma de ritos, e cerimoniais em tudo o mais que pertence”*²⁷⁵

O cardeal D. Henrique, durante o período da sua governação, tentou extinguir a Ordem de Cristo, transformando o convento num seminário público, expandindo o que Frei Román afirma que D. Sebastião já tinha criado dentro do convento da Ordem. Embora o plano de D. Henrique não chegasse a ser posto em prática, procurou-se acabar com o ensino em Tomar, salvo algumas exceções por si autorizadas²⁷⁶.

²⁷³ O ensino da música no convento de Cristo, atestado documentalmente, recua ao reinado de D. Manuel, dado que o monarca e Mestre da Ordem dita, no Capítulo Geral de 1503, que todos os freires tivessem lições de canto e gramática, para as quais foi contratado um mestre de canto de órgão e gramática. Em 1547, já no reinado de D. João III, os freires passaram a receber canto de órgão, cantochão, teoria e técnica de composição musical, ministrados por Francisco Neto. Cota, 2017: 162-164.

²⁷⁴ Moreira, 1991: 479.

²⁷⁵ Cota, 2017: 166.

²⁷⁶ Cota, 2017: 166-167.

O sucesso da escola do Convento de Tomar não parece ter sido duradouro pois no reinado de Filipe II de Portugal, nos inícios do séc. XVII, a escola parecia estar já num período de decadência, atestado pelo alvará passado a 13 de Agosto de 1618, onde se afirma:

*"...no Convento da Ordem de Cristo que tenho nessa vila [de Tomar], há 2 classes de latim e uma lição de casos, com mestre aplicado, que lê em público todos os dias e dá a escrever diversas matérias morais, que a maior parte dos cléricos não houverem..."*²⁷⁷

Talvez por este motivo, nas Constituições de 1629, seja incluído o regulamento do seminário do Convento, que incluía o curso de Artes Liberais e de Letras²⁷⁸. Já no séc. XVIII chega-nos um relato, pela mão Gian-Lorenzo Bounafede Vanti, viajante italiano que visitou o convento de Cristo no dia 15 de Julho de 1717. O que este visitante viu, registou-o no seu livro *Viagem Ocidental e Santiago de Galiza, Nossa Senhora da Barca e Finisterra, pelo Mar Mediterrâneo, Oceano, Algarve, Portugal, Espanha e França*, editado em Bolonha em 1719. Após descrever os espaços do convento, Gian-Lorenzo refere:

*"O Padre Leitor, com todos os seus estudantes, que são numerosos, rodearam-me de tanta veneração e respeito, que fiquei confundido, e instaram comigo para que os não deixasse, ao menos até ao dia seguinte, para que pudesse gozar, diziam, de uma parcela do grande amor que têm pelo nosso Pai, S. Francisco. Mostraram-me uma conclusão [tese?] impressa de Teologia, destinada a ser defendida dois dias depois, a qual deu motivo de uma pequena discussão."*²⁷⁹

Pelo relato confirma-se que a escola ainda estava em funcionamento no séc. XVIII, aparentemente com um número saudável de alunos, e que a Teologia ainda era leccionada, comprovado pela eminente defesa de uma tese nesse mesmo campo de estudo. Após esta notícia a documentação silencia-se em relação à escola do paço. O colégio de Tomar em Coimbra foi secularizado em 1822 e encerrado em 1834. O edifício foi demolido e, no seu lugar, reaproveitando alguns dos seus materiais, foi construída a atual penitenciária de

²⁷⁷ A.M.T. vol. IV, 1968: 131-132.

²⁷⁸ Cota, 2017: 168.

²⁷⁹ Veloso, 1988: 39.

Coimbra²⁸⁰. Possivelmente a escola do paço de Tomar teria continuado a funcionar até a extinção das ordens religiosas em 1834, ou somente até 1822, embora nada nos confirme estas hipóteses.

Em termos estruturais, a documentação não faz referência ao paço onde a escola funcionava. Através da observação dos vestígios físicos do paço não são visíveis intervenções anteriores às da DGEMN, já no séc. XX²⁸¹, o que poderá significar que este espaço se manteve virtualmente inalterado até, pelo menos, à extinção da Ordem de Cristo e subsequente enceramento do convento. Assim, a escola terá funcionado no aposento nascente, mantendo a estrutura áulica quinhentista. Em suma, é seguro concluir que o paço mestral foi utilizado maioritariamente pelos freires do Convento, que aí instalaram a enfermaria e uma escola. Estas duas entidades partilharam o paço novo²⁸², a enfermaria no aposento poente e a escola no aposento nascente, aproveitando a divisão do paço em dois núcleos, um para a rainha e outro para o rei.

²⁸⁰ Veloso, 1988: 49.

²⁸¹ O que não significa que estas não tenham existido.

²⁸² Apesar da possibilidade, já apresentada, da escola ter inicialmente funcionado no Paço do Infante.

Ruínas e Restauros

Com a morte do rei cardeal D. Henrique sem sucessão, em 1580, inaugura-se o período da integração de Portugal, e do seu império ultramarino, na monarquia hispânica. Consciente da importância da afirmação da imagem real, Filipe I de Portugal, decide reunir cortes em 1581, deslocando-se para isso ao seu novo reino. A reunião dos três estados teve lugar no Convento de Cristo de Tomar, em Abril do 1581. Estas cortes foram compostas de três momentos distintos, com finalidades igualmente diferentes. A 16 de Abril teve lugar o *levantamento do rei*, a 20 o *juramento do Príncipe D. Diogo* e a 23 a reunião das cortes²⁸³. Seria de esperar que durante o período da sua estadia em Tomar o monarca se instalasse nos paços mestrais, residência dos reis quando se deslocavam à vila ribatejana. Tal seria espetável, pois seria mais um ato, por parte de Filipe I, de mostra pública da sua figura como legítimo herdeiro dos Avis/Beja²⁸⁴. No entanto, tal não foi o caso, pois, como refere Isidoro Velazquez, autor de *La entrada que en el Reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe...* (1581), Filipe ficou alojado num aposento para ele preparado no Claustro Principal do Convento, apesar deste não estar ainda terminado:

*"...hecho el officio, fu Mageftad fe fue a fu apofento que era en el quarto del principal patio, de onze que tiene efa cafa, y por fu grandeza Camara, eftados, officiales, y officinas, todo cupo dentro, aunque en eftrecho apofento, como cafa de convento, cuya eftâcia no fe eftienden a mas, por la igualdad. (...) El patio principal, apofento de fu Mageftad, esta para acabar, fu primero fundamento es bueno y bien obrado."*²⁸⁵

O relato do cronista descreve um aposento que, apesar de pequeno, continha todos os compartimentos necessários ao estado do rei, destacando-se a câmara, local onde o rei pernoitava, e *officinas*, ou escritório, adequado à reputação de Filipe I como um rei de gabinete²⁸⁶. Os espaços descritos como *eftados*, *officiales* correspondem à sala grande,

²⁸³ Álvarez, 2011:145-146.

²⁸⁴ Atos que D. Filipe I fez questão de empreender ao longo da sua estadia em Portugal, culminando em Janeiro de 1581, algumas semanas antes de partir do reino, com a trasladação dos corpos de vários membros da família real portuguesa, que se encontravam dispersos, para o Mosteiro dos Jerónimos, Álvarez, 2011: 194.

²⁸⁵ Velazquez, 1585: 84-85.

²⁸⁶ Álvarez, 2011: 230.

permitindo ao rei receber os seus partidários. Anos mais tarde, Frei Jerónimo Román descreve a mesma cerimónia:

*"...llegado a la muralla del castillo que se arrima al convento, el convento le salio a recibir con procicion solenicima y ornamentos ricos y musica muy consertada porque nesto se esmeran mucho y entrado en la capilla y echa oracion fue llevado a los aposentos que le estavan traçados de tal manera que no se perdia un punto del recogimento de los relegiosos en estar en lo mas recogido de la casa de Su Magestad."*²⁸⁷

O facto do freire agostinho referir que os *aposentos estavan traçados de tal manera* que não era perturbado o recolhimento dos religiosos, parece confirmar que estes aposentos foram organizados no interior do convento, e não nos paços mestrais. Ora, o facto de o rei se ter alojado num aposento no Claustro Principal, em detrimento dos paços mestrais, levanta uma questão relativamente à justificação desta escolha: é pouco provável que Filipe não estivesse envolvido nesta escolha uma vez que são conhecidas as suas diretrizes em relação ao seu alojamento no paço da Ribeira em Lisboa²⁸⁸. Talvez uma das razões para os paços serem preteridos pelo monarca tenha a ver com o seu mau estado à época, uma vez que, apenas oito anos após as cortes de Tomar, Frei Jerónimo Román descreve os paços como *"... casas viejas..."*²⁸⁹. Talvez o monarca espanhol não os achasse dignos de o receber, preferindo ficar alojado no convento, deixando o paço ao dispor da sua comitiva. Outra hipótese poderá estar relacionada com o desejo de Filipe em se alojar o mais perto possível do espaço sagrado da igreja (veja-se fig. 45), transpondo para Tomar o mesmo modelo por ele escolhido no mosteiro do Escorial, onde dispunha de um aposento junto à igreja do mosteiro, permitindo-lhe ver o altar-mor e o culto diário, a partir da sua câmara. Tanto mais que, alojando-se num aposento dentro do espaço conventual, dava continuidade à conduta de resguardo da figura real, que implementou na corte de Madrid²⁹⁰. A escassa visibilidade do rei tornava o acesso à sua figura num enorme privilégio.

²⁸⁷ Román, 2008: 159-150.

²⁸⁸ Álvaerz, 2011: 265.

²⁸⁹ Román, 2008: 80.

²⁹⁰ Álvarez, 2011: 215.



Fig. 45 - Vista do claustro Principal com a igreja ao fundo.

Em 1619 Filipe II, à imagem do seu pai, visita o reino de Portugal, deslocando-se igualmente a Tomar. Viajando com o Príncipe, a Princesa e as Infantas, alojou-se no Convento de Cristo, embora, na crónica de João Baptista Lavanha, não seja claro o local exato:

*"Subio fue Mageftade com à procifsão a Igreja onde fez oração, & della a feu aposento, que fe lhe fez preftes no mefmo convento, no qual fe agafalharão fuas Altezas & todos feus criados com grande comodidade, pela fua grande capacidade."*²⁹¹

Do séc. XVII até ao séc. XIX não nos chegam notícias relativas ao edifício dos paços mestrais. Como foi referido no subcapítulo anterior, teria sido no paço que a escola do Convento funcionaria até a sua eventual desagregação. A enfermaria transitou para as suas novas

²⁹¹ Lavanha, 1622.

instalações no séc. XVII, o que nos leva a crer que durante os últimos momentos da existência da Ordem de Cristo, apenas a escola funcionaria no paço. Apesar de, como foi apontado, não ser conhecida uma data definitiva para a extinção da escola, é manifesto o alvará de 22 de Fevereiro de 1830 no qual D. Miguel suprimiu as cadeiras de retórica, filosofia racional e moral que funcionavam em Tomar²⁹². No entanto, não é explícito se estas eram lecionadas no Convento ou noutra local. Se essas cadeiras eram as que funcionavam no Convento é muito possível que 1830 tenha sido a data de encerramento da escola. Fica a hipótese. Após a extinção das ordens religiosas o paço terá iniciado o seu período de abandono e ruína. Percurso pouco claro, face à escassa documentação, é esse tema que nos propomos explorar de seguida.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o Convento de Cristo foi encerrado. Logo em 1845 é promulgada, por Carta de Lei de 15 de Abril, a venda dos bens de raiz das ordens religiosas²⁹³. Nesse mesmo ano foi encetado o processo de venda dos bens da Ordem de Cristo, colocados em hasta pública, em Diário da República de 30 de Outubro. Com efeito, a 23 de Janeiro do ano seguinte, registou-se a venda de várias propriedades pertencentes à Ordem, entre as quais a Quinta da Cardiga (100:000\$00), a Cerca do Convento (5:000\$000) e os Paços dos Cubos (3:000\$000)²⁹⁴. Este processo de venda arrastou-se entre 1845 e 1847²⁹⁵, ano em que é posta em hasta pública a Mata dos Sete Montes, composta por terras de pão, vinha, olivais, pomares, hortas e mato²⁹⁶ (veja-se anexo 58). Nesta mesma época António Bernardo da Costa Cabral, primeiro conde de Tomar e ministro do Reino, adquire parcelas do convento de Cristo e da Mata dos Sete Montes. A área dentro do convento por ele adquirida organizava-se essencialmente à volta do claustro dos Corvos. A partir de 1849 promove a nomeação de guardas para vigilância do Convento e providencia obras de restauro urgentes, evitando o transporte de pinturas da Charola para Lisboa²⁹⁷²⁹⁸.

²⁹² A.M.T. vol. II, 1966: 406.

²⁹³ A.M.T. vol. II, 1966: 429.

²⁹⁴ A.M.T. vol. II, 1966: 430.

²⁹⁵ Este processo de venda encontra-se bem documentado nos Anais do Município de Tomar, vol. II, onde se encontram publicados todos os bens vendidos.

²⁹⁶ A.M.T. vol. II, 1966: 462.

²⁹⁷ Convento de Cristo, s.d., *Costa Cabral*.

²⁹⁸ Em 1936 os descendentes do conde de Tomar venderam a sua parcela no Convento e a mata dos sete montes ao Estado Português, Património Cultural, 2006, *Cerca do Convento de Cristo*.

Nesta época o edifício dos paços metrais já não seria utilizável pois, em 1843, durante a visita de D. Maria II e D. Fernando à vila de Tomar, foi levantada, por parte da Câmara Municipal, a questão relativa ao alojamento dos monarcas. A 23 de Setembro desse ano, a Câmara Municipal comunica ao Governador Civil que:

*"uma vez que o extinto Convento de Cristo, antiga habitação dos monarcas que se dignaram a vir a esta terra, se não achar em estado de os poder alojar, a Câmara vai arranjar alojamento (se não digno de tão Augustos Hóspedes) pelo menos decente"*²⁹⁹

Apesar de não ser referido diretamente, é ao paço a que a Câmara Municipal de Tomar se refere, ao afirmar que já não estaria em estado de alojar o casal real. A 2 de Outubro do mesmo ano a Câmara decreta que a calçada que ia da Várzea Pequena ao Convento fosse reparada, pois estava bastante arruinada e era necessária para a visita dos reis ao Convento *"pelos primores de arte que ainda encerra, apesar das suas ruínas"*³⁰⁰. Por esta altura, tanto o paço como o convento mostravam sinais de decadência. Ao longo das décadas seguintes é constante a insistência da Câmara Municipal de Tomar, junto dos governos, para o restauro do complexo. A 23 de Fevereiro de 1849 a Câmara Municipal requer ao Duque de Saldanha, enquanto ministro do Reino, que este proceda ao restauro do Convento de Cristo³⁰¹. Este pedido deve ter surtido algum efeito, a julgar pelo requerimento urgente de 7 de Julho de 1852, por parte do Ministério do Reino, para o restauro da calçada que levava da vila ao Convento, explicando que este havia sido restaurado o que obrigava a melhorar os seus acessos³⁰². Apesar disso, dez anos mais tarde, em 1863, a Câmara Municipal fez lembrar ao Governo Civil a necessidade de não deixar cair o Convento em ruínas, pois as Obras Públicas há muito não despendiam qualquer soma para reparos urgentes³⁰³. Embora não seja referida a extensão dos restauros do séc. XIX, é possível que o paço tenha sido deixado de fora, incidido principalmente em pequenas áreas da zona conventual, vista na época como mais significativa.

²⁹⁹ A.M.T. vol. I, 1940: 43.

³⁰⁰ A.M.T. vol. I, 1940: 45.

³⁰¹ A.M.T. vol. I, 1940: 114.

³⁰² A.M.T. vol. I, 1940: 138.

³⁰³ A.M.T. vol. I, 1940: 231.

Estes restauros não foram certamente suficientes pois, ao longo da década de 60, existem provas de vários pedidos da Câmara Municipal, desta vez ao rei, para financiamento de obras. Em 1866, num pedido endereçado a D. Luís, a Câmara Municipal de Tomar afirma:

*"...durante o reinado do Augusto Irmão de V.M. a arcaria gótica ornada de capitéis de lavor delicadíssimo, que existia no mais antigo claustro, caiu em uma noite de tempestade, por se não ter cuidado em tempo competente de remediar a ruína que o ameaçava, e assim ficou para sempre perdida uma peça de muito valor. Junto aquele claustro outro de vê, no mesmo género de arquitectura, e com mais primoroso lavor de capitéis, que por se achar desamparado em consequência da falta do vizinho claustro, ameaça igual ruína e virá a ter, dentro em pouco, a mesma sorte, se a parede que deita para nascente não for competentemente amparada..."*³⁰⁴

Sabe-se assim que o claustro da Lavagem, adjacente ao paço, ruiu no reinado de D. Pedro V, entre 1853 e 1861, e que o claustro do Cemitério teria o mesmo destino se não recebesse intervenções estruturais. O claustro da Lavagem manteve-se em ruínas pelo menos até 1938, ano de que data uma fotografia que mostra bem o seu avançado estado de ruína (veja-se fig. 46). Em 1867 a Câmara voltou a fazer novo apelo ao rei, desta vez, para que fossem restituídas duas estátuas e dez quadros da Igreja, removidas em 1836 pela Academia de Belas Artes de Lisboa³⁰⁵.



Fig. 46 - Claustro da Lavagem, vista poente-nascente, c. 1938.

³⁰⁴ A.M.T. vol. I, 1940: 256-257.

³⁰⁵ A.M.T. vol. I, 1940: 276.

De 1872 chega-nos notícia da presença de um oficial de engenharia, Diretor das Obras Militares do Distrito de Santarém, para estudar a estrada que ligava a cidade com o Convento, pedindo a Câmara Municipal que um encarregado das Obras Municipais se entendesse com o oficial para realização do seu projeto. Nesse mesmo ano foi renovado o pedido ao rei para a restituição das tábuas que faltam na igreja do Convento³⁰⁶. Pedido novamente reiterado no ano seguinte³⁰⁷. Apenas a 15 de Setembro de 1873 o pedido foi aceite³⁰⁸, sendo a igreja sacralizada a 29 de Setembro de 1888³⁰⁹.

Só em 1921 volta a haver referência ao paço. Na edição de 1 de Março de 1921, o semanário *Ecos de Tomar* publicava que, Alfredo de Brito Mouzinho, funcionário das Obras Públicas:

*"Restaurou o pavimento do Clástro da Micha; desobstruiu o Clástro do Infante D. Henrique (aliás da Lavagem); trabalhos no Cruzeiro; desobstrução geral da Alcáçova, anexa à Torre de Menagem, restauração das muralhas; etc...."*³¹⁰

Pode supor-se, com base na notícia, que no período anterior a Março de 1921 o Convento recebeu ações de restauro, desobstruindo-se o claustro da Lavagem, junto ao paço, embora fique a dúvida sobre o que se retirou, se construções se vegetação. Apesar disto, como foi referido, o claustro continuou em ruínas pelo menos até aos finais da década de 30. Na notícia é também referida a desobstrução geral da alcáçova, ação novamente pouco concreta. No entanto, o semanário é perentório ao afirmar que as muralhas foram restauradas. Estes restauros devem coincidir com os efetuados entre 1900 e 1912, que consistiram na limpeza e restauro dos paços da Rainha, claustro da Micha, claustro da Lavagem e capela de S. Jorge³¹¹.

Sob a alçada da DGEMN, em 1934 os muros da cerca do Convento foram reparados e reconstruídos. Entre 1933 e 1945 restaurou-se a fachada dos paços. As obras de restauro do claustro da Lavagem datam do período entre 1945 e 1960, assim como a construção de um

³⁰⁶ A.M.T. vol. III, 1967: 47.

³⁰⁷ A.M.T. vol. III, 1967: 53.

³⁰⁸ A.M.T. vol. III, 1967: 59.

³⁰⁹ A.M.T. vol. III, 1967: 280.

³¹⁰ A.M.T. vol. IX, 1974: 516.

³¹¹ SIPA, 1991/2002/206, *Convento de Cristo*.

muro de vedação junto do castelo³¹². Entre 1961 e 1965 o paço do Infante foi alvo de obras de conservação e restauro, bem como de escavações, junto à fachada sul, pondo-se a descoberto as soleiras das portas e arcos. As últimas intervenções por parte da DGEMN foram efetuadas entre 1971 e 1980, e consistiram em obras de conservação diversa entre o castelo e a enfermaria. Entre 1995 e 2000, efetuaram-se escavações na zona dos paços, sob a égide do IPAR³¹³.

Numa fotografia do claustro da Lavagem, datada de 1938, é visível uma habitação, adoçada à parede nascente do claustro, construída sobre a arcaria. Outras fotografias, sem data, tiradas a partir do jardim do paço, mostram essa mesma habitação. Numa carta da década de 40 é relatado o estado do Convento no séc. XIX e XX, incluindo os paços, dos quais já só restavam os arcos: "*No lugar deste e junto ao claustro da Lavagem, estava assente a casa do guarda que aproveitava uma das janelas da fachada principal*"³¹⁴. Quando esta carta foi escrita a casa do guarda já tinha sido demolida, pois em fotografias não datadas, mas posteriores ao restauro do claustro da Lavagem, ocorrido entre 1945 e 1960, a casa já não se mantém. É possível que esta casa tenha sido erguida no séc. XIX, para albergar os guardas nomeados pelo conde de Tomar, que vigiavam o Convento (veja-se fig. 47).



Fig. 47 - Esquerda – habitação sobre a arcaria do paço do Infante, vista nascente-poente, sem data. Direita – Restauro do claustro da Lavagem, vista poente-nascente, sem data.

³¹² Este muro é o atual muro que separa o jardim do Paço do Infante da zona do castelo. Este liga a muralha sul com a parede da escadaria da varanda alpendrada, o que explica a existência de dois tipos de aparelhos parietais distintos neste muro. Existem registos fotográficos do restauro do claustro da Lavagem que mostram a inexistência deste muro, indiciando que foi construído após o término das obras no claustro (veja-se fig. 47, direita).

³¹³ SIPA, 1991/2002/206, *Convento de Cristo*.

³¹⁴ A.M.T. vol. II, 1966:217.

Esta não foi a única habitação que foi construída na zona do paço, pois no espaço do compartimento térreo do paço da Rainha foi erguida uma outra. A sua construção está atestada através de registo fotográfico, em 1943. Em 1954 a casa voltou a ser fotografada, mostrando uma expansão sobre o espaço do antigo passadiço entre a *sala* e a arcada do paço da Rainha. Deverá ter sido para construção desta habitação que o insólito arco, suportado por uma coluna no seu centro, ainda hoje erguido no paço da Rainha, foi erguido. Como a construção desta habitação se sobrepõe aproximadamente com a destruição da casa do guarda é plausível que esta tenha tido a mesma função. Uma fotografia datada de 1985 mostra que a casa já não existia, o que significa que foi demolida entretanto, talvez entre 1961 e 1965, período durante o qual o paço foi alvo de intervenções de conservação e restauro (veja-se fig. 48).



Fig. 48 – Esquerda – habitação no paço da Rainha, c. 1943. Centro – habitação no paço da Rainha, c. 1954. Paço da Rainha, já sem a habitação (apenas vegetação), c. 1985.

Através da observação das ruínas atuais, é seguro afirmar que as intervenções que os paços receberam nunca foram profundas, pois os edifícios não apresentam sinais de terem sido reconstruídos, o que contribuiu para o seu estado atual. Com intervenções essencialmente de limpeza e reforço estrutural, a única reconstrução que podemos seguramente reconhecer é a parte nascente da arcaria. Este facto é comprovado por registo fotográfico e pela materialidade da pedra utilizada nestes arcos, já talhada de modo mecânico.

Conclusão

Após a análise dos paços mestrais, é chegado o momento de apresentar conclusões. Apesar do estado de ruína em que se encontra e da pouca informação disponível, foi possível chegar um pouco mais longe na compreensão deste edifício. Como na maioria dos objetos de estudo deste período, houve uma generosa quantidade de informação que foi irremediavelmente perdida, barrando o acesso ao seu pleno conhecimento. Tal dificultou a nossa tarefa, mas também a tornou mais desafiante.

Antes de mais, os paços mestrais de Tomar têm de ser entendidos como um instrumento de controlo da Ordem de Criso e representantes dos seus Mestres. Mais do que para morada, estas foram, a nosso ver, as principais razões para a sua construção. Estando junto da sede da Ordem, os Mestres teriam maior autoridade sobre a mesma. E na sua ausência, os paços seriam os seus representantes.

Uma das ideias a reter é o facto de o edificado ser dividido em duas partes individuais, mas que se complementam. Se o paço do Infante sofreu alterações com a construção do paço novo, a verdade é que o aço da Rainha foi profundamente condicionado na sua morfologia pela pré-existência do paço velho. Aproximámo-nos do que seria o espaço do aposentamento dos cavaleiros antes das intervenções do Infante D. Henrique, seja com a construção do paço ou dos dois claustros adjacentes. Antes destas construções este espaço era um local destinado às habitações da milícia, certamente menos aparatosas do que o paço que o seu governador fez erguer no mesmo local. Através da análise do espaço do aposentamento dos cavaleiros, e dos edifícios que o foram ocupando, chegou-se à proposta de datação de construção do paço entre 1420/1426-1438. Além disso, propusemos ainda uma ordem cronológica para as empreitadas do Infante, com princípio no paço, e sequência nos claustros da Lavagem e Cemitério respetivamente.

Apesar de compacto em termos de área, principalmente se comparado, por exemplo, com construções como o paço da Vila de Sintra ou o paço joanino de Leiria, o paço do Infante dispunha do essencial para o quotidiano áulico tardo-medieval: sala, antecâmara, câmara e trespâmara. A estes junta-se a presença de uma arcaria gótica sob o edifício, característica transversal nos paços coevos ao de Tomar, um jardim murado e um recebimento. Todos estes

elementos contribuem para a inclusão do paço do Infante nas práticas habitacionais da nobreza quatrocentista³¹⁵, espelhadas igualmente nos paços construídos pelos familiares do Infante, na mesma época.

Para o paço da Rainha não é possível, com a documentação conhecida, apontar uma data ou período de construção exato. Deste modo, expomos três possibilidades de datação e autoria para o paço novo. A primeira, durante o reinado de D. Manuel, com a autoria de Diogo de Arruda. A segunda, igualmente durante o reinado de D. Manuel, mas da traça de João de Castilho. E a terceira, a construção do paço já no reinado de D. João III, tendo João de Castilho por mestre-de-obras. Para todas estas hipóteses apresentamos fatores a favor e contra, não chegando, para já, a uma conclusão definitiva. Esta questão, no entanto, refere-se apenas à fundação do paço novo pois, como a documentação e os próprios vestígios físicos do paço provam, este teve, pelo menos, durante a década de 30 e 40 do séc. XVI, João de Castilho como mestre-de-obras.

De acordo com a sua própria evolução estética, João de Castilho dotou o edifício de uma linguagem humanista, baseada nos pressupostos e práticas clássicas. O mais paradigmático exemplo disso mesmo é a aplicação da tratadística na construção do paço da Rainha, provando que não foi apenas o espaço conventual que beneficiou da aplicação de proporções construtivas clássicas de bases matemáticas, decorrentes do tratado de arquitetura de Diego de Sagredo. Desta forma, o percurso entre o paço velho e o paço novo reflete também a passagem de um gosto ao moderno para um gosto ao romano, comprovando não só o desenvolvimento profissional de João de Castilho, mas também o gosto esclarecido e erudito dos seus encomendantes régios. No entanto, apesar deste desenvolvimento, a matriz construtiva continua a ser a mesma, embora complexificada por forma a dar respostas às crescentes necessidades espaciais e programáticas da nobreza quinhentista, com compartimentos maiores e mais numerosos e amplas janelas com vista sobre a, então, vila de Tomar.

Como ficou demonstrado, os paços mestrais poucas vezes foram ocupados pelos seus proprietários. Nas longas ausências destes, era a comunidade conventual quem deles usufruía.

³¹⁵ Constituindo, no caso da presença de uma antecâmara, uma relativa novidade para a época, o que nos prova que o Infante estaria atualizado no que diz respeito às práticas habitacionais da sua classe social e do que se praticava fora do reino de Portugal.

Estes foram ocupados pela enfermaria e escola conventuais. Como foi atestado, o paço da Rainha compactuava com as necessidades destas duas entidades, pois estava dividido em dois aposentos, funcionando a escola no nascente, por ser o mais exterior, o que permitia o seu acesso aos alunos laicos sem entrarem no espaço claustal, e a enfermaria no poente, aproveitando a varanda alpendrada aí presente para recobro dos doentes³¹⁶, a sua divisão em várias câmaras, e a presença de uma chaminé, indicadores deste espaço como confortável e funcional, características indispensáveis a uma enfermaria.

Nos finais do séc. XVI os paços parecem ter iniciado o seu período de decadência, Frei Jerónimo Román chama-lhes mesmo "*...casas viejas...*"³¹⁷, em 1589. Já em 1581, aquando das Cortes de Tomar, Filipe I não se instalou nos paços, preferindo alojar-se num aposento no claustro Principal, apesar deste ainda não estar terminado, o que pode ser interpretado como um sinal de que os edifícios já não estariam em condições para receber, pelo menos, um monarca. Ao longo do séc. XIX, esta decadência acentuou-se, contribuindo para isso a extinção das Ordens religiosas e a venda dos seus bens de raiz. Nos finais da primeira metade do séc. XIX, o paço já estava inabitável. A tendência inverte-se no séc. XX, com as intervenções sob a tutela da DGEMN. No entanto, como foi exposto, estas intervenções nunca foram de cariz profundo, pois os paços nunca foram reconstruídos, limitando-se a receber intervenções de estabilização estrutural e pequenos restauros superficiais. E deste modo os paços chegaram aos dias de hoje, o que resultou a nosso favor, sem adulterações e da forma mais próxima da sua origem.

³¹⁶ Este facto é corroborado pela interpretação da documentação, assim como o facto de a enfermaria nova se localizar paredes meias com o que sobra do aposento poente, o que parece indicar que este sempre foi o local ideal para a sua localização.

³¹⁷ Román, 2008: 80.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas:

[BN] Lavanha, João Baptista (1622). *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N.S. ao Reyno de Portugal e relação do solene recebimento que nelle se lhe fez/ S. Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha seu Coronista Mayor*. Por Thomas Iunti, Impressor del Rei, Madrid.

[BN] Velazquez, Isidro (1583). *La Entrada que en el Reino de Portugal hizo la. S.C. R.M. de Don Phillipe inuictissimo Rey de las Espanas segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia como com el exercito de su felice campo/ hecho por Isodro Velazquez Salamantino, andante en Corte*. Por Nanuel de Lyra: a costa de Symon Lopez librero, Lisboa.

Bibliografia:

Álvarez, Fernando (2011). *D. Filipe I*. (7ª ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.

Amorim Rosa, Alberto (1964). Tomar no Verão de 1438, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*. Tomar.

Amorim Rosa, Alberto (1991). *De Tomar*. (2ª ed.). Tomar: A Gráf. de Tomar.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. I (1940). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. II (1966). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. III (1967). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. IV (1968). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. VII (1971). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. VIII (1972). Tomar: Câmara Municipal.

Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos: extractos das atas: correspondências, contratos e outros documentos existentes nos arquivos camarários, vol. IX (1979). Tomar: Câmara Municipal.

Andrada, Francisco de (1976). *Crónica de D. João III*. Porto: Lello&Irmão.

Arières, Philippe; Duby, Georges (1990). *História da Vida Privada: da Europa feudal ao Renascimento*, vol. II. Porto: Edições Afrontamento.

Barradas, Alexandra Leal (2006). *Ourém e Porto de Mós: a obra mecénática de D. Afonso, 4º conde de Ourém*. Lisboa: Colibri.

Barroca, Mário Jorge (1996-97). A Ordem do Templo e a Arquitetura Militar Portuguesa do Século XIII. *Portugália*. Nova Serie, Instituto de Arqueologia, FLUP, Porto, vol. XVII-XVIII, 171-209.

Bento, Maria José (2008). *O Convento de Cristo em Tomar: do Infante D. Henrique às empreitadas manuelinas*. Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra. Coimbra.

Bento, Maria José (2014). *O Convento de Cristo em Tomar: 1420-1421: mais de que um século*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra. Coimbra.

Bertrand, Jestaz (1988). *Étiquette et distribution intérieure dans les maisons royales de la Renaissance*. In *Bulletin Monumental*, tomo 146, nº2, 109-120.

Borges, Nelson Correia (1998), *Arquitetura monástica portuguesa na Época Moderna (notas de uma investigação)*, sep. da *Revista Museu*, IV Série, 7, 1998, 31-57.

Braamcamp, Anselmo (1903). *Archivo Histórico Portuguez*, vol. I. Lisboa.

Braamcamp, Anselmo (1914). *Archivo Histórico Portuguez*, vol. IX. Lisboa.

Braamcamp, Anselmo (1914). *Archivo Histórico Portuguez*, vol. XI. Lisboa.

Brito e Silva, J. de (1930). *O colégio de Tomar (1556-1713) ...miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaelis de Vasconcellos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Buesco, Isabel (2008). *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates.

Carita, Helder (2018). *A Varanda Alpendrada na Evolução na Casa Senhorial Luso-Indo-Brasileira- Séculos XVI a XVIII*, in Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, Ana Pessoa, Actas do III Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores. Porto: Universidade Católica Editora CITAR- Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (EA-UCP).

Chatenet, Monique, Whiteley, Mary (1989). *Deux escaliers royaux du XIVe siècle: Les «grands degrez» du Palais de la Cité et la «Grande Viz» du Louvre*. In Bulletin Monumental, tomo 147, nº2, 133-154.

Chatenet, Monique (1992). Les Logies de François Ier au Louvre. *Revue de l'Art*. Nº 97. 72-75.

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974 (1961). *Monumenta Henricina*, vol. III. Coimbra.

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974 (1962). *Monumenta Henricina*, vol. IV. Coimbra.

Cota, Cristina Maria (2017). *A música no Convento de Cristo em Tomar: desde os finais do século XV até aos finais do século XVIII*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.

Costa, João Paulo Oliveira e (2005). *D. Manuel: 1469-1521: Um Príncipe do Renascimento*. (1ª ed.). Lisboa: Círculo de Leitores.

Costa, João Paulo Oliveira e (2009). *Henrique o Infante*. (1ª ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.

Craveiro, Maria de Lurdes (2017), *O Coro Alto: o Convento de Cristo no arranque da Reforma Católica*, in Maria de Lurdes Craveiro; Carla Gonçalves; Joana Antunes (org.), EQUIPAMENTOS MONÁSTICOS E PRÁTICA ESPIRITUAL. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 149-174.

Craveiro, Maria de Lurdes (2002). *O Renascimento em Coimbra: modelos e programas arquitectónicos*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra.

Dias, Pedro (1993). *As empresas artísticas do Infante D. Henrique: 1394-1460*. Sep. da Mare Liberum. nº 6, 31-48.

Duarte, D. (c. 1438). *Leal Conselheiro*. Cap. LXXXI. Digital collections. University of Wisconsin-Madison Libraries <http://uwdc.library.wisc.edu/collections/ibramertxt/lealconselheiro/> [capturado a 29 de Agosto de 2017].

Figueiredo e Silva, Eugénio (1961). Os Estaus, in *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. IV. Tomar.

Fonseca, Maria Amália Ortiz da (1990). *Farsa de Inês Pereira [de] Gil Vicente*. Mem Martins: Europa-América

Garcia, José Manuel (1996). *Itinerários do Infante D. Henrique*. Lisboa: Academia de Marinha.

Góis, Damião de (1955). *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1949-1945.

Gomes, Rita Costa (1995). *A Corte dos reis de Portugal na Idade Média*. Lisboa: Difel.

Jordam, Annemarie (2016). *A Rainha Colecionadora: D. Catarina de Áustria*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Lopes, Fernão (2015). *Crónica da regência e do reinado de D. João I*. (1ª ed.). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Lund, Christopher (1980). *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista: histórias e ditos que sucederão e se disserão no Paço*. Coimbra: Almedina.

Martins, Maria (2011). *D. Brites Mulher de Ferro: 1429-1506*. Vila do Conde: QuidNovi.

Militarium Ordinum Analecta: Fontes para os estudos da Ordens religioso-militares. *A Ordem de Cristo: 1417-1521* (2002). Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

Moreira, Rafael (1991). *A arquitectura do Renascimento no sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

Oliveira, Ana Rodrigues (2015). *O Dia-a-dia em Portugal na Idade Média*. (1ª ed.) Lisboa: Esfera dos Livros.

Oliveira, Nuno Villmariz (2010). *Castelos Templários em Portugal*. (1ª ed.). Lisboa: Ésquilo.

Pereira, Paulo (2003). *De Aurea Aetate: o Coro do Convento de Cristo em Tomar e a Simbólica Manuelina*. Lisboa: IPPAR.

Peter, Russel (2000). *Henrique o Navegador*. Lisboa: Horizonte.

Pimentel, Filipe (2003). *A Morada da Sabedoria*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras- Universidade de Coimbra. Coimbra.

Pina, Rui de (1966). *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença.

Ponte, Salete da (1995). Achegas para a carta arqueológica- Tomar. *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Serie, XVI, 291-309.

Resende, Garcia de (1973). *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

Román, Jerónimo (2008). *História das ínclitas cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*. Porto: Fundação Engº António de Almeida.

Santos, Maria Helena (2010). *Rua Nova do Porto (1394-1520): Sociedade, Construção e Urbanismo*. Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras- Universidade do Porto. Porto.

Sagredo, Diego de (1549). *Medidas del Romano*. Sevilha.

Senos, Nuno (2002). *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. (1ª ed.). Lisboa: Notícias.

Serrão, Victor (2002). *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Presença.

Silva, José Custódio Vieira da (1995). *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPARR.

Silva, José Custódio Vieira da (2010). *O Paço*. in José Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, Manuela Santos (2012). *A Rainha Inglesa de Portugal: D. Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Silva, Ricardo Jorge (2018). *O paradigma da arquitectura em Portugal na Idade Moderna. Entre o tardo-gótico e o Renascimento: João de Castilho "o mestre que amanhece e anoitece na obra"*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras- Universidade de Lisboa. Lisboa.

Sousa, João Silva de (1991). *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. (1ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Trindade, Luísa (2019). *A antecâmara: um passo na construção do paço moderno*. Lição apresentada à Universidade de Coimbra no âmbito de Provas de Agregação em História da Arte, Julho de 2019 (policopiado).

Trindade, Luísa; Goes, André (2017). *O Paço D. Henrique no Convento de Cristo, em Tomar*, in Maria de Lurdes Craveiro; Carla Gonçalves; Joana Antunes (org.), *EQUIPAMENTOS MONÁSTICOS E PRÁTICA ESPIRITUAL*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 339-366.

Veloso, Carlos (1988). *Tomar setecentista na obra de viajantes estrangeiros*. Tomar, Centro de estudos de Arte e Arqueologia.

Viterbo, Sousa (1988). *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*, vol. I. Lisboa.

Whiteley, Mary (1992). Le Louvre de Charles V: dispositions et fonctions d'une résidence royal. *Revue de l'Art*. N° 97. 60-71.

Zurara, Gomes Eanes de (1981). *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mando do Infante D. Henrique*, vol I. Lisboa: Academia Portuguesa da História.

Fontes da Internet:

A Casa Senhorial (s.d.). *Palácio Real de Santos, Séc. XVI*. Disponível em: <http://www.acasasenhorial.org/acs/index.php/en/fontes-documentais/desenhos-pinturas/225-paco-real-de-santos-sec-xvi>.

Convento de Cristo (s.d.). *Costa Cabral*. Disponível em: http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=269&identificador=ct125_pt.

Convento de Cristo (s.d.). *Enfermaria e Botica Novas*. Disponível em: [http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=270&identificador=.](http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=270&identificador=)

Património Cultural (2006). *Cerca do Convento de Cristo*. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72741>.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (1991/2002/2006). *Convento de Cristo*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4718.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (1997/2002). *Igreja Paroquial de São João Baptista em Tomar*. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6538.

Fontes das figuras:

- Fig. 1 Fonte: cethomar.blogspot.com.
- Fig. 2 Fonte: DGPC.
- Fig. 3 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 4 Fonte: cethomar.blogspot.com.
- Fig. 5 Fonte: Foto Walter Rossa.
- Fig. 6 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 7 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 8 Fonte: SIPA.
- Fig. 9 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 10 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 11 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 12 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 13 Fonte: mediotejo.net.
- Fig. 14 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 15 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 16 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 17 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 18 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 19 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 20 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 21 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 22 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 23 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 24 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 25 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 26 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 27 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 28 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 29 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 30 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 31 Fonte: casanhorial.org.
- Fig. 32 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 33 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 34 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 35 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 36 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 37 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 38 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 39 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 40 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 41 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 42 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 43 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 44 Fonte: acercadecoimbra.blogs.sapo.pt
- Fig. 45 Fonte: Foto do autor.
- Fig. 46 Fonte: SIPA.

Fig. 47 Fonte: SIPA.
Fig. 48 Fonte: SIPA.

ANEXOS



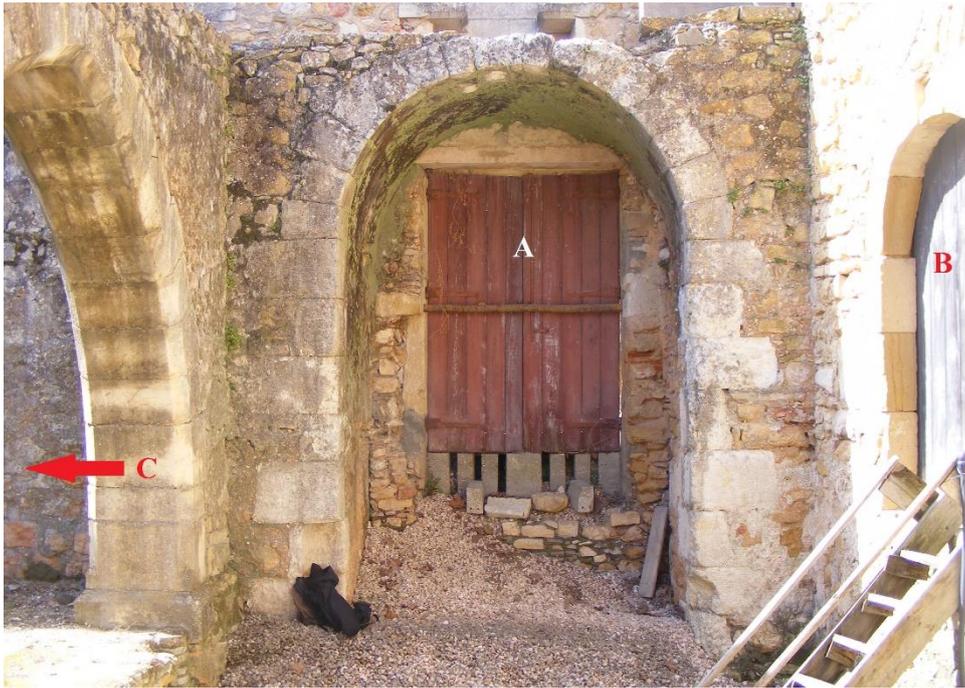
Anexo 1 - Habitação contruída sobre a arcaria do paço do Infante. Vista poente-nascente, c. 1938. *Fonte: SIPA.*



Anexo 2 - Obras de Restauro da DGEMN, vista poente-nascente. Sem data. *Fonte: SIPA.*



Anexo 3 - Arcaria, vista nascente-poente. A – arco original, B – arco, arranque de arco e parede reconstruídos pelas DGEMN. *Foto do autor.*



Anexo 4 - Arcaria, vista norte-sul. A – porta dos arcos, B – porta de acesso ao claustro da Lavagem, C – direção acesso jardim. *Foto do autor.*



Anexo 5 - Percurso da calçada sob a arcaria, vista do recebimento da varanda, vista norte-sul. A – porta dos arcos. *Foto Walter Rossa.*



Anexo 6 - Arco emparedado visto a partir da porta dos arcos, vista sul-norte, c. 1965. *Fonte: SIPA.*



Anexo 7 - Recebimento da varanda, vista norte-sul, marcas de tijolo contemporâneo do bar. *Foto do autor.*



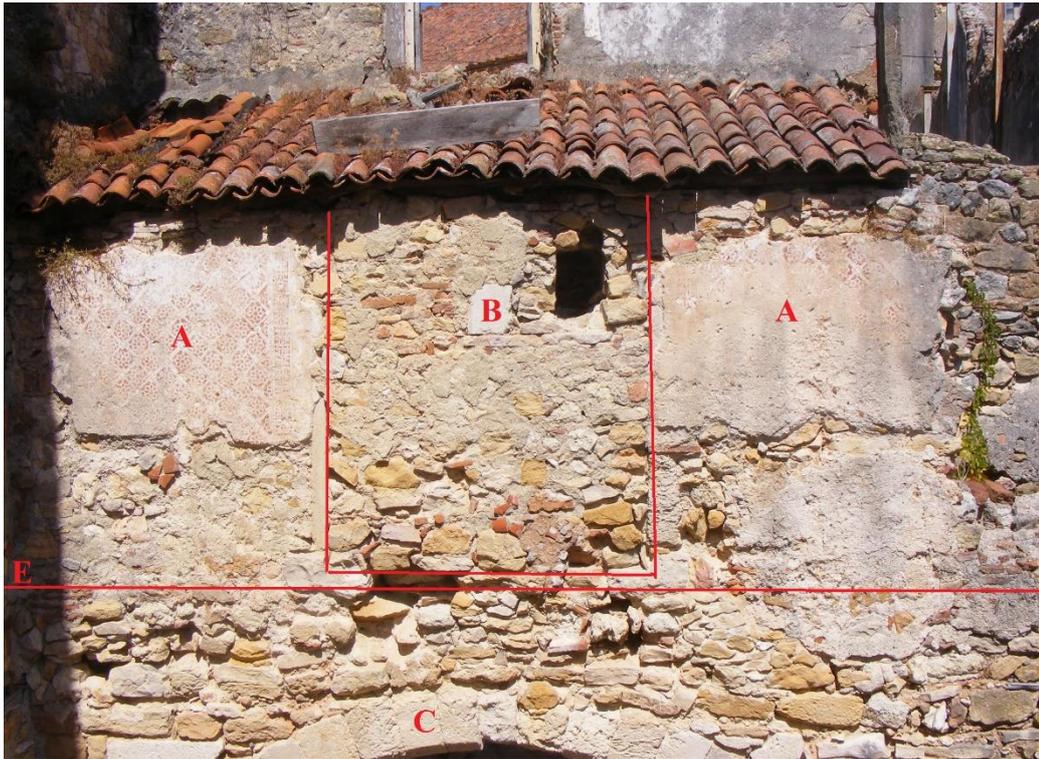
Anexo 8 - Recebimento da varanda, marcas to telhado do bar na parede entre o recebimento e o claustro da Lavagem. Foto do autor.



Anexo 9 - Escada no grosso da parede, vista da porta de acesso à sala do Infante. A – porta para o terreiro, B – porta de acesso ao piso inferior do claustro da Lavagem, C – direção sala grande do paço do Infante. Foto do autor.



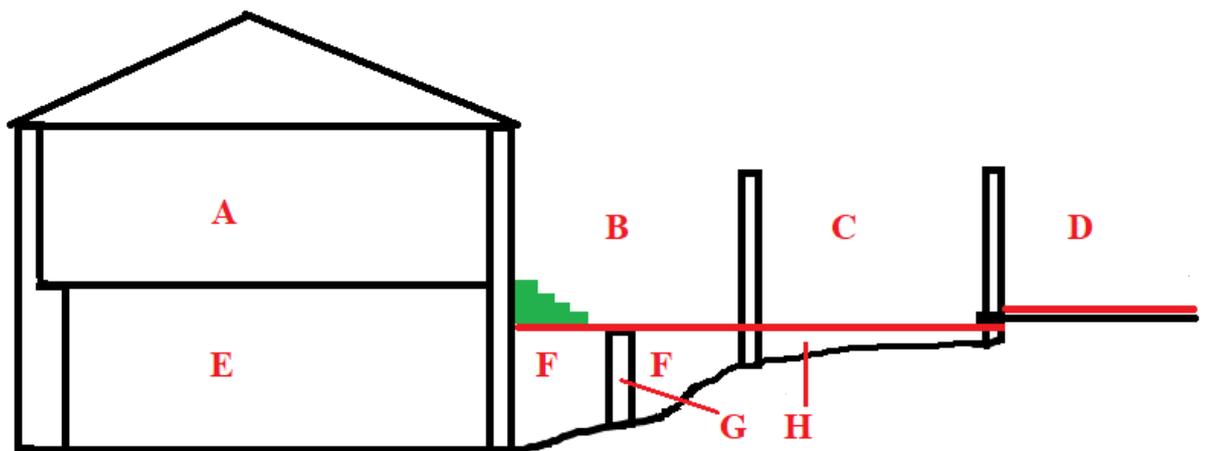
Anexo 10 - Parede do claustro da Lavagem (piso superior) durante os restauros da DGEMN.
Fonte: SIPA.



Anexo 11 - Sala grande, parede norte, lado poente. A – vestígios de pinturas parietais, B – porta de comunicação entre a varanda e a sala grande, C – arco de volta perfeita (piso térreo), E – nível do piso.
Foto do autor.



Anexo 12 - trescâmara, vista sul-norte. A – porta entre o piso superior e o paço da Rainha, B – nível do piso entre andares, C – porta de acesso entre a trescâmara e o paço da Rainha. *Foto do autor.*



Anexo 13 - Esquema, paço do Infante, vista nascente-poente. A – sala grande, B – antecâmara, C – câmara, D – trescâmara, E – arcaria, F – cave de suporte sob a antecâmara, G – murete de suporte na cave, H – “caixa-de-ar” sob a câmara. A verde, possível escada de comunicação entre a sala grande e a antecâmara. A vermelho, piso das câmaras. *Esquema do autor.*



Anexo 14 - Janela da antecâmara, do exterior, vista nascente-poente. Foto do autor.



Anexo 15 - Vestígios cerâmicos na trescâmara. *Foto do autor.*



Anexo 16 - Parede sul do paço, vista do jardim. *Foto do autor.*



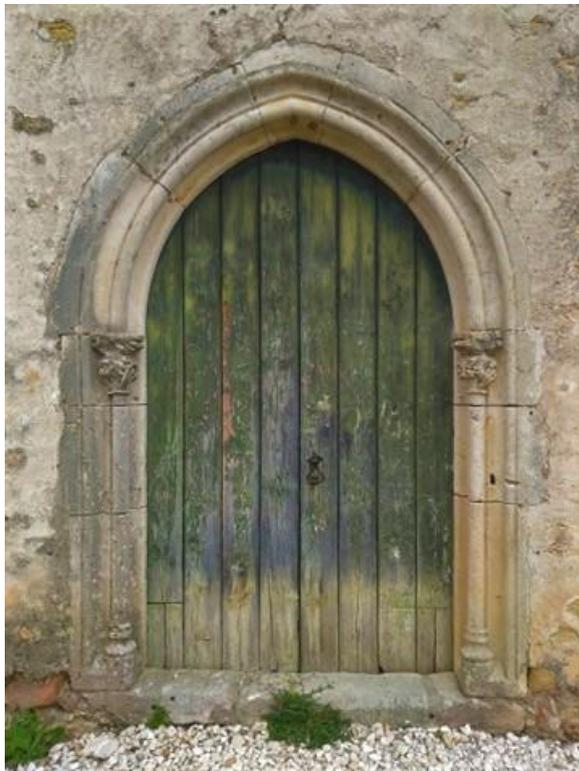
Anexo 17 - Janelas gradeadas resgadas por D. Manuel, no piso inferior do claustro da Lavagem, vistas do terreiro. Foto do autor.



Anexo 18 - Frescos com elementos mudéjares no interior de uma das janelas do piso térreo do claustro da Lavagem. Foto do autor.



Anexo 19 - Vestígios de frescos na sala grande do paço do Infante. *Foto do autor.*



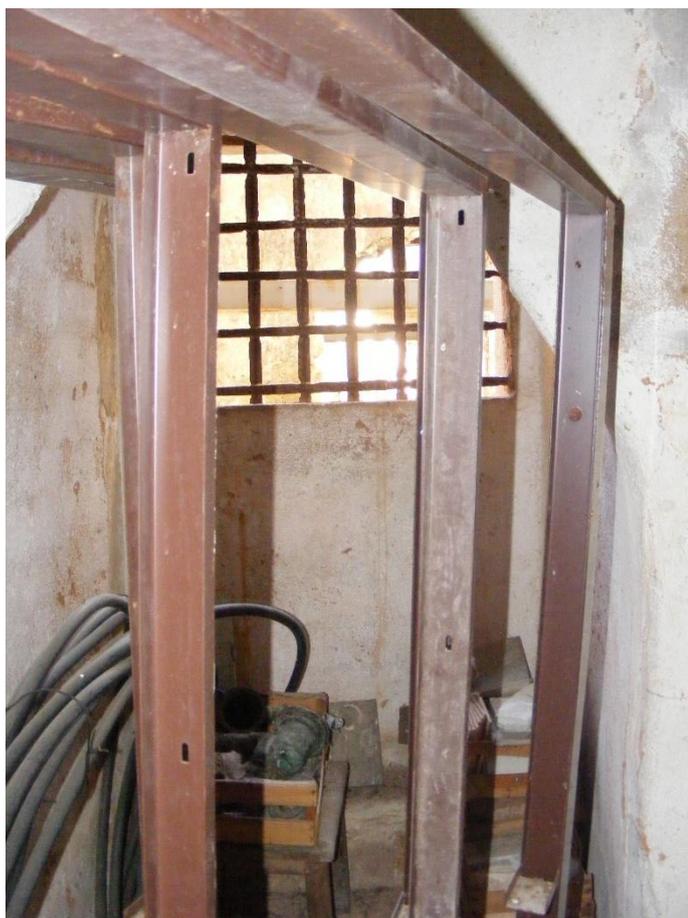
Anexo 20 - Portal de acesso ao piso térreo do claustro da Lavagem e sala grande do Infante, vista do terreiro. *Foto do autor.*



Anexo 21 - Arco abatido no paço das Escolas, Coimbra. *Foto do autor.*



Anexo 22 - Janela gradeada do piso inferior do claustro da Lavagem, vista do interior. *Foto do autor.*



Anexo 23 - Porta norte da trescâmara do Infante, vista do interior da enfermaria. *Foto do autor.*



Anexo 24 - Portal junto do castelo. *Foto do autor.*



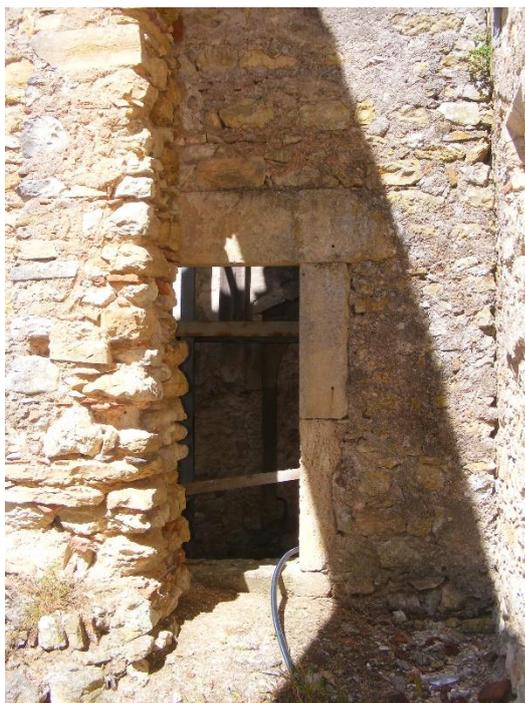
Anexo 25 - Cordame no exterior do coro de Arruda, lado norte. *Foto do autor.*



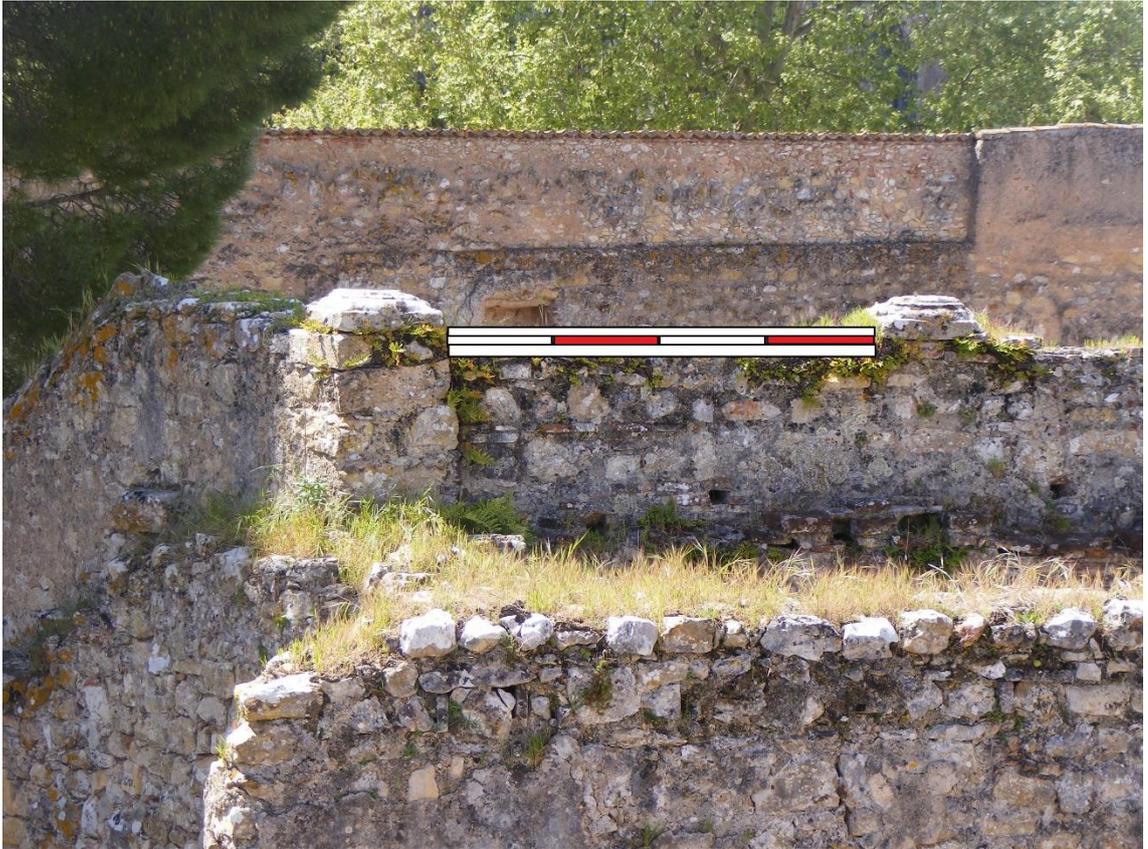
Anexo 26 - Paço da Rainha, fachada norte. Torreão cobre o cubelo templário. *Foto do autor.*



Anexo 27 - Portal sul da igreja, obra de João de Castilho c.1515. *Foto do autor.*



Anexo 28 - Porta quinhentista da trescâmara parcialmente obstruída pela arcada. *Foto do autor.*



Anexo 29 - Intercolúnio da varanda da Rainha, vista norte-sul. *Foto do autor.*



Anexo 30 - Claustro da Hospedaria de João de Castilho, c. 1541-1543. *Foto do autor.*



Anexo 31 - Uma das janelas do lado sul do piso térreo do paço da Rainha. *Foto do autor.*



Anexo 32 - Porta e janela na parede sul do paço da Rainha, vista sul-norte. *Foto do autor.*



Anexo 33 - Mísula poente (obstruída). *Foto do autor.*



Anexo 34 - Mísula central. Foto do autor.



Anexo 35 - Mísula nascente. Foto do autor.



Anexo 36 - Mísula do claustro da Micha. *Foto do autor.*



Anexo 37 - Paço da Rainha, vista sul-norte. Mísula e marcas de parede. Foto do autor.



Anexo 38 - Porta de acesso à escada em caracol. Foto do autor.



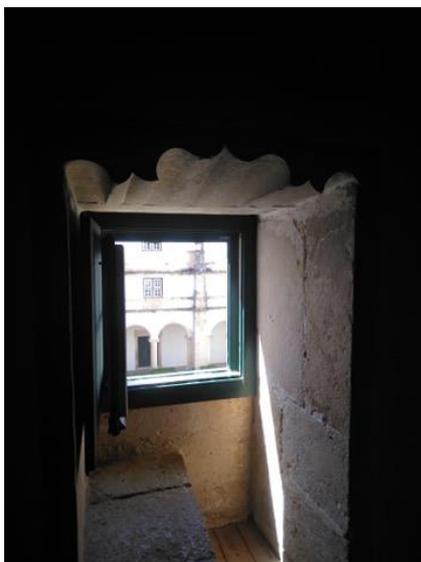
Anexo 39 - Escada em caracol, vista de cima. *Foto do autor.*



Anexo 40 - Escada de João de Castilho no Convento de Cristo. *Foto do autor.*



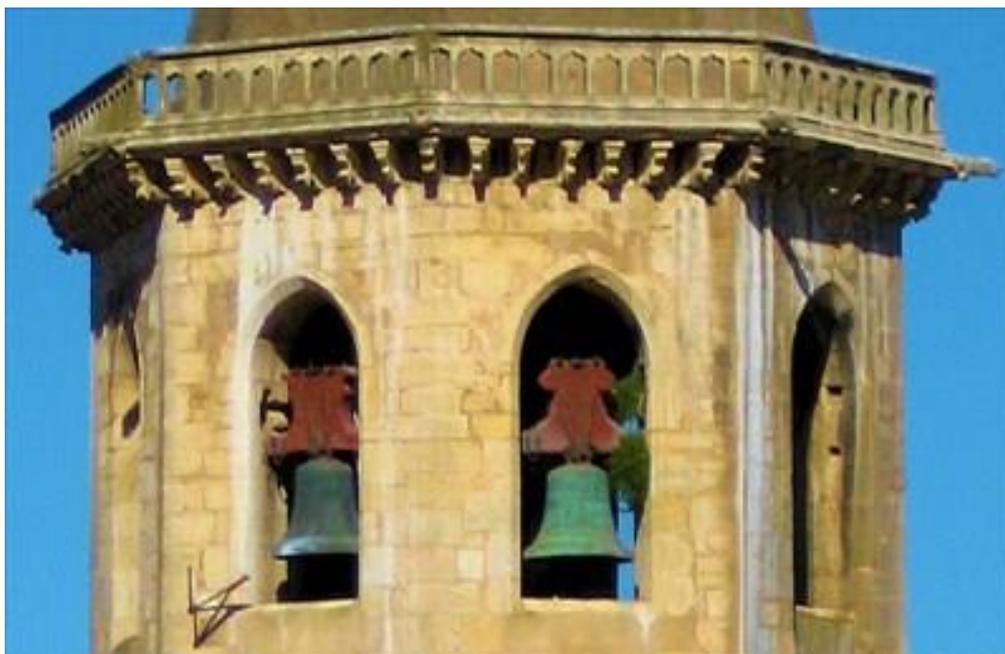
Anexo 41 - Janela do torreão, vista sul-norte. *Foto do autor.*



Anexo 43 - Janela de uma das celas do dormitório novo, de João de Castilho. *Foto do autor.*



Anexo 43 - Varanda do torreão, vista sul-norte. *Foto do autor.*



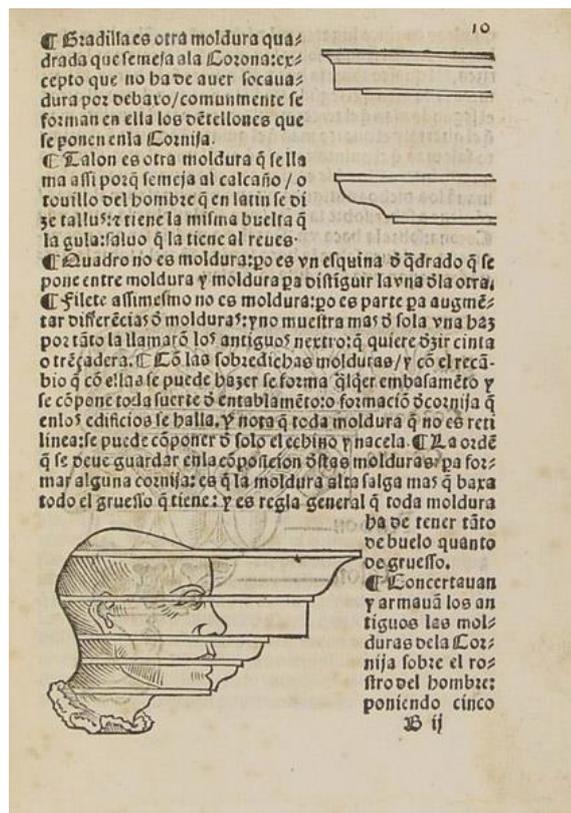
Anexo 44 - Torre da Igreja de S. João Baptista, em Tomar. *Fonte:* www.waymarking.com.



Anexo 45 - Torreões na fachada norte do paço das Escolas, em Coimbra. *Foto do autor.*



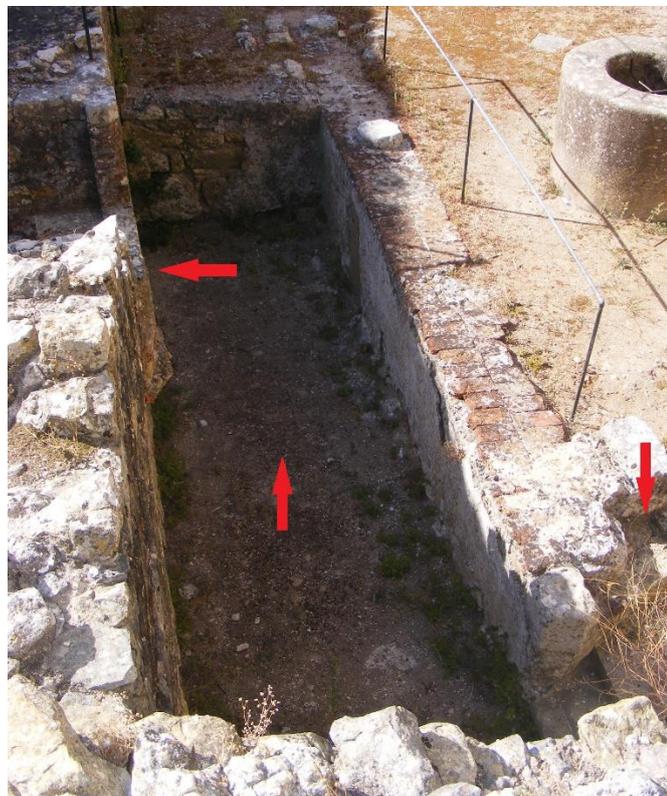
Anexo 46 - Paço da Rainha, fachada norte. Detalhe de cornija clássica. *Foto do autor.*



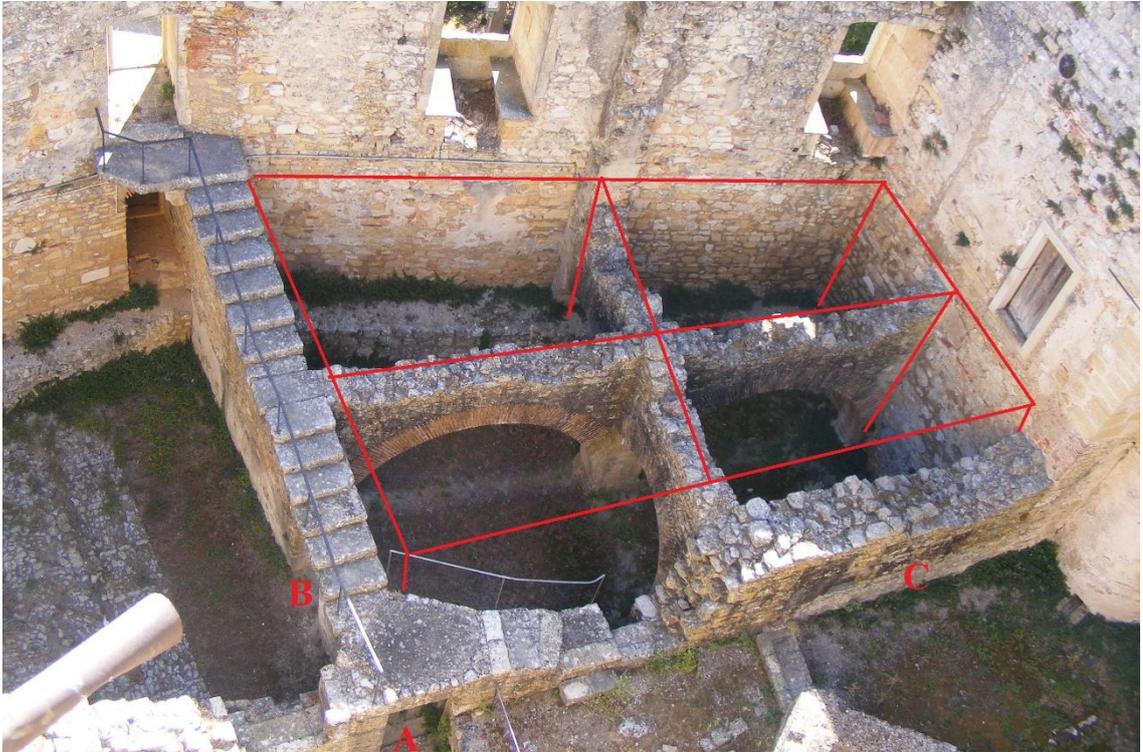
Anexo 47 - Gravura do tratado Medidas del Romano de Diego de Sagredo, com gravuras de cornijas. *Fonte: Sagredo, Diego (1549). Medidas del Romano. Sevilla.*



Anexo 48 - Interior castelo, vista poente-nascente. A – nível do piso térreo das casas do castelo, B – nível do piso do pátio, C – passadiço semienterrado. *Foto do autor.*



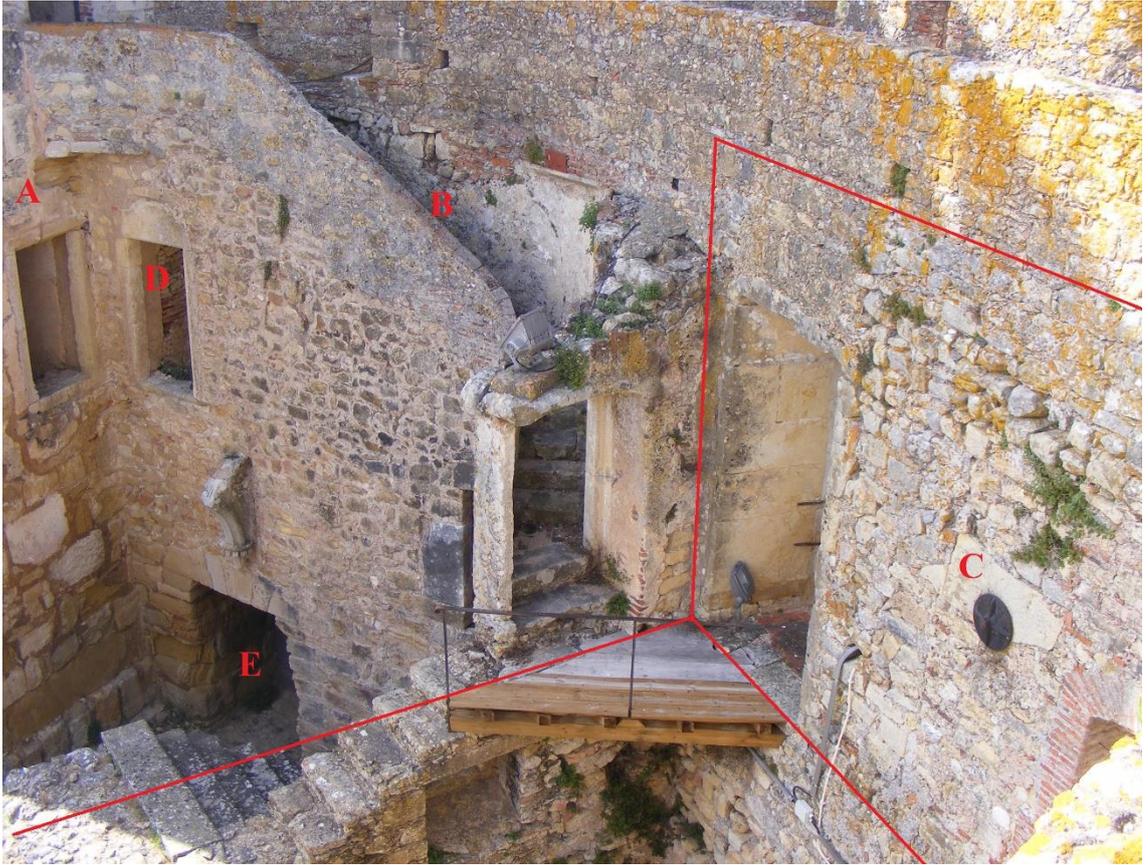
Anexo 49 - Passadiço semienterrado, indicação do percurso. *Foto do autor.*



Anexo 50 - Arcaria do piso térreo das casas do castelo. A – porta de acesso à arcaria pelo passadiço semienterrado, B – porta de comunicação com o compartimento central C – localização da janela da arcaria. Foto do autor.



Anexo 51 - Piso terro das casas do castelo. A – compartimento central, B – compartimento poente, C – porta de comunicação com a arcaria. *Foto do autor.*



Anexo 52 - Casas do castelo, piso superior. A – torre de menagem, B – escadas de acesso à câmara interior da torre, C – antecâmara, D – porta de ligação entre o castelo e a varanda de comunicação com o paço da Rainha, E – porta do castelo. *Foto do autor.*



Anexo 53 - Antecâmara, vista nascente-poente. Porta da possível latrina e janela de assento. *Foto do autor.*



Anexo 54 - Casas do castelo, vista sul-norte. A – Antecâmara, B – câmara, C – trecâmara, D – trecâmara, E – direção oratório, E – varanda poligonal na câmara. *Foto do autor.*



Anexo 55 - Ladrilhos da câmara da torre de menagem, vista norte-sul. *Foto do autor.*



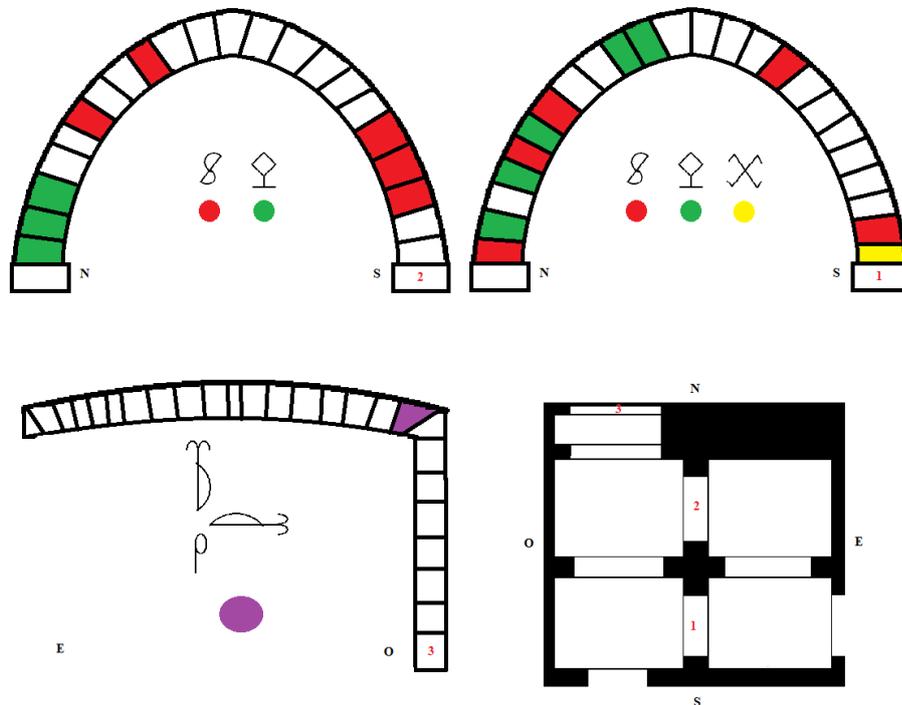
Anexo 56 - Mísulas da câmara da torre de menagem. À esquerda mísula poente, à direita mísula nascente. Foto do autor.



Anexo 57 - Claustro da Lavagem, vista poente-nascente. *Foto do autor.*

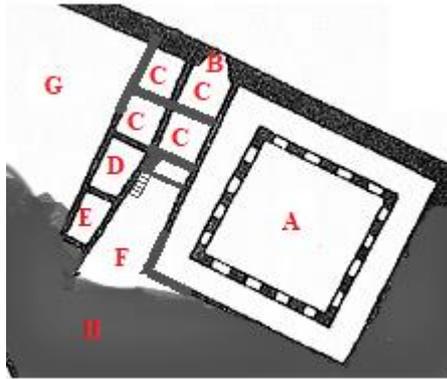


Anexo 58 - Mata dos Sete Montes vista a partir do claustro Principal do Convento de Cristo. Foto do autor.

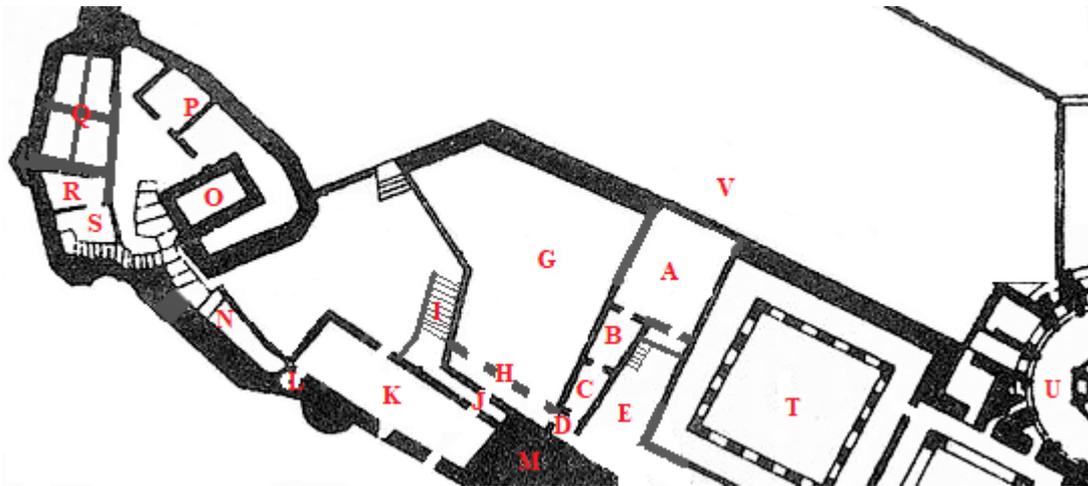


Anexo 59 - Distribuição das marcas de canteiro na arcaria do Infante. Esquema do autor.

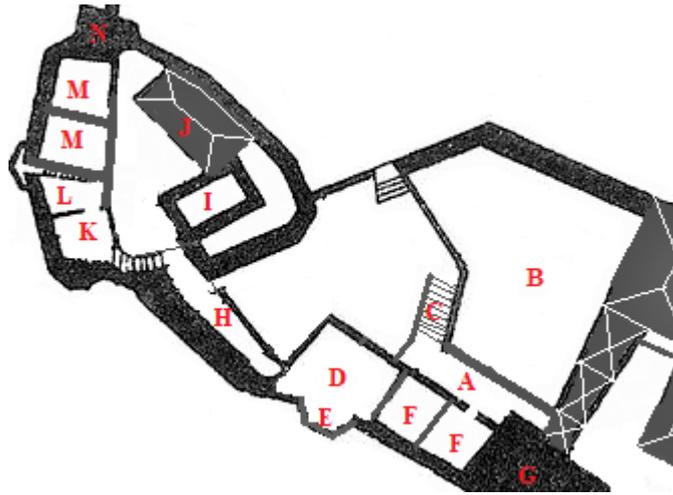
Plantas



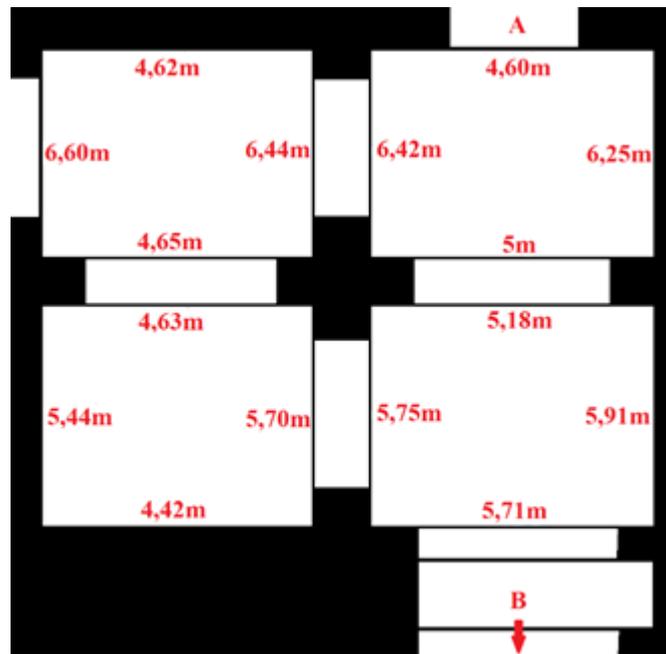
Planta 1 - Piso térreo dos paços. A – Claustro da Lavagem, B – porta dos arcos, C – arcaria, D – cave de suporte sob a antecâmara do Infante, E – “caixa-de-ar” sob a câmara do Infante, F – recebimento da varanda, G – jardim, H – desnível do terreno. *Planta do autor.*



Planta 2 - 1º piso dos paços. A – sala grande do Infante, B – antecâmara do Infante, C – câmara do Infante, D – trescâmara, E – recebimento da varanda, F – terreio meão, G – jardim, H – arcada da varanda alpendrada, I – escadaria da varanda alpendrada, J – corredor/passadiço, K – casa do paço da Rainha, L – escada em caracol, N – piso térreo do passadiço/varanda entre o paço da Rainha e as casas do castelo, O – torre de menagem do castelo, P – edifício com duas câmaras, Q – arcaria das casas do castelo, R – compartimento central térreo das casas do castelo, S – compartimento poente do piso térreo das casas do castelo, T – claustro da Lavagem, U – igreja, V – terreiro. *Planta do autor.*



Planta 3 - 2º piso dos paços. A – varanda alpendrada, B – jardim, C – escadaria da varanda, D – sala ou casa grande do paço da Rainha, E – torreão, F – câmaras do aposento poente, G – espaço destruído pela enfermaria nova, H – passadiço/varanda de ligação entre o paço da Rainha e as casas do castelo, I – torre de menagem do castelo, J – edifício com duas câmaras, K – antecâmara do aposento nascente, L – câmara do aposento nascente, M – trescâmara do aposento nascente, N – oratório do aposento nascente. *Planta do autor.*



Planta 4 - Arcaria do paço do Infante. A – porta dos Arcos, B – direção recebimento da varanda. *Planta do autor.*

